Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Edilson Martins é um escritor a serviço da parcela mais explorada de nosso povo. Pedro Casaldáliga é um cristão que se faz semente de libertação no Araguaia. O encontro dessas duas grandes figuras, nas entranhas da Amazônia disputada pela voracidade das multinacionais, resultou nesta obra escrita com sangue. Eis aqui o livro que melhor sintetiza as contradições do Brasil atual.

A leitura desta obra, em que a luta de nosso povo é o principal personagem, torna-se obrigatória para todos que querem conhecer o Brasil visto pela ótica dos oprimidos. Comprova-se aqui esta verdade que o próprio Engels reconheceu: a vida cristã é essencialmente revolucionária.

Frei Betto

Explorados e oprimidos *são qualificativos que facilmente resvalam para o emocionalismo pietista, quando não se integram num texto socialmente crítico. Há mais de um século, Napoleão afirmava que a permanência das desigualdades sociais e a sua respectiva aceitação, eram plenamente explicáveis se para tanto se invocava a vontade de Deus. Ainda bem que, pela mesma Vontade, Napoleão não é pastor de almas nem exerce seu ministério no Araguaia...*

Manoel Maurício de Albuquerque

graal

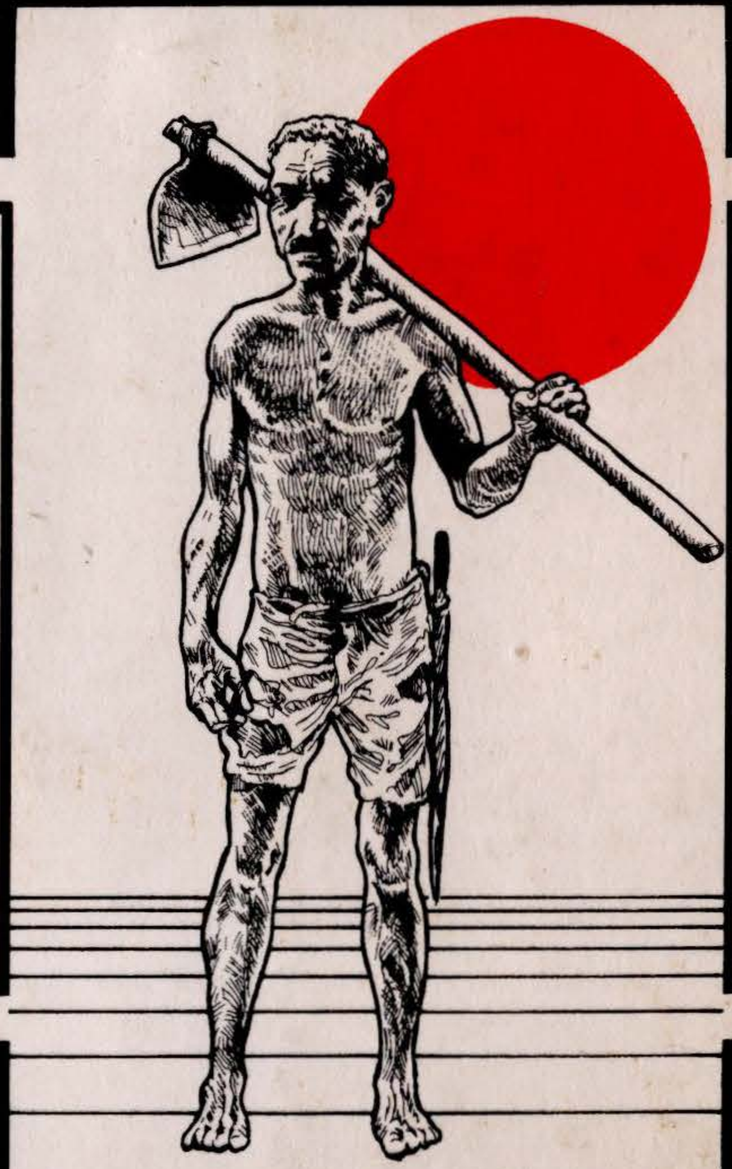
Edilson Martins

NÓS, DO ARAGUAIA

graal

NÓS, DO ARAGUAIA

PEDRO CASALDALIGA
O Bispo da Teimosia e Liberdade



graal

Edilson Martins

Edilson Martins começou me deixando envergonhado quando denunciou nas primeiras páginas de seu livro, "Nossos Índios, Nossos Mortos", a participação de soldados da Polícia Militar de Manaus no massacre de guerreiros Atroari. É denúncia de um fato antigo, acontecido no princípio do século, mas não deixou de me envergonhar por desmistificar o caráter pretensamente liberal do aparelho de estado amazonense e de seus agentes. Nós, amazonenses, fomos acostumados a ver no aparelho de estado uma espécie de fonte de conciliação, de vértice da cordura amazonense, embora muitas vezes sombrias suspeitas envolvessem esta visão fabricada. Por isto, quando em todas as letras ficamos sabendo que o aparelho de estado através de seu braço armado participou do massacre de índios, a vergonha é o primeiro sentimento a se instalar antes de qualquer senso crítico. Ainda mais quando se trata dos Atroari, nossos conterrâneos, membros da municipalidade de Manaus, habitantes das terras ainda virgens da capital amazonense, pelo menos à época em que se deu o episódio denunciado.

Agora, neste novo trabalho, Edilson Martins vem tocar novas emoções soterradas. Não apenas a vergonha, mas a indignação e a solidariedade. Sim, a solidariedade é uma emoção importante na Amazônia que o escritor jornalista abarca, relatando uma experiência exemplar via esperança de Pedro Liberdade, o Dom Pedro do Araguaia, um franzino bispo católico cuja fragilidade é desmentida pela força do amor que sente pelo povo daquela terra invadida e assaltada.

Não se trata de uma reportagem sobre o trabalho pastoral de um missionário católico excepcional, não se trata de mais um livro pretensamente humanista que busca justificar a importância de tantos pela comiseração dos que sofrem injustiças. Não, este livro de Edilson não serve para alimentar o respeito humano (um pecado venial) que sempre acoberta a demissão. É um documentário para abrir os

Nós, do Araguaia

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Pedro Casaldáliga

O BISPO DA TEIMOSIA E DA LIBERDADE

Nós, do Araguaia

EDILSON MARTINS

Renato Nicolai

graal

Fundador:
MAX DA COSTA SANTOS

3

1979

Direitos adquiridos por
EDIÇÕES GRAAL Ltda.
Rua Hermenegildo de Barros, 31-A
Glória – Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.241

Copyright by EDIÇÕES GRAAL Ltda.

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Diagramação e seleção de fotos: ELIANE STEPHAN
Capa: MAURÍCIO VENEZA

Do mesmo autor:
NOSSOS ÍNDIOS, NOSSOS MORTOS
em 3ª Edição – Editora CODECRI
Rio de Janeiro - setembro de 1978.

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Martins, Edilson.
M342n Nós do Araguaia: Dom Pedro Casaldáliga, bispo da teimosia e da liberdade / Edilson Martins. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
(Coleção Eu; v. nº 4)

1. Casaldáliga, Pedro, Bispo I. Título II. Série

B
CDD – 942.246
79-0252 CDU – 92Casaldáliga

Este livro foi *escrito* a oito mãos: Beth (minha mulher), Bruninho, Francisca Libertad (meus filhos) e eu.

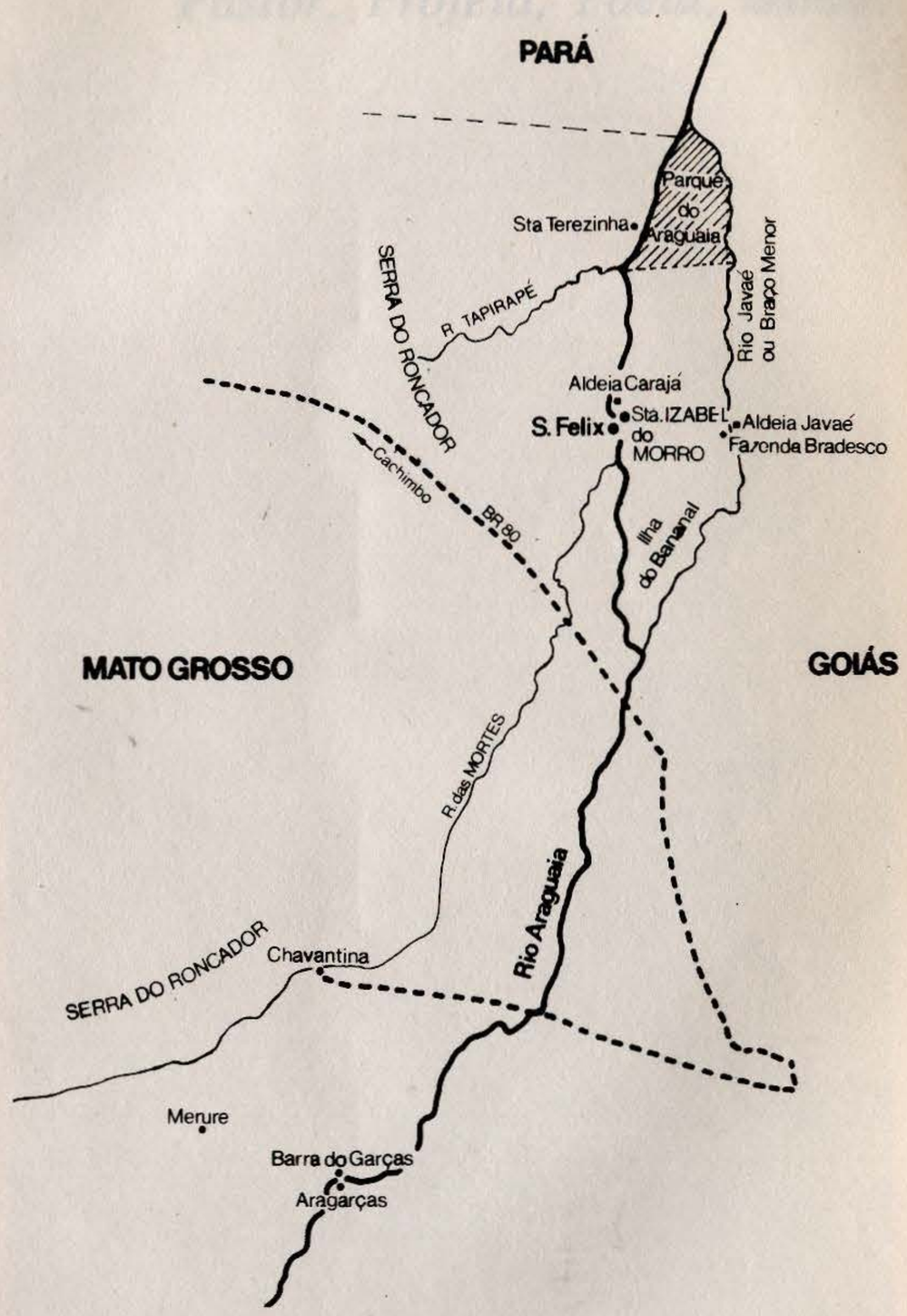
Agradeço também a Antônio Carlos Moura, irmão do coração, e ainda à boa vontade de Maria Luíza Barreto (Lalá), e Dalmo Medeiros, responsáveis pela exaustiva tarefa de transcrição das gravações.

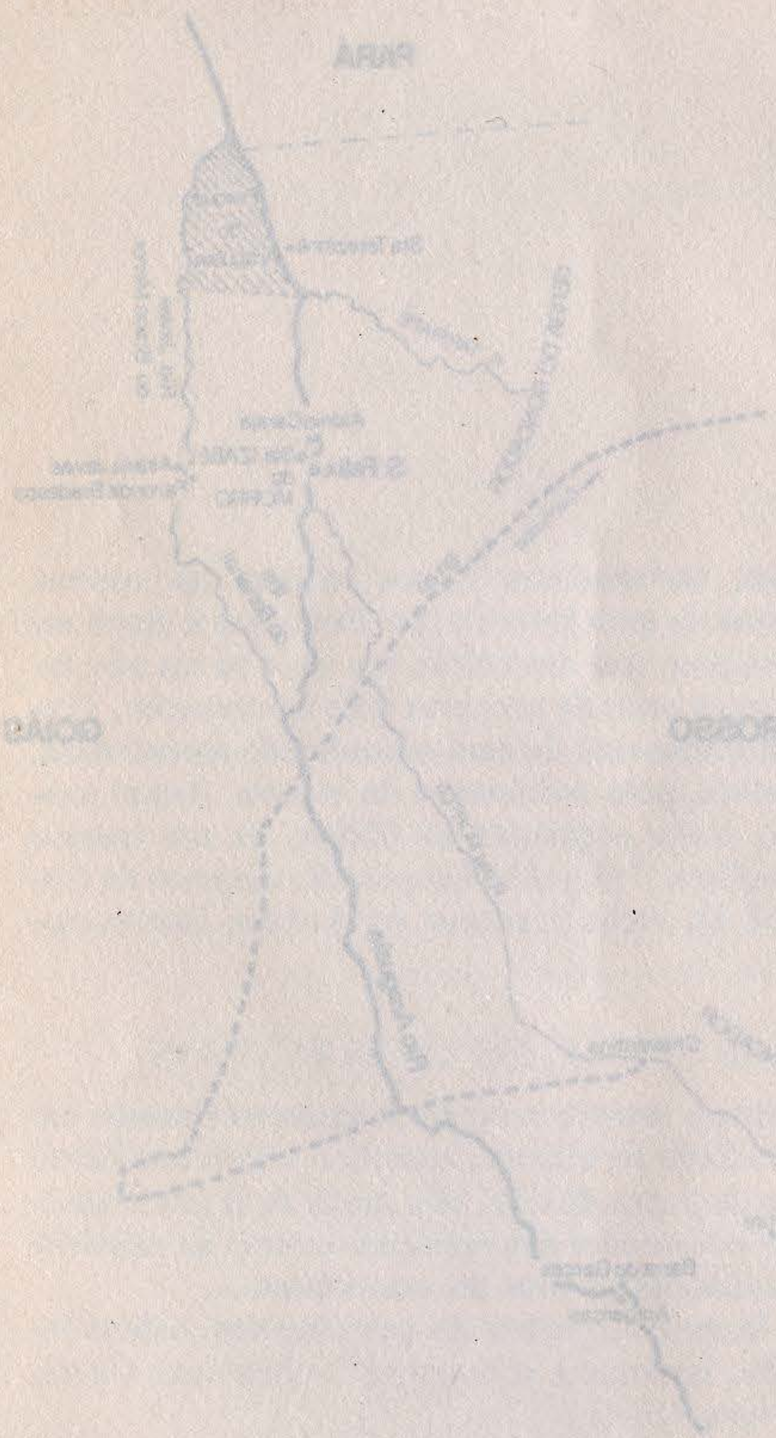
"...Quando torturadores turcos enfiam um enorme cassetete no ânus de uma jovem e lhe dizem que a etapa seguinte será a vagina, que destruirão seu sexo se ela não falar, já não se trata mais de procurar uma informação. Trata-se do desencadeamento de uma sexualidade monstruosa, abjeta, estimulada pelo sofrimento da vítima. Assim nascem vocações, vindo engrossar as fileiras de um imenso exército de malditos." (Cyrille Koupernik, membro da Comissão Médica da seção francesa da Anistia Internacional).

A CLASSE MÉDIA, OS INTELECTUAIS.

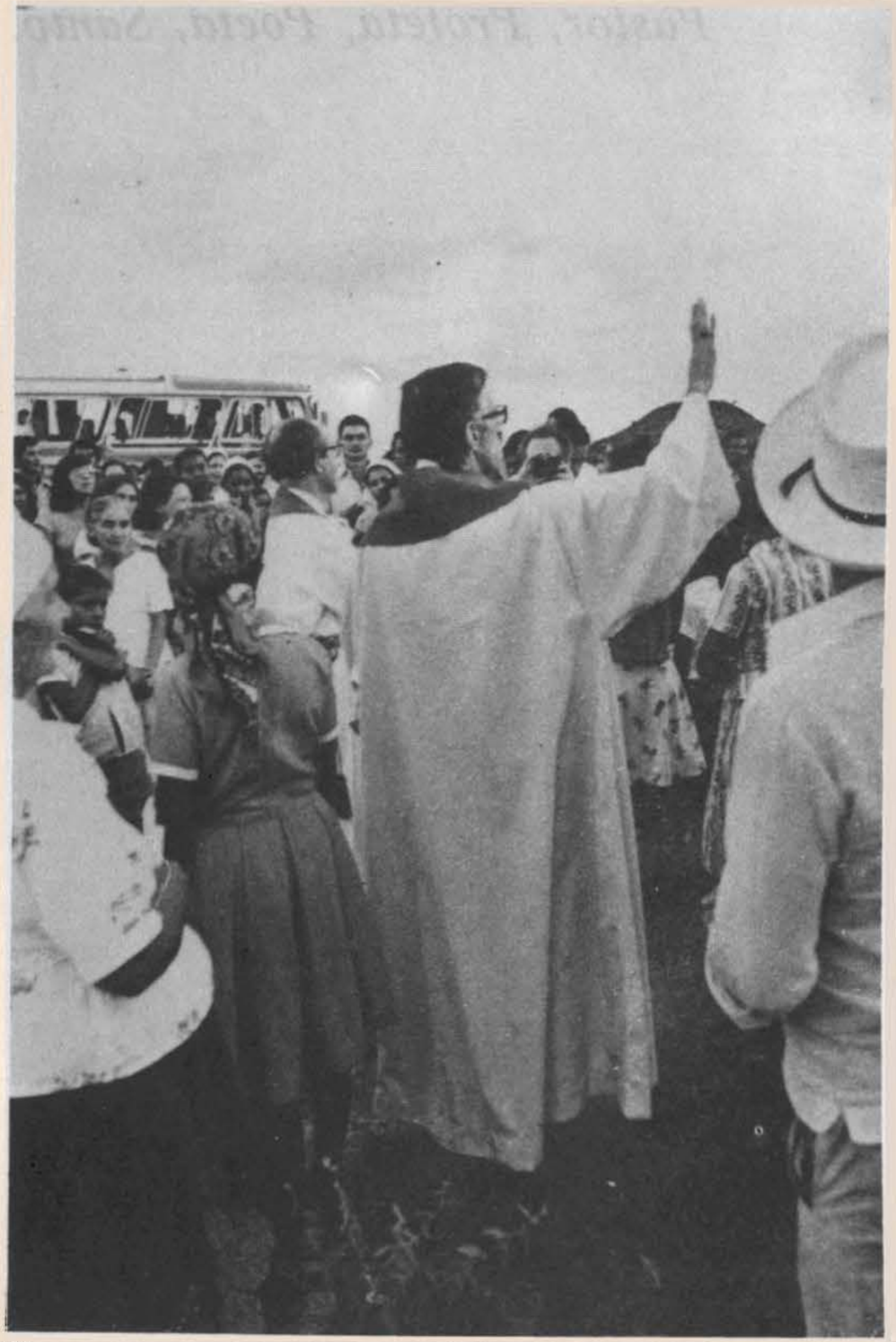
"... procuram sempre retardar o desenvolvimento natural da contradição de classes, conciliar o irreconciliável. Têm vergonha de ir pra direita, têm medo de ir pra esquerda. Por isso se acomodam nas esquinas escuras do misticismo, nos maravilhosos jardins do esteticismo...

... Esses homens... melhor do que ninguém, sabem inventar sua vida, inventar a si próprios". (Máximo Gorki, jornal Vida Nova, 1905.)


PARÁ
Parque do Araguaia
Sta Terezinha
SERRA DO RONCADOR
R. TAPIRAPÉ
Rio Javaé ou Braço Menor
Aldeia Carajá
S. Felix
Sta. IZABEL do MORRO
Aldeia Javaé
Fazenda Bradesco
Cachimbo
BR 80
Ilha do Bananal
MATO GROSSO
GOIÁS
R. das MORTES
Rio Araguaia
SERRA DO RONCADOR
Chavantina
Merure
Barra do Garças
Aragarças



Pastor, Profeta, Poeta, Santo.



A grandeza de um homem não se mede pelas prédicas mas pelas práticas. São estas que emprestam grandeza àquelas.

O livro que temos a honra de prefaciar relata as práticas do bispo Dom Pedro Casaldáliga no submundo em que se localiza seu campo pastoral, São Félix do Araguaia-MT. Ele se confunde com a terra e com os homens. Faz corpo com eles. Por isso suas palavras têm cheiro de chão, peso de pedras, força das águas, brilho de raio, lirismo de olhos de vaca.

Na verdade, ele não fala palavras, fala coisas. Por isso este livro fala somente de Pedro enquanto ele está misturado com as coisas e fermenta com a situação: "Nós do Araguaia", não eu, mas "a Igreja aqui", o povo "que me mostrou suas chagas, suas dores, sua esperança... que me recebeu em sua casa, e por que não dizer, em sua cova".

A figura de Casaldáliga nos recorda as grandes testemunhas da fé nos primórdios do Cristianismo. Outrora os bispos eram a um tempo pastores, teólogos, profetas, poetas e santos. Depois, quando começou a aventura cultural da Igreja dentro da era constantiniana, se introduziu a divisão eclesiástica do trabalho: por um lado o pastor, por outro o teólogo, por outro o profeta, por outro o poeta e por outro o santo. Raramente tudo se reunia numa só pessoa.

A grandeza de Pedro reside no fato de unificar em sua pessoa o pastor, o profeta, o poeta e o santo. Ele é inteiriço como um tronco fincado firme no chão. Nele não há eufemismos, dobras e lusco-fusco. O que é, também o mostra. O que pensa, também o diz. E o que diz, o diz alto e claramente.

O bispo-pastor

O bispo é fundamentalmente um pastor que conhece suas ovelhas – para usar uma expressão evangélica – e que se prontifica a dar a vida por elas. No convite-recordação de sua sagração episcopal colocou estes dizeres que definem o sentido de seu ministério: "Tua mitra será um chapéu de palha; o sol e o clarão da lua; a chuva e o sereno; o olhar dos pobres com quem caminhas e o olhar glorioso de Cristo, o Senhor. Teu báculo será a verdade do Evangelho e a confiança de teu povo em ti. Teu anel será a fidelidade à nova aliança do Deus libertador e a fidelidade ao povo desta terra. Não terás outro escudo que a força da esperança e a liberdade dos filhos de Deus, nem usarás outros recursos que o serviço do amor".

Sua pastoral é eminentemente de encarnação: assumir toda a realidade com todas as suas contradições e enchê-la de sementes de libertação. Para Casaldáliga o Cristianismo não é primeiramente uma religião – um campo religioso com seus símbolos, ritos, dogmas e prescrições – e como tal um segmento da realidade, mas é um processo de incarnação na totalidade da realidade, porque tudo interessa ao Reino de Deus. Desde o dia em Deus penetrou em nossa realidade por Jesus Cristo, todas as coisas são destinadas a constituirem o corpo do Senhor. Rompeu-se o véu do templo; não há mais um santo dos santos à parte; tudo deve ser resgatado e feito santo, também a política, também a luta pela terra, também a saúde, também a defesa dos direitos dos pisoteados, também a educação, também o poder como instrumento da justiça. Todas estas realidades pertencem ao pastoreio do bispo. Somente neste processo incarnatório e libertador, a religião recupera sua alta significação simbólica: nela se celebra a gesta salvadora de Deus na história do povo, se nomeia o nome Santo de Deus, se adora o Mistério que penetra e circunda nossa existência, se guarda viva a memória subversiva da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo e se fortalece o propósito de seguir e imitar as práticas do Senhor.

É esta compreensão do Cristianismo que nos faz entender a pastoral de Pedro Casaldáliga tão comprometida com a realidade conflitante dos 150.000 Km² que compõem a Prelazia de São Félix.

Bispo-profeta

Ninguém é profeta porque quer. É feito profeta pelo protesto e pela esperança face às contradições da realidade social. Foi assim com os profetas pagãos do terceiro milênio antes de Cristo em Mari, com os profetas do Antigo Testamento e com os profetas de hoje, como Pedro Casaldáliga. Para entender o profeta devemos entender as duas fidelidades que todo profeta vive: fidelidade a Deus e fidelidade ao povo. Ele fala em nome de Deus e da consciência que recolhe a Sua voz. Em nome destas instâncias supremas, ele cobra coragem para se levantar, sozinho, erguer a voz, apontar o dedo em riste e gritar: Nao te é permitido! Não oprimas teu irmão! E assim ousa afrontar-se com os poderes deste éon, seja uma poderosa empresa de colonização como a Codeara ou a Bordon S/A Agropecuária da Amazônia, seja um co-irmão do próprio Episcopado, envolvido num

profundo equívoco, cheio de boa-vontade mas sem nenhum espírito crítico ou o próprio Estado autoritário, usurpador de todos os direitos da Nação.

Além desta fidelidade a Deus o profeta vive a fidelidade ao povo. Ele sabe de seu clamor pela justiça que sobe das profundezas da terra, comparte de sua paixão dolorosa, identifica-se com sua sacrificação no altar do deus-Mamona. Dom Pedro soube emprestar sua voz aos silenciados, aos expulsos de suas terras, aos índios dizimados, aos peões caçados na mata como feras. Raramente em nossa terra se ouviu uma voz profética mais contundente, cortante e tonitruante como aquela de Dom Pedro. O eco de sua denúncia se ouviu até os confins da terra, para além de São Félix, de Brasília, do Vaticano, de Madrid.

Há os que se escandalizam com seu radicalismo. Deveriam antes escandalizar-se com o radicalismo a que chegou a situação real da opressão a ponto do próprio Pedro, pasmado, notar: "Muitas mortes matadas dentro da região da Prelazia. Não sei como enfrentar este doloroso mistério; se mata exaperadamente... Desde a morte do Pe. João Bosco e por outras referências e acontecimentos, me sinto cada dia mais próximo da esperada hora".

A radicalidade da violência simbólica reproduz, palidamente, a radicalidade da violência real. Para entender o grito profético de Pedro é preciso ouvir o clamor dos oprimidos, ver a lágrima cair dos olhos cansados de sofrer, escutar o raspar das panelas vazias, sentir o medo da morte rondeira. É preciso conservar o mínimo de humanidade e de solidariedade para com os humilhados e ofendidos desta terra. Se não houver este mínimo, nada se poderá fazer senão dar o supremo testemunho de todos os profetas: oferecer a vida pela verdade que é mais forte que a morte. E Pedro muitas vezes ofereceu, jovialmente, a vida aos irmãos e a seu Senhor: "Eu morrerei de pé como as árvores (me matarão de pé)... De golpe, com a morte, se fará verdade minha vida".

Bispo-poeta

Dom Pedro Casaldáliga é um poeta de profunda inspiração, poeta da denúncia com força elementar e do lirismo terno como os olhos das vacas que ele tanto aprecia. Disse-o com acerto Alceu Amoroso Lima no Jornal do Brasil: "Não é um poeta de salão mas do ar livre. Não é apenas um cultivador de acrobacias assimétricas

ou um bardo edificante". Nem um bispo distanciado entre quatro paredes. Mas um cantor e curador do povo humilde e participante de suas misérias e esperanças, como o foi o Irmão José de Anchieta, de nossa aurora nacional".

O próprio Pedro confessou a seu amigo Teófilo Cabestrero: "Penso, às vezes, que se sou algo, então sou isso, poeta. Mesmo como religioso, como sacerdote e como bispo, sou poeta. Muitas coisas que intuo, sinto, falo ou faço é porque sou poeta... Esta sensibilidade, esta intuição, uma atitude de ternura, ante a natureza, ante as coisas todas, ante os homens; diante da dor, da fraqueza, da pequenês, nas horas e nas circunstâncias exultantes também... Por ela expresso minha fé e também meu ministério".

A fé revela o Sublime do homem. Foi sempre na obra poética que ela encontrou sua expressão sublime. As poesias *Terra nossa, liberdade*, *Romance da morte* e *Senhor Jesus, em inquérito por subversão* alcançam o sublime da inspiração e da forma. Serão marcos imorredouros destes tempos maus.

Bispo-santo

Não queremos canonizar em vida a Pedro Casaldáliga. Queremos apenas testemunhar um novo tipo de santidade que se desenha em sua vida e em suas práticas. Estamos acostumados a ouvir: aquele bispo é um santo! Por quê? Porque é piedoso, fiel aos seus deveres ministeriais, entregue a longas horas de oração e meditação e bondoso para com todos os homens. É um tipo de santidade nos quadros do sistema da Igreja e consagrado pelo *ethos* da tradição histórica cristã. Os tempos modernos viram emergir um outro tipo de santidade: contemplativo na ação, comprometido até à morte com a justiça, com a dignidade aviltada dos pobres e com o processo de libertação dos oprimidos. É uma santidade que se constrói no esforço de seguir a mensagem e as práticas do Jesus histórico, que não morreu por um equívoco, mas em consequência de um comprometimento com a Causa de Deus identificada com a causa da justiça, da fraternidade e do amor entre os homens. Trata-se de uma santidade política e não privatizante e intimissta. Precisamos recuperar o sentido originário de política já dado por Aristóteles; não política como mera técnica do poder (tékne), mas política como virtude (areté) no sentido da busca da justiça, do bem comum, das relações fraternas entre os homens, e também da denúncia dos abusos de poder e desmascaramento das imposturas das classes dominantes. Política neste sentido é mediação da justiça social; como ensinava Paulo VI na *Ocotogesima Adveniens* "uma maneira exigente... de viver o compromisso cristão, ao serviço dos outros" (n. 46). Esta santidade é difícil porque exige conviver com os conflitos, suportar as tensões, superar, continuamente, os instintos de vingança, jamais conceder ao desânimo e à desesperança, sempre crer, sempre renunciar à violência, sempre aguentar firme, sempre esperar no futuro da fraternidade, contra toda a esperança e o peso brutal dos fatos contrários.

Encontramos esta santidade em Pedro, que transparece na serenidade de sua figura e na capacidade ilimitada de ouvir, de dialogar, de sugerir, de sempre de novo recomeçar, de nunca negociar com a verdade contra todos os comodismos e facilidades oferecidas pelo sistema da Igreja ou do Estado. Tenta seguir um ideal que ele mesmo traçou de pobreza evangélica:

"Não ter nada.
Não levar nada.
Não poder nada.
Não pedir nada.
E, de passada,
não matar nada;
não calar nada.

Somente o Evangelho, como uma faca afiada.
E o pranto e o riso na mirada.
E a mão extendida e apertada.
E a vida, a cavalo dada.
E este sol e estes rios, e esta terra comprada,
para testemunhas da revolução já estalada.
E mais nada!"

Pedro ajudou a dar credibilidade à fe cristã. É possível ser cristão e libertador, ser cristão e comprometido com a mudança qualitativa da sociedade; ser cristão e identificado com as dores e as esperanças dos oprimidos da terra, ser cristão, cidadão do Reino das promessas e cidadão da pátria terrena de todos os homens. Por isso lhe somos agradecidos.

Frei Leonardo Boff, O.F.M.

Petrópolis, festa de todos os santos, 1978.

Um corpo no ar.

Um dia sem comer. Um dia sem beber. De joelhos. Braços abertos. Ora para cima, ora para os lados. Agulhas afiadíssimas, na garganta. Sob as unhas, penetrando, rasgando, também agulhas.

E os gritos. Ah, os gritos. O povoado – posseiros, pequenos comerciantes, agricultores humildes – tomado pelo modo.

Ah, sim, os gritos; "Não me bata, não me bata".

São 6hs da tarde. Uma pequena procissão deixa o ribeirão local, e segue rumo à cadeia, andando depressa, rezando em voz alta, não olhando para os lados, tudo odiando, mas precisando calar.

"Não, não, não. Para de bater, pelo amor de Deus".

São mais de 6hs da tarde. Margarida e Santana, duas mulheres do povo, continuam apanhando.

– Vou à cadeia, diz Pedro.

– Eu também, interfere alguém.

– Não. Prefiro ir sozinho.

João reza em silêncio. Fecha o livro e afirma:

– Vou contigo, Pedro.

Uma pequena cadeia, dessas que se improvisam no sertão, protegida por uma cerca de arame. É preciso ir até lá, com urgência. Os gritos se repetem. Uivos, ganidos. A escuridão se alastrou. A poeira vermelha das casas, dos barracos, não se divisa mais.

Ultrapassada a cerca de arame – cerca da morte – procuram se apresentar. Sem serventia.

– Bispo comuna, padre comuna. Subversivos.

– Eu sou o Bispo...

– Bispo *porra* nenhuma! Agente logo dá jeito em vocês, bando de patifes. Filhos de uma égua!

E seguiu-se um diálogo absolutamente impossível.

– Os senhores não podem continuar com essa barbaridade. Parem de bater nas duas mulheres.

– Cala a boca, padre safado.

João não perde a paz. Os insultos se tornam maiores, os gritos se perdem pela rua empoeirada. O povoado assiste, ou melhor, pode imaginar. As casas fechadas. Um ar insuportável, uma noite dominada pelo calor. As moscas permanecem em algumas cozinhas.

Pedro chama a atenção dos policiais, sem perder a calma. Os insultos e ameaças se elevam no tom, tornam-se histéricos.

– Vou denunciar aos seus superiores, diz João, essas arbitrariedades.

Ezy dá um salto e, com os dentes trincados sapeca uma tapa no rosto de João, que cambaleia. Um calor imenso invade sua cabeça.

Pedro, sem perder a calma, tenta ainda salvar alguma coisa.

– João, vamos embora...

Ezy, incontinenti, sob aquele tumulto, aprofunda o gesto primeiro. Saca da arma e, com a coronha, volta a golpear o rosto de João.

E o gesto do Ezy, assistido pelos companheiros, não para aí. Um tiro repica nos ouvidos.

O corpo de João sobe, desloca-se no ar. Desse ruído o povoado foi testemunho. Pedro olha, vê o corpo ainda no ar, subindo, se deslocando. Os pés retesados, as pontas dirigidas para o chão. Uma fumaça seca, um tiro pesado, ensurdecedor, um corpo que se deslocou, cortando o ar, buscando o teto.

Juraci, aliviado, irresponsável: "Um tiro apenas para assustar..."

E o corpo de João descendo, batendo com força no chão, se derramando. A arma, ainda na mão de Ezy. O corpo caindo, se despencando.

Pedro dá três passos, talvez cinco, quem sabe. Ajoelha-se, segura a cabeça de João. Na fronte esquerda, o orifício. Um buraco pequeno, à entrada.

Pedro olha na direção dos agressores. A escuridão já se consolidara naquele dia 11 de outubro de 1976. Uma massa branca se misturava ao sangue, na fronte esquerda de João.

Deitado, o tronco apoiado nos braços de Pedro, no meio da cadeia imunda, João fita amenamente os olhos de Pedro e, lúcido, diz-lhe quase sussurando:

– Pedro, acabei minha carreira!...

Uma bala *dum-dum*, proibida pela Convenção de Genebra, desfechada de um revólver calibre 38, esfacelara a cabeça do Padre João Bosco Penido Burnier. O soldado Ezy Ramalho Feitosa, da PM do estado de Mato-Grosso, cuspiu duas vezes antes de abandonar, sem pressa, pelos fundos, o interior da delegacia de Ribeirão Bonito.

Senti. Percebi.

– Sou da Espanha. Mais concretamente, da Catalunha. Faço essa distinção porque tem o seu valor. Nasci em 16 de fevereiro de 1928, numa família modesta, simples.

– Suas irmãs trabalham em açougue?

– Sim. Minhas irmãs são açougueiras e o meu irmão é um *tratante*, como dizemos lá; quer dizer comerciante de gado, mais precisamente de ovelhas, cavalo, vaca, boi. Desde minha infância convivo com esses animais. Eram umas seis, oito ou dez vacas fechadas no quintal da minha casa, brancas e pretas, holandesas ou suiças, que davam 25 litros de leite por dia. Digo sempre, quando maldigo o latifúndio, que faço distinção entre ele e as vacas; os olhos das vacas que amei sempre, porque é uma memória de minha infância.

– E quando você chega ao Brasil?

– Em 1968. Na segunda etapa do Movimento Militar de 1964. Sou claretiano. No ano de 1967 celebrou-se em minha congregação, como em todos os institutos e congregações religiosas, o Capítulo Geral de Renovação, para adaptá-la às normas e ao espírito do Vaticano II. A partir daí decidi minha vinda à América Latina. É algo mais ou menos atávico, talvez por ser espanhol, leituras, histórias, as visões missionárias.

– Também por uma certa visão colonialista, não?

– Sim. Como negar? Por outro lado havia também um clamor da própria hierarquia eclesiástica, a partir do Vaticano II, o pedido de missionários para a América Latina. A América Latina estava acordando, nesses anos típicos que ainda não acabaram e que espero terminem bem. Logo veio a alternativa: Brasil ou Bolívia. Vou explicar. Coincidiu Bolívia, por um motivo. O outro motivo precisa ser explicado, com carinho e cautela. O primeiro motivo era que a Bolívia ficava sendo sempre como a cinderela, como se diz em português, quando se tratava de mandar missionários. Ficava sempre em último lugar e faltava gente...

– E a segunda razão?

– E por outro lado, eu sentia bastante, realmente, o problema do altiplano boliviano, aquele planalto, aquele mundo indígena tão marginalizado, as missões duras, abruptas. E mais; coincidiu uma circustância histórica, a morte de Che Guevara.

– Em outubro de 1967, não?

– Estávamos em pleno Capítulo Geral de Renovação, como já disse. Chegaram muitos jornais, fotografias, e havia, inclusive, padres procedentes da Bolívia, em Roma. A figura do Che, para mim, como para muitos outros, já era mais ou menos mítica. Não tinha naquela época a liberdade de espírito que tenho agora, nem poderia falar, talvez, de Camilo Torres ou do Che com a mesma liberdade que agora. Sei que continuo escandalizando, mas, enfim, já superei certas coisas, e acho que estamos um pouco mais livres. Mas me impressionava essa figura, viu? Sempre me impressionou aquele que é capaz de dar a vida por um ideal, como é o caso do Che. Impressionava-me porque eu sentia que um homem como ele, com uma cultura superior, doente desde criança, com problemas de asma, que podia inclusive ter...

– Largou uma família burguesa, ele próprio médico...

– Digo ter se bastado com a glória da revolução Cubana. E este homem, mais uma vez, embrenha-se nas matas da Bolívia. Parece-me, no mínimo, muito idealismo. Naquela época, e agora, continua para mim uma figura admirável. Eu não concordaria em certos aspectos ideológicos – eu tenho uma fé explícita e ele não tinha essa fé explícita. Mas isso não tira a admiração.

– Nós temos o AI-5 no dia 13 de dezembro de 1968. Você chega exatamente no dia 26 de janeiro de 1968, no bojo das mudanças. Qual a primeira imagem?

– Uma imagem sensorial do antigo Galeão, o asfalto cuspindo calor. E depois, do aeroporto até a casa dos Claretianos, as chamas que queimavam a estrada – fogos que se abriam; acho que eram reformas nas ruas do Rio, sei lá o quê. A partir daí, durante quatro meses, entre Rio, Petrópolis e depois São Paulo, passei por cursos, num aprendizado destinado a compreender o Brasil.

– Pedro, quando você chegou aqui em São Félix, em 1968, havia talvez 600 moradores. Um povoado, um amontoado de retirantes. Queria que você falasse sobre essa fase, digamos assim, a *fase* das *bandeiras*, a terceira, e não a quarta, a atual, a da consolidação dos grandes grupos econômicos. E mais; falasse da monotonia. Para nós brasileiros já é difícil, imagino para um europeu, alheio a tudo isso.

– Foi um salto no vazio. Vim de caminhão de Rio Claro, SP, até aqui, São Félix. Sete dias de caminhão. Em Barra do Garças se juntaram a mim e ao Padre Manuel Luzan, também claretiano, que me acompanhava, dois índios Xavante. Foi o primeiro contato. Por um lado muito triste, mas de certa forma de suma importância. Lembro-me da observação de um deles. Pitoresca. De uma única frase. A primeira que ouvia de um índio em minha vida: "Coca-Cola tem gosto de remédio". Me impressionaram várias coisas durante estes sete dias de viagem em cima de um caminhão. De modo biológico me impressionaram as *queimadas*.

– Você já tinha visto as *queimadas* nos morros cariocas!...

– Que falta de sensibilidade, que absurdo tudo isso.

– Eram assim os primeiros sinais de uma expansão que mais tarde você conheceria de forma tão terrível.

– Foi o meu primeiro contato com o latifúndio. Traumatizante. Uma marca de fogo. Depois as estradas. Quilômetros, dezenas, centenas, e as estradas não acabam nunca neste país. As estradas do Brasil pertencem ao retirante e este é um país de retirantes, portanto as estradas são este país. No caminho para São Félix, uma região àquela época ainda dominada pelas matas, uma onça atravessou em frente ao nosso cominhão.

– Na Espanha, de dois a três quilômetros, divisamos uma cidade. Aqui, nessa viagem, andávamos dezenas, centenas, e encontrávamos apenas uma família, pobre, abandonada, esmagada. Depois as pinguelas, as porteiras, marcos do pacto firmados pelo latifúndio. De Rio Claro seguimos para Goiânia, depois Aragarças, Barra do Garças e, finalmente, São Félix. Era fim de julho de 1968. Verão. Tudo seco. Poeira. Isso me levou a observar que a Amazônia não era, realmente, tão rica quanto eu imaginava. Por outro lado a floresta, com sua passarada, tudo nos era mostrado na própria estrada. Era um contato. Fiz essa viagem de sete dias cantando, vibrando, outras vezes traumatizado. Estava diante da Natureza mãe.

– E o que se via mais?

– Pernoitamos uma noite numa fazenda, perto de Xavantina. Fomos levados por um padre salesiano, amigo do fazendeiro, a pernoitar ali. Me chamaram atenção 16 cachorros, um macaco, e uma rede sofisticada, rica, onde descansava o gerente. Mais tarde, viemos a discordar desse padre, no que toca à pastoral, à sua posição ideológica muito espiritualista.

– Qual a ameaça dessa fazenda?

– Ela me lembrou o quadro rural da África, com os fazendeiros brancos vivendo nababescamente, cercados pela miséria da população negra. As mansões dos brancos. Senti. Percebi.

A violência se espreguiça.
Vai começar o horror.

Barreira do Campo é um distrito do município de Santana do Araguaia, no extremo sul do Pará. Fica às margens do grande Araguaia. Nele se encontram os grandes projetos agropecuários – nacionais e multinacionais – aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Alguns, entre tantos: Manah, Supergás, Campo Alegre, Codespar, Campará, Volkswagen.

Um levantamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia revelou a existência de 1.500 famílias sem terra. Os posseiros aí se encontram há 18 anos, mas começaram a ser violentamente perseguidos a partir dos últimos quatro anos. Causa primeira: fazenda Sussuana, de propriedade da Manah. Quando a Manah começou a se instalar, havia na área 42 famílias. Em julho de 1977 só restavam 13. Hoje é possível que dessa gente só tenha restado a memória.

Essas famílias expulsas de terras que ocupavam há mais de 18 anos tiveram que se curvar, baixar o chapéu aos policiais da PM do Pará. Essa gente pensou em resistir. Até o momento em que intervinha a polícia; então só restava ceder, ir embora, diminuir a violência desfechada.

São 6 horas de uma manhã de setembro de 1976. O policial chefe dá ordens para que a casa seja cercada.

– Vamos invadir logo. Cercamos pelo terreiro e todo o mundo entra gritando e disparando.

– Homem, *tão* arrombando a nossa porta! diz a mulher apavorada.

Sobressaltado acorda. Não há tempo pra nada.

– São os patifes a serviço do fazendeiro, resmunga.

Pede calma à mulher, e de espingarda na mão parte para a reação, primeiro atirando para cima. Se tem que morrer, morre com honra. Os policiais recuam. Tratava-se do posseiro mais antigo de Barreira do Campo.

Essas investidas nunca pararam. Depois que começam não têm mais fim.

Manoel Ribeiro de França, um desses posseiros, numa das investidas da polícia, se encontrava derrubado por uma maleita. Quando a polícia chegou, naquele tumultuado ano de 1976, não teve forças para nada, nem mesmo para fugir. Um velho, seu Raimundo, também não pôde fugir.

– Sargento, pegamos dois engraçadinhos.

– E logo depois, afirma Manuel Ribeiro de França, seu Raimundo permanecia preso e eu espancado. Desmaiei várias vezes. Roubaram meus pertences, estragaram meus pés de frutas. Por conta dessas violências seu Manuel permaneceu 15 dias hospitalizado.

Passemos agora a um outro *causo*. O município de Paranã, em Goiás, é alvo de grileiros. A história que segue passou-se entre os povoados de Retiro, Rosário e Barco, próximo à estrada que liga Palmeirópolis a Paranã. Essa começou a ser ocupada no final do século passado. A partir de 1930 os lavradores já pagavam imposto territorial. Datados de 1940, existem recibos destes pagamentos.

O primeiro que apareceu dizendo-se dono dessas terras foi João Batista, mas desapareceu e, portanto, foi esquecido. A partir de 1972 é que começou a se espalhar a notícia de que todas aquelas terras pertenciam ao Dr. Antônio Pereira da Silva, mais conhecido como *Coronel* Pereira, e a Limírio Viana Guimarães. O *Coronel* Pereira fora prefeito de Paranã e deputado estadual reeleito. Atualmente ainda é deputado – outubro de 1977 –. O Sr. Limírio é o responsável por Palmeirópolis, designado pelo *Coronel* Pereira.

Em 1973 tem início o ano em que os dois decidem *limpar* a área. Muitos logo se retiraram, devido à força do *Coronel*, exaustivamente conhecida por todos. Outros resistiram, e quiseram permanecer no lugar onde nasceram, cresceram, casaram, tiveram filhos, enterraram seus parentes, *amansaram* a curva do rio, onde tomavam banho, o *varadouro* onde bebiam suas pingas, enfim, onde estabeleceram seu cordão umbelical.

E as pressões não se fizeram demorar. Ameaças de um lado, *tocaias* de outro, insultos, intrigas e, finalmente, a expulsão. Alguns nem puderam colher suas roças. Os jagunços chegando, atemorizando tudo, jogando caminhões imensos contra as casas, dando tiros, assustando, ferindo e matando o gado.

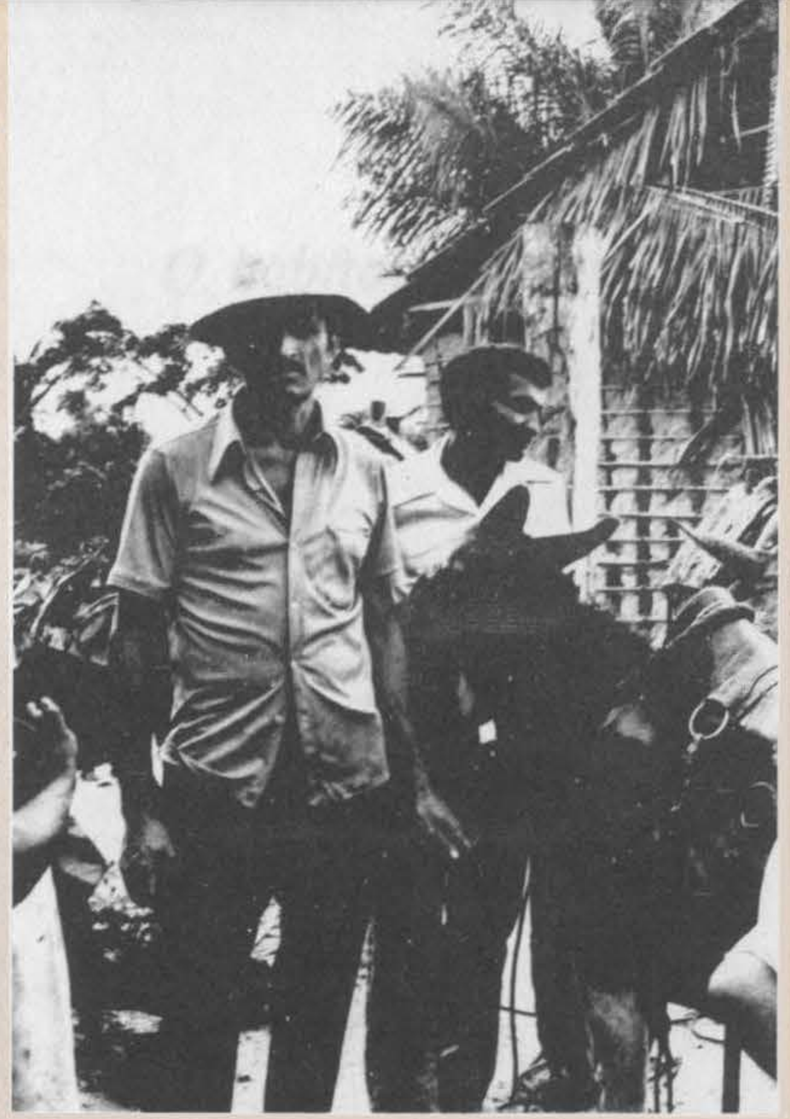
Um morador vai a Goiânia à procura de seus direitos. O governador, com a sabedoria de um chefe de Estado da região, lhe informa que a terra havia sido vendida ao *Coronel* Pereira.

"Meu filho, nada posso fazer", afirma paternalmente o governador.

De volta a Paranã, tomou conhecimento de uma intimação do juiz do município. Foi-lhes paga uma indenização total de Cr$ 40.000,00 o que não deu nem Cr$ 7 mil para cada família. Cento e vinte e cinco pessoas, com posse de mais de 60 anos, foram atingidas por esse despejo.

Os posseiros, expulsos de suas terras, hoje estão espalhados pelos patrimônios vizinhos de Barco, Retiro e outros povoados. No conjunto, 42 famílias foram desalojadas de uma área de 300 alquei-

res, a qual, em 1972, tinham feito registrar no Registro de Imóveis de Paranã, como posse. O número de pessoas prejudicadas chegou a 350. Redundante falar que hoje passam todo o tipo de privações, sem ter o que comer, atacados pela malária, raquitismo, verminose, sem direito a nada, completamente *desacorçoados* – esse é o termo da região.



O habitat do Latifúndio.

Prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso. Uma área de 150 mil Km2, limitando-se ao norte com o Pará e a oeste com o rio Xingu, dentro ainda do estado de Mato-Grosso. Alcança ainda, dentro do estado de Goiás, toda a ilha do Bananal, ao leste, onde vivem os índios Carajá. Há também os índios Tapirapé, onde trabalham as irmãzinhas do Padre Foucauld, certamente uma das experiências melhor sucedidas no mundo de uma convivência possível entre processo civilizatório e comunidades primitivas.

Há lá hoje, pouco mais de 110 mil habitantes, mas isso é na verdade muito difícil de precisar. Trata-se de uma população de índios retirantes, posseiros *tocados* de outras bandas, peões desempregados, portanto uma gente móvel. A maioria procede do Nordeste, mais precisamente do Maranhão, passando pela *pinguela* sócio-geográfica de Goiás.

A Prelazia domina dois municípios – São Félix do Araguaia e Luciara – e se estende ao imenso Barra do Garças, também em Mato-Grosso. Alcança, portanto, patrimônios, povoados, aldeias, cidades, *corruptelas*. As beiras de rios e as estradas são os caminhos principais dessa Prelazia.

São distintas as vertentes básicas dos conflitos sociais que explodem na Prelazia de São Félix do Araguaia, município criado em 1976 – latifúndio, distâncias, migração e marginalização social. E no núcleo de tudo isso, a questão terra. O governador de Mato-Grosso, Sr. Garcia Neto, admitiu certa vez que da superfície total do Estado – 1 milhão e 200 mil Km2 – achava-se vendida uma área de 1 milhão e 700 mil Km2. Essa situação absurda, comum no sertão de nossa Amazônia, no Estado de Mato-Grosso é criminosa. Chamam-na de superposição de títulos de propriedade.

A partir do momento em que a política fundiária brasileira se decide pelos grandes projetos agropecuários – e eles se consolidam no governo Geisel – os conflitos começam a acontecer envolvendo Igreja, Governo, fazendeiros e posseiros. Há um episódio, de suma importância nesse processo, que constitui um marco. Um padre francês, Francisco Jentel, que há alguns anos vivia na região, assiste, em 1966, à chegada da Codeara (Cia. de Desenvolvimento do Araguaia) a Santa Teresinha, um dos povoados da futura prelazia de São Félix. Adquirida à distância, as terras da Codeaara se estendiam não apenas às roças de dezenas de posseiros, como alcançavam a própria área urbana do povoado.

O Padre Antônio Canuto, vigário de Santa Teresinha, lembra hoje que as lutas tiveram início diante da prepotência da Codeara.

– O pessoal da fazenda, através de seus jagunços, desencadeou uma destruição total nas roças e casas dos posseiros. A Codeara decidiu, sob virulenta violência, impor uma urbanização que não respeitava a organização social do povoado, suas leis naturais, seus costumes.

E a tensão sempre crescendo, as ameaças, as pressões, as malhas dos poderosos donos da fazenda cada vez mais sufocando toda a gente de Santa Teresinha. Em 1972 os tratores da Codeara, depois de vários incidentes, derrubaram os alicerces do ambulatório que os posseiros construiam apoiados pela Prelazia. Foi um ato de violência. Como explicação, e nada mais, disseram que ali passaria uma rua.

– Posseiro também é gente, pessoal. Vamos reiniciar os trabalhos do ambulatório, propôs alguém.

A polícia, e mais os empregados da Codeara, garante Padre Canuto, desencadearam nova violência. "Jagunços e policiais firmaram novo pacto social: expulsar essa gente humilde e abandonada sob os açoites da chibata."

Voltando ao episódio dos tratores, não houve mortos, mas registraram-se feridos. E então um grupo de posseiros abandonou família, casa, roça e se escondeu na mata. Oitenta soldados desceram de avião Búfalo, em Santa Teresinha e começou aí uma caçada sem precedentes na região. Durante 105 dias um grupo de 40 homens – posseiros, marginalizados, desassistidos – foram procurados pela polícia, feito ratos.

O Padre Francisco Jentel, apontado como instigador do episódio, foi preso e condenado a 10 anos de prisão. A cisão entre Igreja e Estado Autoritário já transbordara as fronteiras do país.

A mesma terra sendo vendida várias vezes. E toda essa gente humilde, sem recursos, do oeste mato-grossense começa a ser desalojada de suas roças, suas casas, seus *ninhos* que ocupavam há 10, 20, 30, ou mesmo, 60 anos. É evidente que nunca se preocuparam em registrar essa ocupação, tal o processo de marginalização a que se viram relegados. Os títulos de propriedade se superpondo, numa espiral sempre crescente, com a colaboração de cartórios. O caminho judicial é inviável, pelo menos para o posseiro.

Os novos proprietários, precedentes dos grandes centros, sem nenhum vínculo com a região, chegam, se instalam, e implantam o terror. Nessa tarefa são ajudados por seus jagunços, recrutados entre os diferentes segmentos sociais marginalizados, e, muitas vezes, pelas polícias estaduais. A tarefa primeira é invadir a terra do posseiro,

derrubar sua casa, incendiá-la, destruir as roças, descaracterizar, enfim, a ocupação.

O sociólogo José de Souza Martins, em "A Questão Agrária e a Pastoral da Terra", observa que se criou por meio da Lei da Terra, de 1850, "um círculo vicioso que, a rigor, opera até hoje na sociedade brasileira. A propriedade independente, a pequena propriedade, pode se constituir na meta do trabalhador. Mas, a condição dessa meta, o requisito obrigatório, é o trabalho para terceiros, a venda prévia da força de trabalho para o grande proprietário. A terra passou a ter, em todas as circunstâncias, um preço, mesmo que ela exista em abundância, como de fato ocorre ainda hoje no Brasil. Isso quer dizer que, para pagar esse preço, a condição é a precedência do trabalho assalariado ou semi-assalariado. Se houver possibilidade de acumulação em escala individual ou familiar, então haverá possibilidade de acesso à terra".

Mais adiante ele registra: "vivem, pois, numa situação provisória. Até que o grande proprietário ou a grande empresa, munidos dos títulos adequados e amparados pelo Estado, apareçam reivindicando que abandonem a terra para estenderem suas pastagens ou suas culturas. Esse é o momento de conflito entre dois princípios que regulam a ocupação da terra no Brasil: um que é a ocupação por posseiros deslocados para a borda da economia brasileira, que desde a Lei de Terras só podem obter o reconhecimento ao direito de ocuparem a terra que trabalham, excepcionalmente; outro é o da propriedade juridicamente amparada e regulada. Um expressa o processo espontâneo derivado da centralização da economia na grande propriedade, expressa a contradição dessa grande propriedade, que se autoprotege para garantir-se a oferta compulsória da força de trabalho e ao mesmo tempo, não absorve, descarta e expulsa uma grande parte de trabalhadores. Outro expressa o compromisso do Estado com essa contradição, na preservação da mesma grande propriedade e do caráter compulsório do trabalho".

A Prelazia de São Félix do Araguaia foi criada em 1970, ano marco, pelo menos por duas razões relevantes – começo da década e início do governo Médici, o mais repressivo que este país conheceu, certamente, em todo este século.

Até então São Félix era atendida pelas prelazias de Guiratinga e Conceição do Araguaia, no regime de *desobrigas*. Uma, duas vezes por ano, um padre descia o rio Araguaia, celebrando missas, batizando, casando, crismando, acabando com os *amansebados*, legitimando

uniões *espúrias*, introduzindo nos barracos, à margem do grande rio, a benção da Igreja.

– *Seu* Padre, a gente queria lhe falar um *particular*. *Temo* já duas crianças mas não *tivemo* tempo, nem dinheiro pra casar...

E as *desobrigas* eram recebidas com festa, galinha, brindes, arroz, feijão, tartaruga, jabuti, o que pudesse, enfim, retribuir a graça recebida.

E os versos do grande Ascenso Ferreira, sempre na boca do povo.

"– *Seu* Padre, *tá qui* uma franguinha *pro* Santo Padroeiro dessa beira de rio.

– Tá falando com ele, meu filho, tá falando com ele."

Nesse quadro, a violência dos deuses do Olimpo não havia se generalizado. Ela sempre existira, mas não tivera ainda necessidade de se aprofundar.

A perseguição ao Padre Francisco Jentel começa em 1966, mas, na verdade, o choque, o confronto da expansão capitalista, substituindo a velha empresa semicolonial, traduzida nos proprietários endividados, nos *coronéis* decadentes, nos seringalistas cuja parcela de bens se encontravam hipotecadas nos bancos da região, tem início a partir da segunda metade da década de 60, aprofundando-se a partir de 1970.

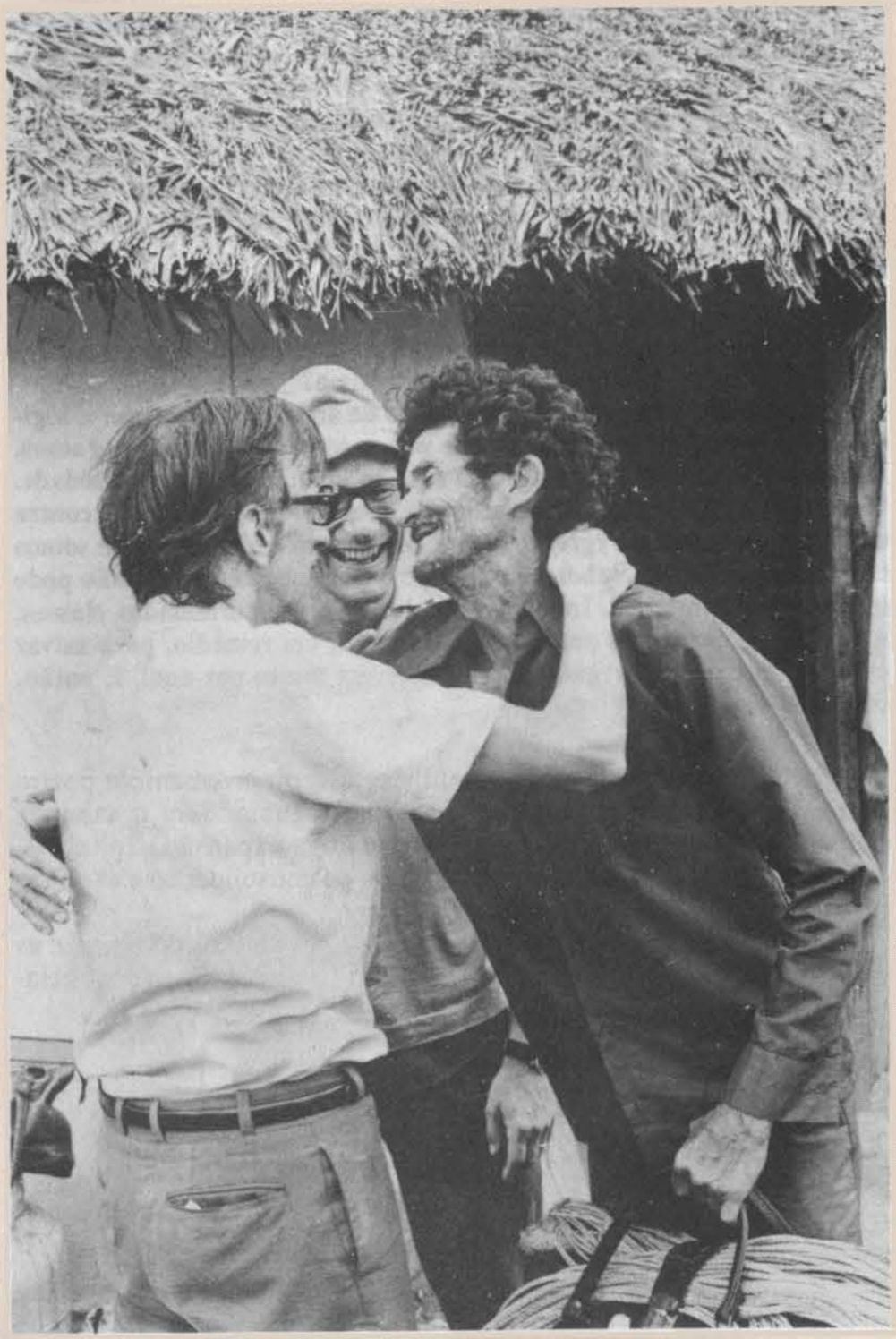
O latifúndio, pode-se dizer, não havia ainda revelado, nem necessidade houvera, a ferocidade de suas garras.

Corria então (não mais o ano da Graça, como se dizia nas histórias picarescas da Idade Média) o ano de 1968. O mês de julho, no vale do Araguaia, mostra muitas garças; os peixes, pode-se dizer, são generosos, e havendo sorte apanha-se até mesmo uma tartaruga.

Pois, exatamente neste mês, anonimamente, pisa a terra vermelha das barrancas desse rio um homem magro, não mais que 52 quilos, não mais que 1,70m, sem nada conhecer, nem saber, tudo ignorando.

Se preciso fosse escolher um símbolo para exprimir a resistência à repressão, à violência, às arbitrariedades vividas neste país nos últimos 15 anos, certamente far-se-ia justiça se a escolha recaísse neste homem frágil, chamado Pedro Maria Casaldáliga Plá, espanhol, nascido na Catalunha.

Sem o saber, esse homem, tornado padre, foi aos poucos se transformando no eco da dor que assolou tão agudamente o povo do sertão do centro-oeste brasileiro.



Durante a viagem de sete dias em cima de um caminhão, que o trouxe até São Félix, Pedro foi hospedado pelo latifúndio. As relações deviam ser amigáveis. As relações da Igreja com o Latifúndio sempre foram amigáveis. As relações da Igreja com o Poder sempre foram amigáveis. Era um padre jovem. Seria gratificado pelos serviços secundários e omissões fundamentais. Batizaria, casaria, abençoaria os fazendeiros, seus filhos, seus empregados. Era a norma. Há quase cinco séculos tinha sido assim:

O Padre Pedro Casaldáliga, em curto espaço de tempo, disse *não.*

– Pedro, é verdade que você se nega a confessar e batizar alguns comerciantes e fazendeiros aqui da Prelazia?

– Opressor, repressor, ou puxa-saco de ambos, eu me nego. É lógico. Você tem que compreender que não somos nós que nos negamos. Eles é que se negam. Nós exigimos uma comunhão com a comunidade. Quem não é da comunidade recusa esse compromisso, coloca-se contra ela. Como pertencer à Igreja? Agora nós compreendemos e nem somos tão rigorosos assim. Sabemos que o povo tem que ceder, ele não pode ter inimigos como nós. Inimigo é um luxo para determinadas classes. Amanhã um camponês precisa de um carro, um remédio, para salvar um filho que está morrendo. E eles morrem muito por aqui. E então, como ele fica?

Pedro chegou, saltou do caminhão, retirou levemente a poeira da roupa, e começou a pisar o solo do Araguaia. Sem o saber se transformaria no inimigo número um da nova expansão capitalista, diga-se do Latifúndio, em sua nova etapa de consolidação e exploração, nos sertões do centro-oeste brasileiro.

A partir dessa *carona,* que facilmente poderia ter sido *negada,* as violências e arbitrariedades do Latifúndio passaram a ser denunciadas, sempre que possível.

O furacão sopra. As pétalas caem.

D. Pedro Casaldáliga é o bispo de uma prelazia de 120 mil habitantes. A equipe da prelazia conta com sete padres, oito freiras, afora quatro irmãzinhas do Padre Foucauld, que vivem há 25 anos junto aos índios Tapirapé. Há ainda cerca de 20 leigos, a maioria com formação universitária, procedentes principalmente de São Paulo e capitais do Sudeste. A equipe tem grupos distribuídos em São Félix, Santa Teresinha, Luciara, Serra Nova, Pontinópolis, Porto Alegre, Canabrava, Ribeirão Bonito, Cascalheira, Santo Antônio e na aldeia Tapirapé.

"Acho que você deve escolher o Brasil. Por dois motivos: primeiro, porque a Santa Sé vem apelando para a congregação tomar conta daquela área, que ainda não tem padre nenhum. Ninguém, nada estabelecido da Igreja. E olha que são 150 mil km². Que extensão meu Deus... Segundo, porque o Brasil é maior que a Bolívia e vai ter uma grande influência na América Latina, perspectivas maiores, inclusive em termos de Igreja e Pastoral".

– Cheguei um pouco tarde a essa região. Isso é verdade. Não havia sequer uma igreja construída. Mas tivemos a sorte de chegar depois do Concílio Vaticano II. Chegamos depois do Encontro de Medellin, na Colômbia. Foi um momento de profunda modificação na linha de ação da Igreja.

– No primeiro dia que aqui cheguei há memória. Nesses primeiros dias, já às 10 hs da manhã, o cérebro da gente parecia que ia estourar. Nesses primeiros contatos o calor era tanto que temi pelos meus miolos. A solidão era total. São Félix tinha nessa ocasião de 500 a 600 habitantes. Neste ano (1978) já ultrapassou os 6 mil habitantes, 10 anos depois.

– Havia um total de seis casas de alvenaria, e três carros velhos. Só. E muito mosquito, muito pium. E mais as febres, malária, doenças desconhecidas matando diariamente essa gente. Iniciamos um trabalho de enfermagem. Examinávamos as lâminas a fim de determinar o tipo de mosquito; o sangue dessa gente estraçalhada pelas doenças, era diluído, praticamente uma água.

– As fazendas surgem na região; Suiá – Missu, Guanabara, Codeara, e muitas outras. Mas é a partir dos anos 70 que começa a tragédia do peão. Eu já tive oito malárias, o que me leva a dizer que me sinto naturalizado brasileiro. Com a morte, portanto, fui abruptamente aprendendo a conviver. Sobretudo nas crianças. Naqueles primeiros meses de minha chegada a São Félix – julho, agosto, setembro, outubro de 1968 – chegavam a se registrar quatro, seis mortes de crianças por semana.

– As crianças eram muitas vezes enterradas em caixinhas de papelão. Em caixas de sapatos. Houve até mesmo uma ocasião que ao se levar para o cemitério um anjinho desse, ele despencou-se da caixa de sapato, indo cair no chão, praticamente nos pés dos acompanhantes, em sua maioria crianças. Uma situação indescritível, terrivelmente chocante.

– Semanalmente, quase que diariamente, vinham as crianças ofegantes, e gritavam: "Padre, tem um anjinho aí. Mamãe mandou avisar". Quase cheguei ao desespero. Pensei que se continuasse aquela situação eu, psicologicamente, não resistiria.

– A malária, as viroses, a contaminação, a morte cotidiana, a impotência. Foi fácil perceber como essa maldita organização social esquecia e ignorava todo esse quadro. Quando muito o utilizava sem maiores sentimento de culpa.

– Posso revelar hoje que os primeiros 18 meses foram de impotência. Quase de permanecer sentado, olhando. Sentado num sentido figurado, já que as viagens pelo sertão nos possibilitavam ver, olhar, escutar, tentar adivinhar. A poesia, nessa época, transformou-se num paliativo. Escrevi nessa ocasião alguns poemas, procurando registrar, captar esse quadro. O isolamento era total. Não havia nenhuma forma rápida de comunicação. As cartas demoravam meses para chegar. Foi por essa época que decidi escrever cartas circulares. Fazia uma só, e os amigos ocupavam-se de multiplicá-la, tirar centenas de cópias, e enviá-las aos amigos da Espanha, da África, e outras partes.

– Tão logo cheguei a São Félix, naqueles idos de 1968, fomos recebidos por um padre que nos hospedou numa casinha às margens do Araguaia. Antes fora um açougue, construído por Leonardo Villas Boas, um dos irmãos Villas Boas, já falecido. Era uma casinha humilde e simpática, de janela para o rio. Viemos a saber depois que a primeira família a chegar a São Félix era do Piauí. Eles então homenagearam o vilarejo dando-lhe o nome de São Félix, que no Nordeste seria o protetor daqueles que poderiam vir a ser atacados pelos índios. Isso me apavorou. Essa expressão de proteger contra os índios nos preocupou. E logo substituímos São Félix por N. S. da Conceição.

– Tateando no escuro, essa a sensação. De Carlos Drummond de Andrade já havia lido alguma coisa. De Guimarães Rosa eu tinha notícias. Depois, algum filme de temática nordestina, do cinema novo. "Deus e o Diabo" foi um deles. Já "Vidas Secas", só o livro, o que lamento. Quanto a "São Bernardo", li também só o livro, infelizmente não assisti ao filme de Leon Hirszman. Bom, cheguei com algumas referências. Sabia da existência da Amazônia, desse outro Brasil, mas

em minha mente esse negócio de latifúndio era muito impreciso, e a gente englobava mais em termos de América Latina.

– Ainda na Espanha, logo depois de minha ordenação como sacerdote, chamou-me a atenção um Superior-Geral nosso, Pedro Schweiger, homem muito sensível, a quem um grupo de jovens (do qual eu fazia parte) "impusera um ultimatum" para que a congregação – Claretiana – mais ou menos tradicional em muitos aspectos, ainda agora, em certas áreas, aceitasse de modo vivo e explícito o Vaticano II. Do contrário partiríamos para outra alternativa, sei lá o quê? Ele, inclusive, desviando sua trajetória da América Latina para Roma, passou por Madri para falar conosco. Foi uma conversa decisiva. Aceitou o "ultimatum" e fez questão de que o Capítulo Geral de Renovação assumisse mesmo o Vaticano II. Tinha uma visão profética, que naquela hora nenhum de nós poderia ter. Decidi então vir para o Brasil. Mato Grosso, o Inferno Verde, as feras, a floresta, os índios. Vibrei ao saber que em nossa prelazia havia as Irmãzinhas do Padre Foucauld. Sempre admirei muito a vocação delas. Cheguei mesmo, em certa época, a sonhar em ser Irmãozinho. Embora possa parecer assim, mais ou menos combativo, agressivo e ativista, acho que sou também bastante contemplativo.

– Sim, o Guimarães Rosa muito me impressionou. Inclusive tenho minhas divergências, quando se diz que ele não é social, não é político. O que ele descreve, e como o descreve, – olha, não é fácil – é o linguajar do nosso povo aqui. O modo de andar dos monges, o modo de andar do povo, o modo do povo viver, de se amar, de se matar, o modo do povo suar, o modo do povo sentir... Lamento, realmente, se tal for verdade, que a figura do homem não sentisse e não vivesse, estivesse dissociada das lutas do seu tempo.

– Pediram a Carlos Drummond de Andrade, por quem tenho grande admiração – talvez se possa dizer que seja o grande poeta brasileiro, inclusive é um artista profundamente versátil, – pediram a ele para prolongar um livro de poemas meus. Com todo o respeito, informaram-me que se negou. Ele teria dito que "com freqüencia, esses poetas de protesto e tal não são poetas", uma expressão mais ou menos assim. Comentando essa reação de Carlos Drummond – que eu compreendo, não o recrimino em nada – um colega emitiu um ponto de vista próprio de um amigo. Sinceramente, sem nenhuma humildade, acho que houve um certo exagero em se pedir um prólogo de Carlos Drummond de Andrade para meus poemas. Cada coisa em seu lugar.

– Já aqui na prelazia descubro que Mato Grosso reúne uma grande concentração de nordestinos. Então senti, como uma descoberta, que o Nordeste se encontra em Mato Grosso. Um povo que ia atingir, e que

iria me atingir, seria fundamentalmente um povo nordestino. Não foi difícil descobrir o neologismo retirantismo.

– Li vários livros de autores brasileiros logo que cheguei aqui ao Araguaia. Mas o "Quarup", de Antônio Callado, foi certamente o primeiro. Li este livro entre o Araguaia e o Xingu, pois minha prelazia se estende até o vale deste rio. Tive, portanto, oportunidade de conhecer literariamente, e logo depois conheceria na própria carne a Amazônia, o Nordeste, tão presente nesta região, seus conflitos, a luta de todo esse povo de Deus. É um livro fluvial e épico. Mais épico, acredito. Com toda aquela riqueza da obra. É um romance dos trópicos.

– Pedro, e o episódio em que você ia pelo rio das Mortes, o barco naufraga e o livro é levado pelas águas?

– Eu me encontrava viajando, levando "Quarup" e muitas outras coisas. E o barco naufraga. Perdi praticamente tudo. Mas ninguém morreu. Morre-se muito afogado, por estas bandas. Havia um rapaz que viajava com a gente, que começou a mergulhar e recolher alguns objetos que ia encontrando. Duas das coisas que recolheu foi o "Novo Testamento" e o "Quarup". E o "Quarup" foi recolhido folha por folha. Nos dias seguintes ficava ao sol a secar, até ser inteiramente recomposto. Esta obra foi lida entre os rios Araguaia, Xingu e das Mortes, e quis uma ironia do destino que seu batismo se fizesse no rio das Mortes. Senti muito a figura do Padre Nando. Senti muito uma nova Igreja que reagia à velha Igreja. Que reagia à repressão, ao Estado Policial; à figura do militar torturador, que existiu. Uma figura concreta. A impressão que a gente teve dessa leitura foi de sucessivos encontros com a alma do povo. Fazer amor numa rede do Nordeste era se encontrar com o povo nordestino; fazer amor às beiras do Xingu era se encontrar com o povo, com a alma da Amazônia, com o amazônida. E há um momento em que Francisca aparece como sendo a alma do povo, sempre sonhada e ainda não atingida, procurada sempre. E me impressionou muito o final do livro, em que outros aspectos, que poderíamos chamar de mais circunstanciais, secundários do próprio amor, as próprias aventuras das sucessivas descobertas, são renunciados, vencidos, superados por uma entrega total, quase martirial; a causa, a transformação. É um romance impressionante, para quem chega numa hora dessas e vive num mundo assim.

Vamo embora gente, que os bate-pau tão chegando.

– Eu e minha equipe nos declaramos uma Igreja perseguida.

Seis vezes, no espaço de pouco mais de um mês – de 30 de maio a 16 de julho de 1973 – Pedro Casaldáliga e sua equipe escreveram essa profissão de fé. Com dor.

Em 30 de maio ele protesta contra a sentença do Tribunal Militar de Campo Grande que condenou o Padre Francisco Jentel, de sua prelazia,. a 10 anos de cárcere.

A 7 de junho denuncia, num documento amargo, tamanha era a violência vivida, "as operações da Polícia Militar e outras Forças Armadas no território da Prelazia de São Félix," "Uma invasão vandálica", acentuava sua carta.

A 15 de junho, com a repressão sempre se superando, se aprofundando, faz "uma carta de alento ao povo da prelazia, pastoral em que diagnostica ao povo, aterrorizado, as últimas manifestações da perseguição, e o estimula a prosseguir com fé e com esperança".

A 19 de junho aos irmãos e amigos da Espanha, informando "em nome de toda a equipe da Missão e em nome deste povo particularmente querido" a grave situação de perseguição em que se encontram.

A 8 de julho escreve uma pequena carta de sua própria casa, transformada em prisão, aos seus irmãos do Episcopado brasileiro.

A 16 de julho, em carta aberta, ele e sua equipe denunciam a clandestinidade a que tiveram de recorrer, uma vez que livres da prisão e dos maus tratos tiveram que esconder-se, em razão da invasão de sua residência em Goiânia.

Em sua carta aos bispos do Brasil, ainda na prisão, ele emitia uma profissão de fé singular; **"Estamos firmes e até alegres. Nossas celebrações eucarísticas têm um maravilhoso clima de verdade. Que bom ser perseguido por causa do Evangelho, da Justiça, e da Liberdade total"...**

Houve um momento, entre 1971 a 1973, em que a perseguição foi global, descarada e absoluta.

"O Padre Jentel, respondendo processo há mais de um ano, foi agora condenado a 10 anos de prisão, e se encontra no quartel da Polícia Militar de Campo Grande."

"Chico e Rosa, de Santa Teresinha, estão fugidos."

"Uns 40 posseiros, de Santa Teresinha, tiveram de fugir, e estão vivendo escondidos e perseguidos na selva; seis moradores de Santa Teresinha foram presos e torturados."

"Lulu, de Serra Nova, foi preso".

"Quatro generais, presentes em Santa Teresinha a 3 de outubro de 1972, obrigaram o prefeito de Luciara a anular o decreto de desapropriação da área urbana da cidade, publicado inclusive em Diário Oficial".

"O Secretário de Saúde de Mato-Grosso mandou fechar nosso ambulatório de São Félix."

"Em setembro de 1972 o Exército ocupou área da prelazia, e, em ação antiguerrilha, cometeu vários abusos."

"O famoso *Cabeludo, Capitão Ailson*, protegido pela Polícia Militar e a serviço da fazenda "Frenova", deteve e interrogou o Padre Eugênio, de nossa prelazia, e vários posseiros; perseguiu o Altair; destruiu as armas domésticas do povo."

"O Padre Manuel, de Ribeirão Bonito, foi derrubado, abatido e ameaçado de morte pelo Sr. Zacarias Guedes; depois o mecânico Zezinho foi também ameaçado de morte pelo mesmo Zacarias e pela polícia local e agora está sendo procurado. A polícia assaltou as casa de Cascalheira, intimando o povo e roubando seus pertences".

"A polícia e os *tubarões* queimaram muitas casas em Porto Alegre, na gleba do Sr. Domingos Marques".

"Muitos posseiros da região estão sendo expulsos e muitos peões, assassinados".

"Os posseiros de Santo Antônio, Barreira Amarela, Sertão de Mururé e Serra do Roncador; os posseiros da gleba do doutor Nardeli; os posseiros da Mata do Coco, Serra do Magalhães estão todos sendo pressionados e ameaçados de perder suas terras".

"O general do Exército, responsável pelo estabelecimento de um quartel em Aragarças, revelou ao prefeito de Barra do Garças, Sr. Valdon Varjão, que o motivo principal da instalação dessa tropa é controlar o bispo de São Félix, sua equipe, os índios e os posseiros."

"Da última operação da Polícia Militar, Aeronáutica e Exército, iniciada a 29 de maio, e pela qual ainda estamos sofrendo, não é preciso contar detalhes. Todos somos testemunhos da brutalidade dessa invasão; dispersões; detenções; roubos de armas de caça, dinheiro, de documentos, de relógios, de ferramentas; calúnias, ameaças, pressões morais; violação das casas e do arquivo episcopal da prelazia; seqüestro e prisão, em Santa Teresinha, de Terezinha, a contadora da Cooperativa dos Posseiros; detenção, em Serra Nova, do enfermeiro Edgard e de nossa visitante Teresa".

"As ameaças de morte contra Elmo, diretor do Ginásio de São Félix".

"A violência moral exercida contra o Padre Pedro Mari e os professores do ginásio, forçando-os a retratarem-se de fatos de que eram culpados outros e não eles".

"A vigilância policial exercida sobre todos os professores do ginásio e do grupo escolar, e a reabertura das salas sob a mira das metralhadoras".

"Nossos professores de Santa Teresinha, Pontinópolis, Porto Alegre e Ribeirão Bonito viram anulados seus contratos de trabalho por ordem superior e nunca mais receberam o pagamento de seus serviços, nem as Secretarias, assim como do Ginásio de São Félix, desde novembro de 1977."

"As muitas ameaças e pressões em toda a região contra *os amigos dos padres*; a proibição, dirigida ao povo pelo Capitão João Evangelista do Nascimento, de reunir-se com o Padre Eugênio em Azulona, contra o programa de batizados e o encontro mensal, e a ameaça de deter todos os que se encontrassem com o Padre Eugênio".

Cartas, apelos, denúncias. E aos poucos esse catalão irrequieto, de peso *abaixo de uma saca de feijão* , como me confidenciava um posseiro em Cascalheiro, ia se tornando em um igarapé, um pequeno rio, por onde começam a se canalizar os gritos de dor do povo do sertão.

Trechos de cartas. Trechos de uma revolta que dia a dia se alimentava na vertente inesgotável da violência. Tempos de violência. Tempos de muita dor.

"Seremos cada vez mais perseguidos, porque optamos. Nos colocamos do ponto de vista do oprimido".

Um telefone toca. Acordemos.

O telefone toca quatro vezes. Nem três, nem cinco, quatro vezes.

– Olha, a Editora *tá* querendo que você escreva um livro sobre o bispo.

– Que bispo?

– O do Araguaia, não sei o nome dele direito. Esse que o Governo e Dom Sigaud chamam de comunista.

Dois meses depois eu me via – e não foram poucas as dificuldades, a insegurança, o temor – diante de Pedro. Todas as nossas conversas se faziam no interior da igreja da prelazia.

Eu examinava o local, as portas. Um fio, uma tomada, essas paranóias todas que terminaram nos introjetando com tanto êxito.

E Pedro indiferente, tranqüilo. E as conversas se prolongavam, se estendiam. Eu me perguntava, meu Deus, estou diante de quem? Pedro concilia, como jamais havia visto ou lido, uma concepção de mundo histórica e uma postura de fé religiosa. E olha que isto é fácil de dizer, difícil de viver.

Todas as noites eu dormia cercado de fantasmas, submetido a um calor que durante o dia ultrapassava os 40 graus. Acordava, examinava as anotações, buscava os documentos. Tudo em ordem. Até quando?

Na lojinha vou comprar pilhas para minha lanterna. Não havia mais lua e uma lanterna se tornava prudente. Uma menina de 12 a 13 anos, no máximo, já prostituída, – o que não constitui novidade nenhuma em São Félix – exibindo certa sedução, me pergunta:

– O senhor é do SNI ou do Exército?

– Quem lhe mandou perguntar?

– Liga não, moço, em que pensão o senhor está?

Ainda no Rio. No telefone.

– Ah, sim, D. Pedro Casaldáliga.

– Esse mesmo. O nome dele é complicado, mas...

– Livro sobre a vida dele, é isso que *tão* querendo?

– Exatamente. Acham que você é a pessoa indicada.

– Mas esse livro já foi escrito.

– Por quem? Ninguém *tá* sabendo lá. Que *furo*, hein rapaz... Quem foi o autor?

– O Callado. O Antônio Callado. Chama-se "O Quarup". O Nando é o Pedro. E o Pedro é o Nando.

O primeiro encontro com Pedro foi em Ribeirão Bonito, no Vilarejo onde mataram o Padre João Bosco Penido Burnier. João Bosco foi assassinado ao lado de Pedro. Há quem diga que a bala deveria ser desfechada contra Pedro, mas a situação se precipitou e a bala *dum-dum* foi esfacelar o crânio de João Bosco. Essa morte, em outubro de 1976, terminou por consolidar mais ainda a aliança de Pedro com o povo do sertão.

Nesse primeiro encontro, conforme é o feitio de sua alma, ele me recebeu amavelmente, embora o clima do povoado fosse terrível, insuportável, com mais de 80 policiais, fortemente armados, 20 no centro do lugarejo, e o restante internado no mato. Tudo isso como forma de evitar *desordens*, do povo, explicava-me o Cel. José Silvério, da PM de Mato Grosso.

– Pedro, trago comigo esse projeto, e coisa e tal. Que você acha?

– Não vejo muito sentido se volta-se somente para a minha pessoa. Mas se for para servir como mais um documento da luta dessa gente, da Igreja, podemos conversar. Não aqui. Talvez em São Félix.

Ribeirão Bonito dista cerca de uns 350 Km de Goiânia, estrada de terra, de difícil acesso. Quinze dias depois retornava a Brasília, e de lá visitava mais uma vez São Félix.

– Sinceramente, você acha que vale a pena?

Morrer é preciso.

No altar tosco, sobre uma toalha branca, o cálice de metal, as hóstias, uma imensa vela e finalmente uma camisa de algodão, manchada de sangue, já esmaecido. Em torno, mais de 800 posseiros, colonos, pequenos agricultores, os malditos do sertão mato-grossense.

Em comum, rostos esquálidos, e sete palmos de terra, que cedo ou tarde os unirá nesse destino.

A camisa simboliza a memória do Padre João Bosco, no primeiro aniversário de sua morte.

Estamos numa manhã calorenta de 11 de outubro, em Ribeirão Bonito.

Há um homem morto num casebre de Cascalheira. Apenas uma facada. Uma vela que insiste em se apagar, seu cachorro, e uma mulher que, de instante a instante, emite um gemido, enxuga uma lágrima, e volta novamente a caminhar. A festa corria alegre, quando um outro peão, enciumado, puxou da peixeira, e em dois rápidos saltos, numa agilidade de gato, derrubou o homem.

Agora ele está sendo chorado por uma mulher, assistido por seu cachorro, e acompanhado por uma vela que insiste em se apagar. Seu nome não conta. Um nome a mais, apenas. Morreu quando disputava o amor – que certamente seria ligeiro – de uma prostituta.

Não haverá sepultura, mas sete palmos de terra. Ao ser levado para o cemitério, uma nova vela será acesa.

Um peão a mais assassinado na jurisdição da Prelazia de São Félix, onde se morre e se mata à toa.

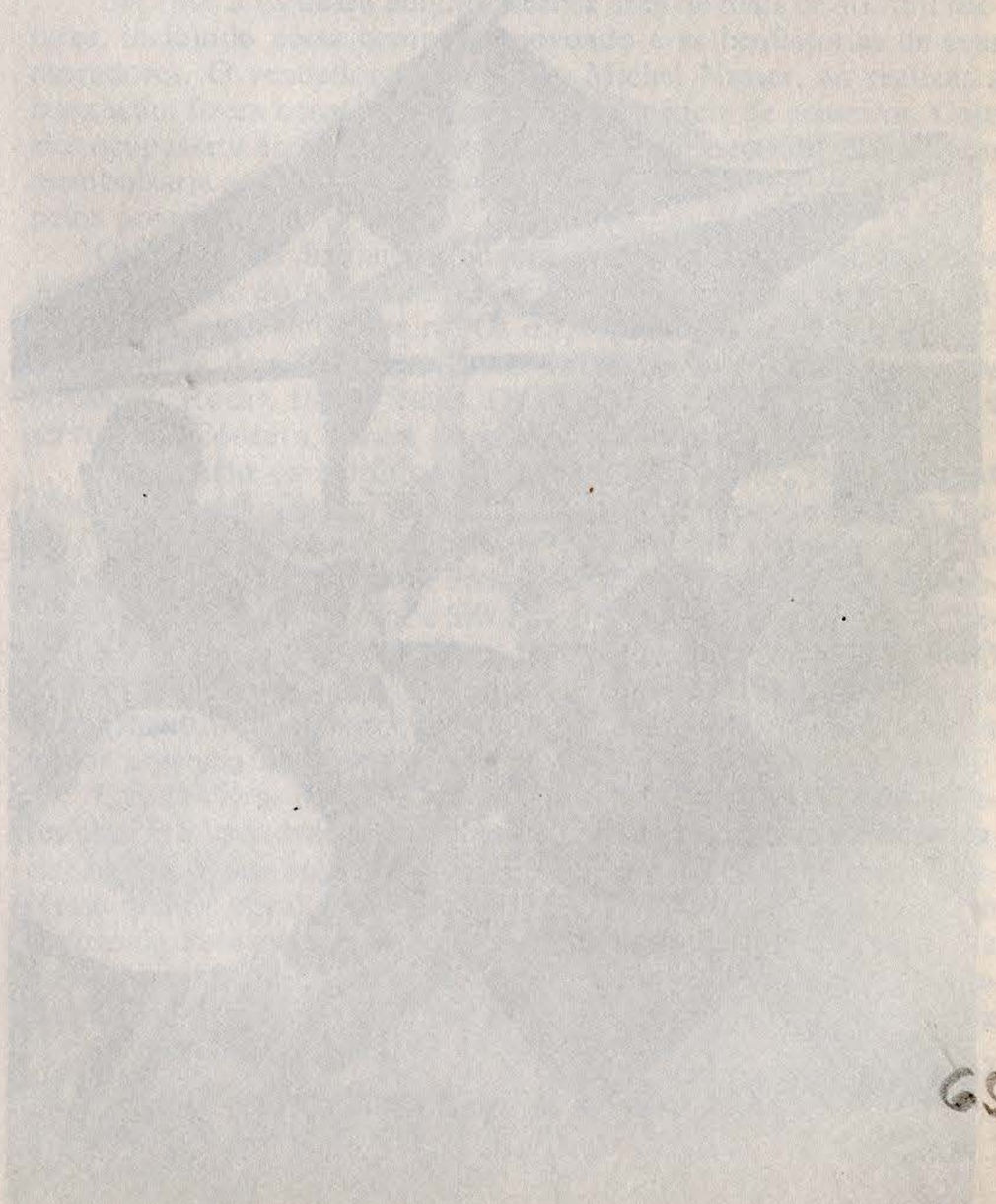
Os posseiros, os peões, os homens sem terra, com suas famílias, têm percorrido os caminhos do sertão do centro-oeste brasileiro à procura de trabalho, mesmo que seja por alguns meses. Vêm enxotados de outras paragens.

– *Pai,* tou *com fome...*
– *Mulher, mata o periquito.*
– *Como, homem de Deus, o bichinho* tá *tanto tempo com a gente. Vê se isso tem cabimento...*
– *Mulher, as crianças estão com fome. Mata o periquito.*

O homem morto no casebre de Cascalheira não tem nome. Tem apenas um apelido. E só. Sabe-se que alguém foi esfaqueado, e durante semanas se falará do *causo*, mas logo permanecerá apenas a memória de que alguém foi esfaqueado. E só. Nem a prostituta, em nome de quem ele sacrificou sua vida, sabe o seu nome.

Mas todas essas mortes constituem apenas um dado, talvez um número, no imenso gráfico das contradições alimentadas na vertente impessoal do Latifúndio.

As botas do latifúndio.



Muitos têm sido os desdobramentos das lutas sociais neste país. A formação social brasileira resulta, – e nisso nada inova na história da humanidade, – das lutas de classes. A posse da terra, na área da Prelazia de São Félix, está no núcleo dessa luta. Os conflitos são entre fazendeiros versus posseiros; fazendeiros versus índios; fazendeiros/empresários versus fazendeiros/empresários; e posseiros versus índios.

Fazendeiros × Posseiros (Codeara versus Santa Terezinha).

A fazenda Codeara – Grupo BCN, Banco de Crédito Nacional – e o povoado de Santa Terezinha entraram em luta. Desigual para o lado historicamente perdedor. Pelo menos até hoje. O povoado de Santa Teresinha fica no município de Luciara, no Estado de Mato-Grosso, na área da Prelazia de São Félix do Araguaia.

Santa Teresinha recebeu as primeiras *levas* de moradores a partir de 1910. Já em 1931 a Prelazia de Conceição do Araguaia aí construía escola e igreja.

Em 1966 a Codeara adquire imensa área de mais de 400 mil hectares, incluindo nessa compra o povoado e as benfeitorias de seus moradores. O vendedor da área, Sr. Michel Nasser, ao realizar a transação, fizera constar, por escrito, a existência de posseiros. Caso eles ocupassem área superior à especificada no contrato, o vendedor reembolsaria aos compradores Cr$ 8,00 por alqueire a mais ocupado pelos posseiros.

Os posseiros haviam fundado até mesmo uma Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia. A Codeara construiu sua sede numa área ocupada por um posseiro. Os empregados da fazenda – peões – iniciaram as *derrubadas* em terras ocupadas, com benfeitorias dos posseiros. Roças, sítios, frutas. Os posseiros reagiram e os peões, a serviço da Codeara, foram obrigados a não prosseguir.

Têm início os conflitos. Relatórios, denúncias, pedidos, e as coisas se arrastando sem pressa, feito jabuti no meio da selva. O Bispo D. Tomás Balduíno, na ocasião Prelado de Conceição do Araguaia, envia um relatório ao Presidente Costa e Silva, propondo soluções. O Presidente Costa e Silva dá o seguinte despacho; "Ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura para conhecer e providenciar." O Ministro Ivo Arzua, da Agricultura, encaminha o documento ao Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), recomendando a maior urgência. Isto ainda em dezembro de 1967.

E cada vez as pressões aumentando contra o povo de Santa Teresinha. E a cada reação dos posseiros contra os ataques da Codeara, ela acionava seu esquema de denúncias aos órgãos de segurança. Nesse quadro geral de repressão surge, apontado como agitador, o vigário da Paróquia de Santa Terezinha, Padre Francisco Jentel. Na medida em que os conflitos se desenrolavam ele se colocava abertamente em favor dos moradores. Instaurou-se inquérito e ele termina

condenado a 10 anos de prisão, pelo Tribunal Militar de Campo Grande, M.T.

Na área urbana o problema se repetiria com a Codeara, que elaborou um projeto de urbanização, alcançando casas em pleno perímetro urbano.

Na área de propriedade da prelazia construía-se escola e ambulatório. A Codeara, querendo fazer cumprir seu plano, a 10 de fevereiro de 1972 invadiu as construções com trator de esteiras e homens armados, entre eles o empreiteiro-geral Décio Felipe, até 1977 gerente das Fazendas do Grupo Abdala Zarzur, no rio das Mortes.

Um dos membros da equipe da prelazia fotografou a operação, foi agredido, a sua máquina jogada sob as esteiras do trator.

As pressões se acentuam. A Codeara aciona, por denúncia, as autoridades policiais. Um destacamento militar, comandado pelos Capitães Moacir Couto e Edno Moreno, desloca-se até Santa Teresinha. Dirigem-se à Codeara, e de lá, acompanhados por 10 funcionários da Companhia, vão às obras e dão ordem de prisão aos pedreiros, que trabalhavam na construção da escola e do ambulatório.

Trava-se uma discussão e tem início um tiroteio. Os funcionários da Codeara se encontravam armados e os pedreiros reagem à invasão.

Os atacantes abandonam uma pasta contendo um telegrama assinado pelo então Secretário de Segurança Pública do Estado, Coronel Ivo de Albuquerque. "...Aprofunde informes respeito existência et distribuição armas pt Identifique et detenha líderes civis movimento vg removendo-os sede regional pt". Acompanhava o telegrama, uma relação dos que deveriam ser presos.

Após o episódio, que a imprensa do sul noticiou sem o devido aprofundamento, – estávamos no período da censura à imprensa, o mais obscuro de que se tem notícia neste país – o próprio Secretário de Segurança, Cel. Ivo de Albuquerque, comandando um batalhão de 80 homens, vem até Santa Teresinha a fim de "averiguar os fatos". Padre Jentel e seus colaboradores constavam na relação dos supostos líderes do movimento.

Com o apoio da Codeara, usando seus carros, muitas vezes seu rádio e outras vezes fazendo-se acompanhar de seus funcionários, vasculham a área à procura dos 40 posseiros, prendendo seis, que foram levados a Cuiabá. Nunca foram ouvidos. O restante viu-se na contingência de abandonar suas casas, e durante 105 dias permaneceram na clandestinidade, alimentando-se de carne de macaco e frutas silvestres.

A saga dessa gente, transformada em grupo de "subversivos", jogada numa clandestinidade forçada, constitui um dos capítulos mais dramáticos da história do povo do Sertão, nos últimos 15 anos. Até porque não é um episódio isolado, ele se insere numa cadeia de violências, e já era por demais ostensivo.

A partir dele foram titulados 120 posseiros, cada um com 100 hectares, e a área urbana de Santa Teresinha retirada da administração da Codeara e transferida à prefeitura de Luciara. Essa medida, simples, transparente, vinha sendo proposta desde 1967 pela Igreja.

Mas o final não foi tão feliz assim. Havia um processo, não nos esqueçamos. Na Auditoria Militar de Campo Grande os juízes militares acabaram condenando o Padre Francisco Jentel a 10 anos de detenção. Houve recurso mais tarde, e o Superior Tribunal Militar, em Brasília, desqualifica o processo, declarando-se incompetente.

Entram em jogo uma séria de forças políticas e diplomáticas, que obrigam Jentel a se retirar à França "para visitar sua velha mãe". Jentel retorna ao Brasil em dezembro de 1975, carregado de ingenuidade, posto se encontrar no gozo de seus direitos. É seqüestrado em Fortaleza, apanhado pelos testículos, preso e expulso.

Mesmo assim o problema de Santa Teresinha não foi inteiramente resolvido; pelo menos 10 títulos não foram entregues a seus legítimos donos. No dia 8 de junho de 1977 o Incra, a Codeara e a Prefeitura chegaram a uma solução que foi apenas um paliativo. Para área urbana do distrito, a administração da Prefeitura recebeu apenas 517 ha. Em 1970 a Câmara Municipal aprovara a desapropriação de 2.446,83 ha, para área urbana. O prefeito na ocasião só veio a executar a medida em 1972, em tempo de campanha eleitoral. A Codeara, segundo consta, teria denunciado o prefeito por estar fazendo campanha política em cima da questão terra.

Numa operação militar realizada na área, compareceram o então Comandante do II Exército, hoje falecido, General Humberto de Sousa e Melo, o Comandante da 9ª Divisão Militar, General Reynaldo Mello de Almeida, com sede em Campo Grande, o Comandante da 2ª Brigada Mista de Corumbá, General Rosalvo Eduardo Jansen. E as pressões se fizeram. Então a lei anterior que dava uma área de 2.446,83 ha., para o perímetro urbano foi reduzida para 250 ha. Completar-se-ia em área contígua a diferença de 2.196 ha. A Prefeitura, em troca, revogaria a anterior lei de desapropriação. O termo do acordo foi assinado pelo Dr. Carlos Alves Seixas (Codeara); Sr. José Liton Luz, Prefeito Municipal; General Rosalvo Eduardo Jan-

sen; Dr. Alberto Saavedra de Sousa, (Incra) e pelo Dr. Gabriel Müller (Codemat).

A solução final ficou mesmo em 517 ha, porque essa história de final feliz, pelo menos em termos de luta popular, neste país, não vai além de algumas manifestações literárias.

Bordon x Serra Nova

O povoado de Serra Nova, na Serra do Roncador, em área hoje pertencente ao município de São Félix, via, em 1971, parte de suas roças cercada pela fazenda Bordon a um pouco mais de 1 km de suas casas. No local havia mais de 100 casas.

Até hoje a cerca se encontra no mesmo lugar. Numa área exígua, desocupada, nas imediações, o povo em 1973 tentou ocupar uma dessas glebas. Foi violentamente barrado por uma operação militar iniciada às 5hs da manhã.

Hoje o povoado de Serra Nova está mais ainda encurralado, já que surgiu em torno a poderosa fazenda Macife.

Pedro e alguns líderes do local foram tocaiados algumas vezes pelos pistoleiros a serviço da fazenda Bordon.

Ariosto da Riva x Pontinópolis

Pontinópolis fica no município de São Félix, e os conflitos aí se arrastam desde 1961/62.Esse povoado conta com cerca de 170 famílias, e passa por propriedade do Sr. Ariosto da Riva. Em 1967 ele declarou a um grupo de posseiros que desconhecia o dono daquelas terras. Se os havia ele os desconhecia. Tempos depois ele se apresenta como proprietário. Alguns posseiros se movimentam, apelam às autoridades e os funcionários do extinto INDA prometem que lhes seria reservada uma área de 15 mil ha, e que caso não fosse suficiente, seria aumentada. "Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e com a Marginalização Social," publicado em 1971, de autoria de Pedro Casaldáliga, denuncia essa situação.

O Sr. Ariosto da Riva ao ler o documento manda uma carta a Pedro em que o chama de mentiroso; "Você mente em seu livro que

o INDA prometeu 15 mil ha de terra aos posseiros e que na medição por minha ordem, foi contrariada essa determinação. Você sabe que quem doou as terras fui eu e não foram 15 mil e sim 20 mil ha, e sabe também que foram ocupadas as melhores da área".

Em 1973, diante do Coronel Meireles (que construiu a rodovia Cuiabá–Santarém, onde se encontravam os índios Kren-a-karore), no cinema de São Félix, o Sr. Ariosto da Riva voltou a repetir a doação.

Até hoje ela não se concretizou. E a população de Pontinópolis agora vive momentos de apreensão. Corre no povoado que toda a área seria loteada e vendida. O Sr. Ariosto da Riva, dos cinco lotes que ainda possui, entregou quatro deles ao Juiz de Paz de São Félix, Sr. Amancio Felipe Gonzaga, seu procurador, para vender aos moradores.

Onde está a doação?

Grupo Abdalla-Zarzur × Santo Antônio

Santo Antônio, à beira do rio das Mortes, começa a ser ocupado a partir de 1950. Forma-se o povoado. Em 1968 é elevado à categoria de distrito de Barra do Garças, e hoje pertence ao município de São Félix.

O Grupo Abdalla Zarzur chega a partir de 1973, e com ele introduz-se a intranquilidade junto à população. O grupo reclama uma gleba de 58.199 ha.

Os empresários do Abdalla Zarzur decidem introduzir a sede da fazenda na área urbana do povoado. E as intimidações têm início, repetindo-se um processo já exaustivamente conhecido. Novamente entra em cena o gerente Décio Felipe, o mesmo que em 1972 era empreiteiro-geral da Codeara, no município de Santa Teresinha, tendo participado, inclusive, armado, da derrubada do ambulatório da prelazia no povoado. Esse Décio Felipe se diz informante do SNI e gosta de exibir sua carteira.

Em 1974 o prefeito de Santo Antônio, Valdon Varjão, lança o Decreto nº 111 de 5 de abril, em que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de 2.520 ha, que pertencerá ao patrimônio do distrito.

No final do mesmo ano o prefeito envia ao Governador José Fragelli uma carta-relatório em que expõe a situação de insegurança dos moradores. Sugere a desapropriação de 9 mil ha, que além de devolver a tranquilidade aos moradores de Santo Antônio, lhes reservaria as condições indispensáveis de desenvolvimento e sobrevivência. Até agora nada foi resolvido. Mas há um histórico.

Em maio/1973, 115 posseiros fazem um abaixo-assinado ao presidente do Incra, Dr. Walter Costa Porto.

Julho/74 – Três capangas – Raimundo Berchó, Rosalino e José Costa – apresentam-se fortemente armados aos posseiros, exigindo que eles assinem uma carta, cujo teor os impediria de expandir os serviços.

Julho/75 – A fazenda cerca a estrada das roças. Jagunços andam armados, atemorizando a população.

A fazenda do Grupo Abdalla Zarzur continua até hoje impondo o mesmo clima de terror, soltando gado nas roças dos posseiros, atemorizando-os.

Porto Alegre

Esse povoado fica às margens do rio Tapirapé, no município de Luciara. O lugarejo tem quase 30 anos de existência. Os primeiros atritos foram criados com as fazendas Frenova e Piraguassu, do Grupo Medeiros. Hoje o grupo japonês Yannar se associou à fazenda Piraguassu.

Entre 1970/72 a Frenova desalojou muitos posseiros, sendo naquela ocasião diretor-superintendente o Sr. João Carlos de Sousa Meirelles, atual presidente da Associação dos Empresários da Amazônia. (Junho de 1977.)

Esse cidadão, depondo na CPI da Terra em 1977, declarou que "nós somos os maiores e primeiros defensores dos interesses dos posseiros, pois eles são também seres humanos e merecem nossa consideração". A ser sincera essa afirmação não há dúvida que ela introduz um elemento novo na história da humanidade; uma classe defendendo os interesses de outra, que lhe é antagônica.

A escola do povoado foi derrubada e o material escolar transferido para a sede da fazenda, conforme já ocorrera em Santa Teresi-

nha. A transferência do material escolar contou com a boa vontade do prefeito de Porto Alegre, Sr. José Liton Luz.

O Padre Eugênio e vários posseiros, em outubro de 1972, foram presos e interrogados, na sede da fazenda, pelo Capitão Ailson Munhoz da Rocha Loper, já citado anteriormente. Mais tarde esse cidadão recebeu em São Paulo um cheque de Cr$ 7 mil, assinado pelo Sr. João Carlos de Sousa Meirelles.

Ribeirão Bonito/Cascalheira

São dois povoados situados à margem da BR-158, que liga Barra do Garças a São Félix. Umas 500 famílias vivem nessa área. Sua situação é bastante particular, comparada com as demais. A maior parte das fazendas são de extensão média, e quase nenhuma conta com os incentivos fiscais da Sudam. Agora os conflitos sociais, as intervenções policiais são os mesmos.

No núcleo Piabanha, no final de 1973, os posseiros somavam em torno de 100. A fazenda Amélia Junqueira começa a reivindicar a área. A 12 de abril de 1974 os posseiros receberam ordens da polícia para abandonar, até junho, suas terras. Caminhos foram cercados, casas queimadas, as ameaças se generalizavam.

Os posseiros apelaram às autoridades, fizeram um abaixo-assinado e foram pessoalmente à sede do Incra, em Barra do Garças. O chefe da Unidade Fundiária do Incra, na cidade, Dr. Antônio Pic da Silva, atendeu-os e, mostrando-se interessado, foi com uma equipe até Piabanha. Visitou alguns moradores e fez chamar outros à sede da fazenda Amélia Junqueira, propondo que assinassem acordo com a empresa.

A 15 de fevereiro de 1975, o posseiro Cristino Montel foi baleado, e sua mulher, Elvira, espancada por um jagunço. Três posseiros tiveram suas roças queimadas.

Do total das 100 famílias existentes em fins de 1973, restam hoje apenas 31, e mais por teimosia.

No núcleo do Corichão existiam 16 famílias. A fazenda Santa Vitória aí instalou-se e começou a mesma ladainha; ameaças, expulsão, jagunços, casas queimadas. O posseiro Francisco Tavares de Lima, acuado, sem ter para onde ir, humilhado, não aguentou *o tranco* e suicidou-se.

Nas redondezas de Cascalheira, em 1972, o corretor Paulo Lemos da Silva (Paulo Guacho, ou Guaspe) iniciou um processo de *limpeza da área*; intimidou, expulsou, essa história toda. A área terminou sendo vendida a três diferentes pessoas: Sr. Salvador Pinto, Sr. Jair Pinto e Maurílio da Silva. Os três desenvolveram aqueles processos já conhecidos de *limpeza de área*.

Mas em 1975 surge uma disputa entre Jair e Maurílio a respeito de limites. As áreas estavam superpostas. Os posseiros foram pressionados e quando o mar briga com as rochas quem leva a pior são os mariscos. Os posseiros terminaram aceitando indenização que variava de Cr$ 500,00 a Cr$ 5 mil. Os posseiros ocupavam a área há oito anos.

Em Cascalheira surge um personagem atípico; em 11 de agosto de 1975 o povo vê chegar a figura do Sr. Erlane Penalva Correia. Montou uma pequena farmácia e, 15 dias após sua chegada, começou a reunir os posseiros, dizendo-se amigo de personalidades nas altas esferas da política, e que iria defender os direitos do povo.

Começou a arrecadar dinheiro para cobrir despesas com suas viagens a Brasília, Cuiabá, Goiânia e Barra do Garças. E de fato não mentiu. Fez graves denúncias através da imprensa, manteve contatos com deputados federais e estaduais, enfim, acenou com soluções concretas. Tal seu prestígio, resultante de tanta abnegação, que não foi difícil levantar junto à população de Cascalheira cerca de Cr$ 100 mil. Paralelamente desenvolveu uma campanha apontando o Bispo Pedro Casaldáliga como subversivo e comunista, e de resto toda a equipe de sua prelazia.

E nunca mais se ouviu falar do poderoso e dinâmico Sr. Penalva, conforme as histórias da carochinha. Em fins de 1976 um avião oficial retirou sua esposa de Cascalheira, juntamente com os utensílios de mudança.

As versões são muitas. Mas consta que o Sr. Penalva teria sido enviado à região no momento em que se tentava a expulsão do país do Bispo Pedro Casaldáliga, iminente, segundo transpirava. Para compensar a expulsão sempre cogitada à boca pequena, esse cidadão resolveria alguns casos de posseiros, e assim ficaria demonstrado que a ação de D. Pedro Casaldáliga e sua equipe constituíam um grande embaraço para soluções adequadas.

Na *Água Limpa*, 16 famílias vivem ameaçadas pelo proprietário Sr. Adelírio Silveira, que também gerencia a fazenda vi-

zinha do Sr. João Rico. Nome pertinente o desse fazendeiro. O Sr. Adelírio nega-se a pagar indenizações e proíbe os posseiros de aumentarem suas plantações. Um desses posseiros, Nascimento Soares, aceitou sair se lhe pagassem Cr$ 7 mil. Em janeiro de 1977, o Sr. Nestor Silveira, filho do poderoso Adelírio Silveira, acompanhado de um jagunço, foi à posse do Nascimento Soares. Discutiram e o Sr. Nestor Silveira, impunemente, atirou no peito do posseiro. E tanto foi a obstinação, que no final Nascimento recebeu Cr$ 6 mil. Que, por sinal, praticamente só serviram para pagar as despesas com tratamento médico.

O Sr. Abraão Barros, sobejamento conhecido em toda a região como *bate-pau da Polícia* – e o povo faĺa assim mesmo – adquiriu, em 1974, uma área nessas redondezas. Começou a intimidar os posseiros, muitos ali instalados com até nove anos de posse. O Padre João Bosco Penido Burnier foi assassinado a partir de um episódio que começa com este cidadão.

O soldado da PM de Mato-Grosso, Félix, a serviço do Sr. Abraão Barros, prendeu e espancou um filho do posseiro Jovino Barbosa. Não satisfeito, tentou também prender o velho Jovino. Não se prende e se espanca, arbitrariamente, um filho de um homem e depois procura-se fazer o mesmo com o pai. Foi morto esse soldado Félix, pelo velho Jovino, ao tentar aprofundar sua violência.

A partir deste conflito, foram presas, em outubro de 1976, outras pessoas inocentes, como a irmã e a nora de Jovino, as duas mulheres do povo, Margarida e Santana, espancadas naquela tarde de 11 de outubro de 1976, numa imunda delegacia de Ribeirão Bonito, por policiais da PM de Mato-Grosso. Pedro e João – bispo e padre – foram interceder em favor delas, quando o soldado Ezy Ramalho Feitosa disparou uma bala *dum-dum* na cabeça de João.

Serra Azul começou a ser ocupada a partir de 1941. Encontra-se nas proximidades do povoado de Pindaíba, no município de Barra do Garças. Em 1971 instala-se a fazenda Corebrasa – Colonizadora e Representações Brasil S/A. A empresa reclama uma área de 65.974,36 hectares. Nesse mesmo ano, 40 posseiros moveram ação possessória contra a Corebrasa; o processo não andou. Por meio do gerente José Carlos Porches, apoiado por jagunços, e da participação do Major Moacir Couto, a fazenda constantemente cometia arbitrariedades: destruição de cercas, queima de casas, queima de roças, ameaças, e outras formas exaustivamente repetidas.

Outra das táticas da fazenda, também repetindo um velho *chavão* tão valioso em determinadas épocas neste país, era denunciar os posseiros como *comunistas*, *subversivos*, e, desta forma, incompatibilizá-los diante das leis vigentes.

Mesmo assim não surtiu o efeito desejado. Nova investida; em 1973 a empresa move contra os posseiros uma ação judicial de reintegração de posse. Em setembro de 1974 o engenheiro Nahum Ghelfont realiza vistoria e elabora um laudo pericial das posses. O Incra, diante da evidência de irregularidades, não quis acompanhar a perícia, para depois não ser acusado de conivência.

E as conclusões do laudo indicaram que as posses – com mais de 30 anos – eram "clandestinas, viciosas, de má-fé". Os posseiros contestaram as conclusões do perito, fornecendo mais dados da evidência de seus direitos. Um deles chegou a apresentar o registro de nascimento de um filho, ali nascido, em Serra Azul, em 1950.

E os posseiros, diante de ameaças, pressões, dificuldades de toda ordem no encaminhamento do processo, foram desistindo. Nessa luta contra o tempo ganha o mais forte, e não o justo. Um posseiro me disse, em Cascalheira – "cansei. Não dá mais. Fiz o que pude". O cansaço é primo-irmão do Diabo.

Por fim, a 7 de julho de 1975, quando o juiz da Comarca de Barra do Garças, Dr. Flávio Bertin, promulgou a sentença dando direito à Corebrasa de reintegrar a *área esbulhada*, restava apenas um posseiro, que teria direito à indenização pelas benfeitorias ali introduzidas. Um apenas. Nem três, nem dois. Um apenas.

A 22 de julho do mesmo ano, esse posseiro apela ao Tribunal de Justiça do Estado, que pronunciou, diante das provas, sentença favorável a esse homem teimoso, por direito de usucapião. A Corebrasa, que não se cansa, recorre agora à terceira instância em Brasília, onde a causa aguarda pronunciamento.

De tudo isso fica uma lição: de 40 posseiros de Serra Azul, ocupando suas posses há quase 30 anos, apenas um conseguiu levar adiante um processo judicial, que se arrasta feito cágado há mais de cinco anos.

Pressões, intimidações, falta de recursos, as imensas distâncias e mais autoridades locais comprometidas ou seduzidas pelo poder econômico terminam se somando contra essa gente. Chamá-la de *comunista* é, no mínimo, uma indignidade.

Potrilo – Os Srs. João Elias Abdalla e Luiz Elias Abdalla, residentes em Curitiba, Paraná, proprietários de um gleba de 44. 562 hectares e 4.764 m² respectivamente nesse lugarejo, no município de Barra do Garças, encontraram aí 91 famílias em suas terras.

Conforme consta do relatório do Incra de 19/8/1975, fl. 6, a primeira medida tomada pelos proprietários para expulsar os posseiros foi a de levar força policial. Não tiveram êxito. Entraram em contato com o Incra, a fim de que o órgão caracterizasse a área e definisse posseiros e não-posseiros. Nessa investigação foram acompanhados de cinco policiais e de um representante do Delegado Regional de Barra do Garças, Major Moacir Couto.

A maior parte dos moradores foi caracterizada pela equipe do Incra como *invasores*. No mesmo dia a equipe policial entra em ação e dá um prazo de 72 horas para essa gente toda se retirar. O relatório do Incra apresenta o posseiro João Martins de Oliveira como *elemento perigoso*, por possuir *grau de liderança*.

Dos posseiros, alguns aceitaram *entrar em acordo* com os proprietários diante do Incra. Um exemplo: Amado Rosa possuía 10 hectares cultivados e com as seguintes benfeitorias: uma casa de palha de babaçu, cinco pés de manga, oito pés de caju, 51 covas de banana, 40 pés de mamão, 12 pés de abacaxi, 9 hectares de mandioca, 50 pés de algodão. Por tudo isso recebeu Cr$ 1.061,00 de indenização, de acordo com a avaliação feita pelos técnicos do Incra. Isto aconteceu em 27/2/1976.

Para introduzir essas benfeitorias não é possível que tenha gasto menos que o dobro dessa importância. Só quanto aos nove hectares de mandioca, transformada em farinha, o que logo ocorreria, ele ganharia no mínimo Cr$ 50 mil. E o Incra avalia tudo isso em Cr$ 1.061,00. É demais.

A cidade, sua graça macrô.

São 18hs44 num restaurante macrobiótico da zona sul de São Paulo. Há senhores e senhoras, mas os jovens dominam o local. Mastigam em silêncio, como se rezassem. De instantes a instantes uma questão é levantada, com moderação. Volta-se a mastigar.

Vencidos os degraus de uma escada, dois rapazes e uma moça entram no recinto. Ela tem os cabelos longos, encaracolados, saia longa, e um certo ar de descompromisso. Uma bela mulher. Os outros dois partilham dessa indiferença. Calças desbotadas, sandálias de couro, barbados, magros, postura ereta.

O restaurante oferece um quadro curioso; todos mastigam lentamente, e o ruído, para o número de pessoas existentes, é praticamente nenhum. Come-se, de forma homeopática, num restaurante *macrô*.

Retornemos aos nossos três personagens, que já agora encontram-se sentados, jantando.

1º Rapaz – Pra mim não há dúvida. Encontro-me numa de minhas fases mais *macrô*.

Moça – Essa semana dei umas *desviadas*. Comi peixe de couro. Sabe que no dia seguinte amanheci com a boca amargando? Tive até que escovar os dentes...

1º Rapaz – Que horror! Não faço isso há meses.

Moça – E nem precisa. *Macrô* como está.

2º Rapaz – Vocês viram no jornal? Os posseiros atacaram um fazendeiro americano, no sul do Pará, e mataram o sujeito e o filho. A polícia está atrás deles. A violência *tá braba*.

1º Rapaz – Como está não tá dando.

2º Rapaz – E a reforma agrária? Essa gente está vindo para as cidades, largando tudo. Vêm aqui virar marginais, morar na periferia das cidades, engrossar os morros.

Moça – Mas a questão não é só de reforma agrária, não. Não adianta distribuir terra prá essa gente, se eles não estiverem preparados, não tomarem consciência de que são dominados.

1º Rapaz – É isso aí. A questão não é só econômica, não. Se eles insistirem em só plantar mandioca, feijão, então fica difícil.

Moça – A partir de uma alimentação adequada, macrô, teriam mais condições de sacar a relação oprimido/opressor. Ficariam menos frágeis.

1º Rapaz – Essa gente tem que substituir a mandioca, por exemplo, pela raiz de bardana.

Moça – Em lugar de feijão, raiz de lótus.

1º Rapaz – É isso aí. É apenas o começo. Feijão e mandioca são muito *yin*.

Moça – A carne que eles comem muito, é *yang*. É um povo desequilibrado. Para haver equilíbrio tem que haver equivalência. Há que se alternar alimento *Yin* e alimentos *Yang* para uma boa alimentação, uma boa saúde, uma tomada, enfim, de consciência.

1º Rapaz – Sem essa visão harmônica, sem essa saúde do corpo, sem essa visão *zen*, dificilmente terão condições de romper com a opressão.

2º Rapaz – Não vejo dessa forma, não. Eu acho que desde a expansão do mercantilismo, a formação social brasileira esteve comprometida com o mercado externo. Todos os ciclos econômicos sempre estiveram a serviço de interesses estrangeiros. A partir daí a gente pode discutir, até concordo, a alimentação inadequada das massas oprimidas. Não há alimentação nativa. Até o índio é violentado em sua alimentação quando entra em contato com o civilizado.

Moça – *Quinada*, essa teoria é dos *comunas*. As leis da bipolaridade, descobertas recentemente pelo Ocidente, coincidem com o princípio *Yin/Yang*. É o mesmo princípio que os chineses adotam, há 5 mil anos, para explicar as forças que regem o universo.

1º Rapaz – O universo é regido, portanto, por forças positivas e negativas que se atraem, e dão o indispensável equilíbrio à ordem natural das coisas.

2º Rapaz – Isso é desvio, uma interpretação...

Moça – (cortando) Oh, rapaz, os oprimidos, no dia que souberem comer, desencadearão a revolução. O capitalismo é muito *Yin*, o capitalismo é muito *Yin*...

Sem ódio ao ódio,
sem medo à Liberdade.

85

Eu vi queimarem igrejas lá. Nós escondíamos os santos, não se podia rezar em público, suprimiam os nomes das ruas ou cidades, que eram nomes de santos. Então, realmente, na imagem infantil, na mentalidade da gente, socialista, comunista, anarquista, republicano, tudo era anti-Deus.

– Comiam perninhas de crianças, não, Pedro?

–Sim. Tudo era muito assim. Meu pai foi durante dois anos seminarista. Eu mais tarde dizia para ele que se tivesse continuado seminarista, eu nem existiria. Dentro desse contexto tradicional da família, da religião, me surpreendeu a Guerra Espanhola. Nós a temos durante muitos anos chamado apenas *A Guerra*. Como se fosse a única na História.

– Ela me surpreendeu quando eu tinha oito anos. Nasci às margens do rio Llobregat, em 1928. A Revolução de 1936 me apanhou na *zona vermelha*, dominada pelos republicanos. Meu tio Luís, sacerdote, foi morto pelos *vermelhos*, os comunistas, juntamente com dois companheiros, quando já alcançava um esconderijo próximo a Más Llado. Minha família sempre esteve mais ou menos ligada à direita. A ordem e a direita eram, por princípio, o bem. Eram os tempos da Ditadura Boa. Durante os anos da Guerra, o meu pai era sempre ameaçado de morte.

– Mesmo oriundo de uma família pobre, por tradição, formação, era de direita. E mesmo assim minha infância foi vivida na zona *vermelha*. Inclusive eu digo, às vezes, que, pelo que a gente viveu na infância, por ter podido viver esse outro lado eu posso viver um novo lado de um modo mais crítico. Então, que ninguém pense que sou mais ou menos de esquerda por uma herança, senão por crescimento crítico. Porque por herança eu seria um homem de direita.

Durante a Guerra Espanhola, que um historiador inglês definiu como a "última guerra humana", dizendo que as guerras posteriores já foram ou seriam guerras mais técnicas...

– E aí ele se enganou. E o Vietnan?

– Ele naquela hora definiu isso de um modo um pouco precipitado. Infelizmente, por outro lado, a gente viveu um tipo de comunismo, socialismo, em muitos aspectos tipicamente anárquicos. Não sei se porque entrou nisso todo o temperamento espanhol, ou se porque a hora da Espanha e a hora mundial do comunismo eram essa.

– As duas grandes experiências depois da Revolução Bolchevique Soviética foram México e Espanha.

– Espanha, sim, Pedro, mas a Revolução Mexicana foi antes da Revolução de 1917. E ambas foram bastante anticlericais.

– Eram posturas anticlericais mais ou menos ferozes. Eram confusões muito mais anárquicas do que marxistas, que depois a História corrigiu. Porque, de um lado e de outro, todos corrigimos, retificamos, crescemos, e nos complementamos. Aquele conflito fez sentir que a religião podia ser utilizada, como também podia ser um testemunho de martírio e de heroísmo. Um pouco mais ou menos intuitivamente, porque a idade não dava para outra coisa, a gente sentiu que o social e o econômico – eu digo agora com palavras que naquela época não saberia usar, mas cuja realidade eu percebia – o social e o econômico estão por baixo de tudo. Eu via os pobres, os imigrantes, os operários das grandes minas se pronunciarem esquerdistas, socialistas; e eram os ricos, ou pelo menos as famílias bem assentadas, que se pronunciavam mais direitistas.

– Aqui no Araguaia estamos diante de um povo tipicamente retirante. E um retirantismo que ainda não acabei de saber muito bem; não sei se alguém no Brasil o sabe. Pode até ser uma espécie de atavismo indígena, sei lá. Não sei, não sei.

– Inclusive, Pedro, há um artista espanhol, Cristóbal Toral, – premiado numa Bienal de São Paulo, não ganhando o prêmio principal por se encontrar vivo o Franco – que tem como temática o homem retirante de seu país. Toda a sua obra está centrada no espanhol que migra, que viaja, que foge, que é assassinado, fugindo, sempre com a maleta na mão, o retrato da mulher, da filhinha, na carteira de dinheiro.

– O próprio índio tem sido um retirante. Inicialmente o índio se encontrava nas costas marítimas do Brasil e da América. Por que o índio foi se retirando? Porque foi sendo enxotado, *tocado*, chutado. Há uma expressão típica que o povo muito usa aqui – *ser tocado*. Ele diz; *Já fui tocado; Já fomos tocados*. O hino de Ribeirão Bonito diz: *Sempre tocados retirantes fomos, mas chega o dia de firmar o pé.*

– Há uma palavra-chefe quando o povo fala aqui da terra, do problema terra, busca, retirantismo – é a palavra sossego. *Eles vão procurando sossego*, a *estirada do sossego*, procuram a *Terra do sossego*. O povo não procura tanto a propriedade da terra, senão uma terra com sossego. O povo não tem essa mentalidade capitalista. O capitalismo não está na essência humana, mas nas adjacências do egoísmo.

– Estamos diante de um povo retirante. E há um dado curioso; muitos vêm a essa região, procedentes do Nordeste, com a ilusão da bandeira verde do Padre Cícero. É isso mesmo. O Padre Cícero teria anunciado que chegaria um tempo de muitas calamidades e seria preciso se arrancar à procura da *Bandeira Verde*. E a bandeira seriam as matas, a Amazônia, o Mato-Grosso. Eu tenho dito muitas vezes, inclusive no auto-sacramental da inauguração da Catedral de São Félix, que, para esse povo, atravessar o Araguaia era como para o povo de Israel atravessar o Mar Vermelho à procura da Terra Prometida.

– Pedro, todo povo muito oprimido tende a assumir posturas messiânicas...

– Todo povo oprimido, por natureza, tem que procurar. Isto está na essência do Homem. O Homem não é suicida, o Homem não é fatalista por natureza. O Homem, por natureza, é esperançado. O Homem vem de Deus, é a imagem de Deus, o Homem é vida e o futuro é esperança.

– Eu acho até, que ao contrário da tese do Heidegger, de que a vida não tem sentido, vertente por sinal de todos os movimentos niilistas, existencialistas. Certo, Pedro?

– E olha, que para esse povo retirante a vida tem sentido. Que lição! Um povo retirante é um povo sofrido, perseguido. E sofrido em dois aspectos; escabriado é a palavra clássica, típica. Escabriados como os pardais, que apanham por todos os lados e desconfiam de tudo. Desconfiam do dono, desconfiam da Igreja. Quando aqui chegamos, nos disseram: "Ah, os senhores vão ter fazenda? Os padres são fazendeiros". Pensaram que nós éramos, logicamente, amigos dos fazendeiros. Havia passado, inclusive, por essa região, de modo muito transitório, um padre com ligações com fazendas. No início chegamos a viajar em alguns carros de fazendas, a fim de atender o povo das empresas, peões, etc. Vimos logo que não dava. Não havia possibilidade. Ou guardávamos a Palavra de Deus fazendo um tipo de celebração hipócrita, ou rompíamos com as fazendas e dávamos um testemunho. E daí para o enfrentamento, o que terminou acontecendo.

– Nós, aqui da prelazia, recordamos que uma das palavras que mais temos usado tem sido teimosia, como sinônimo de dignidade e de esperança. O dia em que o Brasil tiver um regime humano, democrático e livre, talvez se deva ampliar o lema *Ordem e Progresso*, acrescentando *Liberdade e Teimosia*. É uma palavra – teimosia – que poderia canonisar toda a história do povo, do povo índio, do povo sertanejo. Sei que é muito fácil aconselhar teimosia ao povo, mas quando a gente vê um pai de família, posseiro, com a esposa e os filhos, perdidos nesse *sertão-*

zão, **longe de tudo, e o fazendeiro e o jagunço, o fazendeiro e a polícia, dia após dia ameaçando, pressionando, a mulher grávida apavorada, então nós temos que repensar tudo de novo. Olha, precisa um tipo de heroísmo, que já não é mais heroísmo. Precisaria de uma espécie de heroísmo masoquista para resistir, muitas vezes. Compreendo perfeitamente.**

– É uma besteira quem diz: "Ah, o povo não defende seus direitos". Ah, que fácil é dizer. Não é que o povo não reconheça sua própria dignidade. O povo a reconhece. Não é que o povo não saiba muito bem quem o pisa, quem o despreza. Só que por lei da sobrevivência precisa dissimular e calar, e às vezes esconder a própria dignidade, esconder a cara debaixo do chapéu.

– O posseiro Zé, de Pontinópolis, me explicava, Pedro, que ele chegou nesse povoado com cerca de 200 famílias. Eles *amansaram* a região, para depois vir o fazendeiro. O posseiro amansa, quer dizer, consolida, luta contra as doenças, muitos não resistem, sobram os mais fortes, lutam contra as feras, as cobras, o índio. Sim, o índio. A nível de massa, se lança o oprimido versus oprimido. Esse êxodo pode até ser situado cronologicamente, a partir da segunda metade da década de 60. Luta contra as distâncias, falta de comunicação, o insulamento. Consolidada essa frente de ocupação vem o fazendeiro com os documentos, e essa gente é posta pra correr. O Zeca mesmo me afirmava, com certa ironia: "A mim, nunca chamaram de bandeirante".

– A História do Brasil tem que ser contada de novo. Eu tenho alergia à palavra *bandeirante*. Engraçado, muitos que criticam os descobridores, a colonização, canonizam os bandeirantes, que por sinal são os colonizadores mais lamentáveis e daninhos, posto serem de dentro de casa.

– Essa gente sofrida é uma gente esperançada. Inclusive é um povo que gosta de festa. A festa é uma necessidade vital; é tão necessário fazer festa quanto comer. Pode-se perder serviço, sono, às vezes até perder a vida, porque a festa é a bebedeira, e com a bebedeira é o que for. Diz-se, com freqüência, que o nordestino é violento. Eu discordo; conheço povos mais violentos. Quando esse nosso homem entra na bebedeira, em parte se encontra a si mesmo e em parte desabafa tudo o que há de reprimido, e aí ele se agride. Há uma vontade interna de agressão, que não é uma agressão por agressão, senão autodefesa, de réplica e até de vingança. Não a justifico, a partir de minha fé cristã.

– Sem ódio ao ódio, sem medo à liberdade, você costuma dizer...

– E eles, muito inconscientemente, sentem vontade de fazer justiça, porque ela não existe. A morte, por um lado, é vista com certa frieza. A morte se fez tão habitual como a chuva. A chuva aqui parece um personagem que vem, sem pedir licença. Quando falam da chuva é como se mais ou menos dissessem: *Maria tá chegando*. E a morte também. Há famílias que contam seis filhos vivos e quatro mortos. Há uma média de, pelo menos, três filhos mortos por família.

Aqui se *morre* de saudade. *Estou morrendo de fome*, **estou** *morrendo de sede*. **Você me** *mata dizendo isso*, **me** *mata dizendo aquilo*.

– Certamente para mim, como para outros religiosos, essa atitude mais ou menos conservadora das respectivas ordens, congregações, instituições católicas, superiores, tem sido fonte de sofrimento, muitas vezes, e de uma tensão que inclusive tem provocado rupturas. Você sabe que muitos religiosos e religiosas têm largado os seus respectivos institutos, não por nenhum tipo de má vontade, não por nenhuma falta de espírito, nem sequer por um tipo de libertinagem, senão procurando uma liberdade que eles consideravam evangélica. Está na hora, realmente, das ordens e congregações religiosas se renovarem.

Uma calça manchada de sangue, no meio do pátio

No dia 15 de julho de 1976, 77 dias antes do assassinato do Padre João Bosco Penido Burnier, às 11 hs da manhã, a Colônia indígena de Meruri, no leste de Mato-Grosso, foi atacada por 62 fazendeiros armados, cujas terras se encontravam dentro da reserva Bororo, e que começara a ser demarcada pela Funai na antevéspera.

O ataque foi de surpresa, e a maioria dos índios se encontrava trabalhando nas roças. E os que estavam em suas casas, desarmados, não tiveram tempo sequer de fugir. O Padre Rodolfo Lunkeiben, 37 anos, missionário salesiano e amigo do Bispo Pedro Casaldáliga, de quem recebera pouco antes uma carta em que todo o seu nome era grafado com letras maiúsculas, foi assassinado juntamente com o índio Simão Cristino. Quatro outros Bororo ficaram baleados. Um dos atacantes também morreu, alcançado por uma bala disparada por seus próprios companheiros de invasão.

Simão Cristino foi assassinado.

Meruri nunca mais será como antes, um lugar onde os índios Bororo viviam pacificamente, disse Irmã Rita.

Choram os Bororo, e os rios continuam crescendo e o mar se torna mais salgado. Firmou-se uma aliança de sangue entre o índio e a Igreja.

Lourenço Rondon, chefe Bororo, lembra que a sua reserva existe desde 1918. "Os políticos foram vendendo terras, vendendo e, ao final, só restou uma grande aldeia de 80 mil hectares e terras inúteis. Nós estamos com os padres da Missão Salesiana de meruri há 75 anos. Os padres doaram a terra deles para o índio. Mas os brancos – alguns têm títulos remontados – foram chegando. A grilagem chegou, a aldeia foi invadida, e agora eles reclamam que a terra é deles. O Prefeito Valdon Varjão, de Barra do Garças, possui um Cartório e comanda a grilagem. Já vendeu milhares de hectares de terras que não são dele."

Em cumprimento às disposições do Estatuto do Índio, do artigo 198 da Constituição Brasileira e da Convenção de Genebra, no referente às terras indígenas, a Funai contratou os serviços de uma empresa de agrimensores – Plantel – para demarcar a área dos índios Bororo de Meruri, município de General Carneiro e Barra do Garças, MT.

O antigo domínio dos Bororo se estendia desde o Triângulo Mineiro até as fronteiras com a Bolívia, compreendendo regiões de Jataí, Coxim, Corumbá, Cuiabá, para citar alguns dos nomes legados à geografia brasileira pela língua Bororo.

Prevendo a invasão, que seria consequência da pacificação – nome terrível e inadequado – dos índios naquela região, o Superior da Missão Salesiana, D. Antônio Malam, assegurou, desde o começo do século, dois lotes para uma maior segurança no trabalho de assistência pastoral.

Por outro lado, o presidente de Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Correia, ciente do dever de garantir terra que cabiam ao estado, escriturou aos índios Bororo dois lotes não contíguos, cada um de 25 mil hectares. Isto pelos idos de 1918/20.

Depois de 1950, os moradores intrusos da região, a começar por um fiscal de Rendas, começaram a conseguir títulos de terras nessa área. Em 1960, diante da realidade de que a maior parte do território indígena, inclusive boa parte doada pelo Presidente Aquino Correia, estava sendo titulada a terceiros, o Padre Bruno Mariano, Superior da Colônia, conseguiu assegurar para atendimento dos índios a área intermediária entre os dois lotes doados por Dom Aquino Correia.

Pelos anos de 1972/74 os fazendeiros começaram a vender os seus pequenos títulos e grandes posses a novos fazendeiros chegados na crista dos grandes projetos agropecuários, financiados pelo governo – incentivos fiscais – ou pelos organismos financeiros privados.

Em meados de 1974, o presidente da Funai, General Ismarth de Araújo, visita Meruri e promete a legalização da reserva. Apresenta um projeto e encarrega o Padre Rodolfo Lunkeiben de fazer um levantamento dos moradores da área. O levantamento foi concluído e encaminhado à Funai, em Brasília, e à 5ª Delegacia Regional de Cuiabá, à qual está subordinada a reserva.

A invasão de Meruri foi chefiada pelo fazendeiro "João Mineiro", que um ano após se entregou.

Quem conta tudo isso é o Padre Gonçalo Uchoa, afastado da Colônia Meruri, injustamente, após o assassinato do Padre Rodolfo, seu superior.

Vejamos trechos do depoimento de Aidji Kuguri, chefe Bororo, que se encontrava na aldeia Meruri no dia da invasão de "João Mineiro" e seu grupo:

"Eu estava em casa, já na hora do almoço. Nesse meio tempo chega a caravana, uns seis veículos. Eu, vendo aqueles veículos, fiquei um pouco perturbado. Mas não maliciei nada não, porque esta-

va no tempo de política. Falei: vou ver o que é aquele movimento. Logo que cheguei percebi que o pessoal estava revoltado, desejando briga mesmo, e sangue. A gente percebia. Passando por um e outro, a gente percebia que estavam alcoolizados."

"Eles iam insultando o Padre Uchoa, até dando tapa nele, tirando os óculos dele, o chapéu dele, insultando, empurrando; e o Padre Uchoa, com muita paciência, não se alterou. Sempre falando amigavelmente, para ter sossego, pra não ter alteração. Se estavam condoídos com a demarcação, que se entendessem com o órgão competente (Funai)."

"Daí percebemos que eles queriam derramar sangue mesmo. Então puseram ao padre que ele era ladrão. E uns já vinham prevenidos com armamento de revólver, outros com faca, tudo combinado para dar esse ataque nesse dia."

"A cabeceira mais forte era o "João Mineiro", que passou a noite da véspera todinha ajuntando os fazendeiros para dar o ataque na Colônia."

"O "João Mineiro" falou nessa noite que no dia seguinte ia fazer uma *farofa* do Padre Uchoa. Mas como o padre não alterou, eles não acharam *entrada* com ele. E logo exigiram a presença do diretor (Padre Rodolfo Lukeiben). Nós falamos que estava no serviço. Então mandamos chamar urgentemente o diretor..."

..."E o nosso diretor exigiu o nome de todos que vieram. Aí o "João Mineiro" recusou , recusou e falou pra toda a companhia que ninguém desse o nome, que ninguém assinasse o nome.... O padre antes de falecer tomou nota de todos os que estavam presentes..."

"O Padre Rodolfo sempre levando a maior calma, para não haver alteração... Nesse meio tempo o "João Mineiro" foi alterando com o nosso diretor. Dando empurrões, insultando o padre, depois, puxando o seu *para-bellum*, deu um tiro no padre..."

"... E os Bororo vendo aquilo foram acudir o padre. De mãos limpas; nem canivete a gente tinha. Padre Rodolfo recebeu cinco tiros. Todos que iam acudir o padre eram baleados. Dois mortos e quatro feridos."

"... Da parte deles houve um rapaz falecido (Aloísio Bispo, 16 anos, cujos dois irmãos e o pai estavam entre os atacqntes). Foram os tiros deles mesmo. Havia tiro de todo lado. Tanto que a mulher (Teresa, índia Bororo) ficou ferida por causa disso: o tiro era tanto, ela queria acudir o filho, e caiu no tiro também...'

"... Eles saíram todos de carro. Eles gritaram:: *Vambora, vambora*, e foram. Tinha uns quatro deles que puxaram o ferido (Aloísio

Bispo), arrastando até fora do colégio, até lá na cerca (uns 100 metros), e lá deixaram o corpo; mas ele já tinha morrido aqui. Deixaram o corpo lá e fugiram a pé. Esconderam aí pelo mato, até se encontrarem mais adiante..."

Passemos agora a trechos de outro depoimento, do próprio Padre Gonçalo Uchoa:

Com o tiroteio desencadeado, por parte dos invasores, "procurei me proteger atrás de um carro, pois sabia que eu também estava visado. Mas nesse momento escutei gritos:: "Padre Rodolfo, Padre Diretor". Vi que ele estava caindo no chão, nos braços de alguns Bororo e irmãs. Corri para socorrê-lo. Estava sem sentidos, tinha uma ferida de bala no lado esquerdo, acima do coração, outra no braço esquerdo e outra na altura da cintura, no lado direito... Dos poucos homens bororo que estavam presentes, alguns tinham sido feridos... Começamos a acudir os caídos. Depois de uns 25 minutos de agonia, o Padre expirava. Estendido no chão, sem camisa, com sua calça de trabalho manchada de óleo, no meio do pátio da missão, onde ele tinha passado toda sua vida de trabalho salesiano e sacerdotal..."

A Zona Sul e seus encantos.
Inconfundível.

Treze de setembro de 1973. A América Latina acompanha, perplexa, a derrubada do governo Allende, no Chile. Uma Junta Militar, chefiada pelo General do Exército, Augusto Pinochet, derruba um governo eleito pelo povo, e a violência se desencadeia no bojo de um golpe militar. Todo o Cone Sul do Continente, praticamente, está sob o rígido controle de militares.

A América Latina perplexa, seu povo preocupado. As notícias são filtradas. O Brasil vive um dos momentos mais obscuros de toda a sua história, nos últimos 25 anos.

Liberdade de imprensa não há. Os jornais fazem malabarismos gráficos a fim de divulgar os fatos, o desenrolar do golpe.

Um repórter vai à zona Sul do Rio, dentro daquele pouco criativo espírito de *enquete*, *sentir* a reação da população do bairro. Ouvir na rua, nos bares, nas esquinas, o pensamento dessa gente, expressivamente minoritária, mas de tão profunda importância sócio-econômica.

O trecho das ruas Farme de Amoedo e Montenegro é um dos pontos perseguidos pela sanha jornalística de nosso jovem repórter.

– Qual sua idade? Que você faz?

– Sou estudante, *cara*. Tenho 17 anos. Qual é a *tua*?

– Sou repórter. Tou fazendo uma *enquete* pro jornal. Tou apanhando reações, sentindo os efeitos do Golpe.

– *Tou* sabendo. *Tou* sabendo. Eu aqui *tou* numa boa. Só *curtindo*. É o maior *visual* (17 hs). Namoro um surfista. *Tou* na dele, ele *tá* na minha. Tudo acoplado. Tudo em cima. Muito *plá* e tudo limpeza.

– Olha, *tou* querendo apurar o que você acha, como estudante, como uma jovem da zona sul, da morte do Presidente Allende. Você acha que ele foi assassinado ou suicidou-se, conforme afirmam os comunicados oficiais da Junta Militar?

– Olha, *cara*, eu não sei quem é esse *pinta*, não. Mas se *bobeou*, *dançou*, tá *sabendo*? Não dá *pra* segurar *barra* de *pinta* que entra *numa* e se dá mal.

Ó gente, vamos sentar.

A casa de Pedro fica ao lado da igreja, em São Félix. Ele acha-a muito espaçosa, quase senhorial. É uma obra do Padre Pedrito, um arquiteto transformado em padre, ou um padre-arquiteto. Na igreja há um mural, o povo conduzindo a Cruz e o Cristo ressuscitado, livre, glorioso, arrebentando as cercas e as *queimadas* do Latifúndio.

Pedro pesa 52 quilos. Acorda às 6,30 hs, quando se encontra em São Félix. Na verdade sua vida se passa mais dentro de ônibus, canoas, andando. Logo que acorda, ajuda um pouco na cozinha, toma café com leite, e se dirige, pela porta dos fundos, à igreja. Reza. Os bem-te-vi e o restante da passarada já tomaram conta do quintal.

A casa não é codificada. Ninguém sabe onde fica a sala, o quarto do bispo. Sempre está mudando, de acordo com as necessidades, com as visitas, que são constantes. A maioria do povo chama-o simplesmente de *Pedro*.

"Santa Teresa gostava muito de dizer que Deus anda no meio das panelas. E, realmente, Deus anda no meio da vida".

Não bebe, não fuma.

"Não é que não goste de cerveja, de caipirinha, um pouco. É que apanhei uma hepatite braba, mais umas oito malárias. Então, quando esse povo me convida pra beber, eu costumo dizer: além de ter vergonha, tenho um fígado .

Não gosta de carne. Alimenta-se basicamente de pão e verduras. Só que verdura é rara na região. Nos primeiros anos não havia nem pão. Dorme a partir das 22 hs. Lê cada vez com mais dificuldade. Foi recentemente operado de catarata.

Há as missas sábado à noite, domingo de manhã e à noite. No resto da semana as celebrações são nas casas dos posseiros, nas ruas empoeiradas. Assisti a uma missa na casa da Eva do Carroceiro. É uma cerimônia informal. As pessoas falam. Fala o dono da casa, fala sua mulher, falam os filhos, narram os episódios do dia, da semana, as perseguições sofridas, as injunções dos fazendeiros, as ameaças dos jagunços.

É uma ocasião de catequese, por um lado, e de celebração por outro. Um dia na casa do Velho Marinheiro. Outro dia no Clube das *Buchudas* (mães grávidas), outro dia no Ginásio.

"Você compreende que seria um crime se nos fechássemos a um formalismo que impedisse a vida. Impediríamos a vida da comunidade, impediríamos o anúncio da Boa Nova do Evangelho."

O calor em São Félix, diga-se, em toda essa região amazônica, vai de 40 a 45º. Em Ribeirão Bonito, sob o sol, o calor atingia os 52º.

Pedro viaja de ônibus, sempre de ônibus. Há objeções, por parte de outros bispos. Perde-se tempo, alegam.

"Se o povo viaja de ônibus, carregado de galinhas, porcos e outras coisas, por que o bispo não? O que me interessa não é o tempo. Temos um critério excessivamente ocidentalista e consumista de tempo. Eu posso perder dois dias viajando de ônibus, uma semana, mas ganho outras coisas mais valiosas, me parece. Se fosse de avião, conversaria com quem? Ganharia o quê? É uma ilusão".

No quintal da casa há a Geralda, uma linda arara, e o *Geraud* (gerô) um gato de duas caras. A casa dista uns 300 metros do rio Araguaia. E há um marreco, chamado de marrecão. Foi dado por um posseiro, ainda muito pequenino. Tornou-se adulto, cresceu, e terminou seduzindo uma marreca selvagem. Um dia, sem que ninguém esperasse, ela abandonou definitivamente as areias brancas das praias do Araguaia, firmando um pacto espontâneo de amor com o marrecão. Veio em socorro da solidão dele, embora ele seja livre. Suas asas não foram podadas.

Há ainda, voando em torno, as garças brancas. Elas, por aqui são símbolo de boa notícia, de uma carta, de uma esperança.

A equipe soma umas 40 pessoas. Sete padres, 11 religiosas; o resto são leigos, solteiros, casados. **"Fizemos questão de que, tanto as religiosas como os leigos, fossem brasileiros, para que não caíssemos no colonialismo pastoral e para que a própria Igreja fosse sendo autóctone".**

As missas nas casas dos posseiros reúnem sempre a vizinança. Tudo num ambiente cordial, alegre, descontraído. Durante a celebração um pão é cortado, benzido, e logo depois servido a todos.

Dentro da igreja há uns tocos de madeira, com mesinha, para pequenas celebrações. Quem dali se aproxima pode rezar, pensar, refletir.

O povo da região tem o hábito de sentar. Onde se chega ouve-se logo o convite: *Ó gente, vamos sentar*. Peneiras feitas pelos índios Tapirapé servem de abajur para a iluminação do interior da igreja. O sacrário é de ferro forjado, feito por uns artesões que mandaram de Madrid. A pia batismal é um artesanato dos índios Carajá. A intã é uma concha do rio Araguaia e se presta para batizar. Três pontas de pau-brasil formaram o primeiro sacrário. Constituem três chamas. Os santos óleos são também uma peça de pau-brasil. Uma panela de ferro, muito comum nas casas da região, sustenta as flores do sacrário.

No dia 23 de outubro de 1971 o Padre Pedro Casaldáliga foi sagrado bispo. Houve pressão, junto à congregação (Claretiana) e à Nunciatura, para que não ocorresse a sagração. Pedro antes fizera uma carta de renúncia taxativa ao Núncio. O Bispo de Goiás, D. Tomás Balduino, mais tarde presidente do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), soube da decisão, foi até às margens do Araguaia, e pediu, insistentemente, que não mandasse a carta.

Nos primeiros dias de setembro de 1971, um significativo grupo de fazendeiros, acompanhados de um padre, tentou impedir a sagração episcopal.

No dia 23/10/71 Pedro tornou-se um bispo sem anel, sem mitra, sem báculo, sagrado às margens do Araguaia. Com uma cruz de couro feita pelos presos políticos de São Paulo, uma borduna indígena como báculo, um anel tucum, uma veste tecida pelas mãos das mulheres da região, e um chapéu de vaqueiro substituindo a tradiconal mitra, Pedro tornou-se o bispo dos posseiros sem terra, dos índios retirantes, da nova Igreja na América Latina.

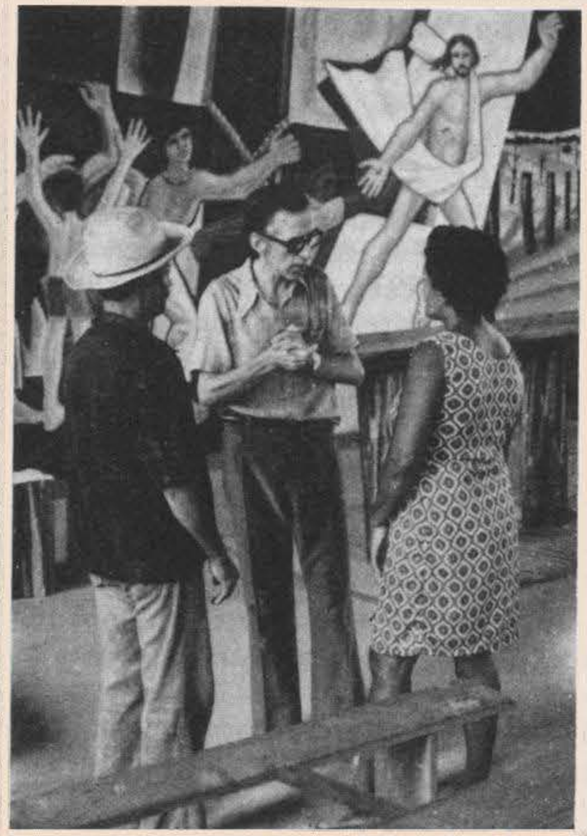
"A Prelazia de São Félix é uma Igreja particular. As opções da gente, a experiência boa, humana, esse mundo novo, diferente, essas contradições, essas possibilidades, esse povo maravilhoso, e a hora da Igreja, que estávamos e estamos vivendo, nos levou a um tipo de pastoral. Realmente, a pastoral da Prelazia de São Felix, certa ou errada, é diferente de outras pastorais. Não que seja a única, porque, graças a Deus, nunca nos temos sentido sozinhos. Há outras Igrejas no Brasil que nos precederam, no próprio Nordeste, por exemplo. Nos centramos assim, nos aspectos básicos, da Igreja e da humanidade".

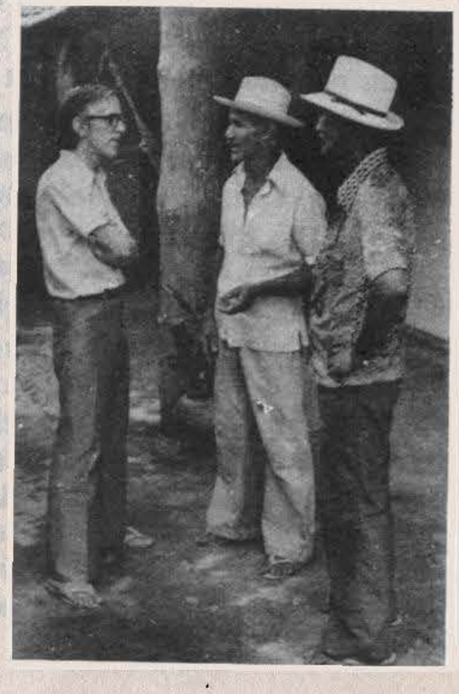
– Porque, Pedro, a Igreja muitas vezes esteve comprometida, ao longo de nossa História, com esse processo de desrespeito às populações nativas. Comprometida até mesmo com a eliminação física dessas culturas, para não falar dos valores míticos.

– A Igreja é tão humana quanto divina, e pelo que tem de humana, é tipicamente histórica. Por um lado, por aquela fatalidade de todas as instituições, ela foi se fechando, foi se munindo de força, da lei, do poder...

– E muitas vezes se associando aos senhores do tempo, não?

– Sim, passou umas vezes a contestar o poder, outras a dialogar com o poder, e outras a se amasiar com o poder. O constantinismo, por exemplo. Um dia foi Constantino, outro dia foi o Império Colonialista, outro dia pode ser uma Ditadura Militar, outro dia pode ser também um Império Socialista, ou pseudo-socialista.





– A Igreja é para o mundo uma missão de salvação. Ela não vai ser no mundo um cria-problemas, a contestação pela contestação. Não quer dizer que não possa colaborar mais de perto com um regime realmente humano. Agora, ela será sempre uma consciência crítica, será, deve ser. Fazer uma política cristã – o tal partido cristão, a democracia cristã, eu acho ridículo. Como seria ridículo uma biologia, uma pintura, uma ciência cristã. Qualquer coisa, a biologia, a pintura, a agronomia, a política devem ser biologia, agronomia, política. Agora, a mensagem cristã pode animá-las, dinamizá-las, libertando-as das próprias limitações. Mas não colocando uma etiqueta. É um erro fatal.

Um homem de cócoras, morto.

– Moço, *tou* com frio.

Uma temperatura de 42º graus sufocava o ar. Nas margens do Araguaia, no território da fazenda pertencente à Volkswagen, o homem tremia, esquálido, de cócoras, encostado no tronco de castanheira.

– Vamos à sede da fazenda. Lá o senhor procura socorro.

– Não adianta, moço. Já vim de lá. *Tou* devendo. 56

São 5 hs da tarde. O calor ainda se faz sentir. A essa hora a bicharada, nas margens do grande rio, começa a retornar aos seus ninhos. Um bando de patos selvagens corta o rio, voando a grande altura. Época de debandada, mudança de área. Ontem matamos um pato selvagem. Estávamos sem comer carne há dias. Só peixe. Com o tempo não se suporta nem sentir o cheiro de peixe.

As chuvas ainda não começaram. O rio mantém suas águas baixas, e à noite, andando de canoa, os olhos dos jacarés nos espreitam. "Atira, não atira". "Atira não, mata o bichinho não."

"Bichinho o quê, tem mais de dois metros de comprimento".

"Por isso mesmo, mata não."

Retorno anoitecendo, cortando a pé as terras da fazenda. O homenzinho de cócoras continua lá, no toco da castanheira, se tremendo todo, à distância.

– Vou apanhar o jipe e levar esse homem pra fazenda.

"Leva não, moço. A malária vive acabando com essa gente. Se tá devendo na fazenda, como vai comprar remédio? Leva não, esse pessoal morre todos os dias".

Uma imensa capivara aparece no meio da praia, após deixar o cerrado da beira do rio. Fica olhando, assustada, arredia, arisca feito veado, e se lança às águas.

Um último bando de patos selvagens volta a cortar os céus do Araguaia, lentamente, como se nada quisessem senão voar, voar sempre.

"Nos últimos anos, o latifúndio deixou de ser um monopólio dos proprietários de terra brasileiros, e a figura do latifundiário estrangeiro, quer individual, quer – mais freqüentemente – a grande empresa, chegou ao primeiro plano. Um inquérito da Câmara Federal chegou à conclusão, em 1968, que mais da metade do território amazônico brasileiro está rodeado por uma faixa de terra de propriedades estrangeiras; um total de aproximadamente 24 milhões de hectares tinha passado ao controle de empresas norte-americanas e outras."

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

"Breve as chuvas vão começar, moço. Este ano os temporais vão ser pai-d'égua".

Apresso os passos. Alcanço o toco tisnado da castanheira. O homem descansa a cabeça sobre os dois joelhos, encostado no tronco seco da árvore. Dormiu, penso. Dormiu com fome e frio, penso. Êta vida besta, penso. Bato no ombro do homem com maleita. Repito o gesto. Pego com as duas mãos a cabeça do homem com malária. Está dormindo solto.

– Ó minha gente, vamos acordar, cuidar dessa *danada*. Não adianta ficar assim, não.

Suspendo a cabeça, olho no rosto esquálido.

Estava morto.

"A segunda metade do século vê a internacionalização do processo de acumulação do capital e a consolidação do capitalismo internacional através das duas instituições mais poderosas do capitalismo contemporâneo: a empresa multinacional e o estado capitalista."

Tempo de crescimento.

No dia 8 de julho de 1973, detido na própria casa episcopal, D. Pedro Casaldáliga escreve de São Félix para seus amigos D. Fernando, Dom Tomaz Balduíno, Dom Ivo, Dom Aloísio Lorscheider.

Eis trechos da carta:

"Há três dias e duas noites que estamos presos, dentro da residência episcopal, eu e os Padres Canuto, Pedro Mari e Leopoldo. As irmãs, residentes em São Félix, estão nas mesmas condições.

Se saimos para celebrar a Missa, somos escoltados pela Polícia Militar (de Mato Grosso). Aos Padres Canuto e Leopoldo, que haviam saído por um momento, lhes foi impedida a entrada em casa, e eu tive que lhes servir comida na rua.

Também o Capitão Moacir Couto, delegado regional da Polícia Militar em Barra do Garças, o Tenente Benedito Rodrigues da Silva, e outros policiais, vestidos uns e outros à paisana e armados, invadiram a residência episcopal e a casa das irmãs, aqui em São Félix, contra o meu protesto explícito e reiterado. Obrigaram-me a abrir o arquivo. Revistaram a casa palmo a palmo.

Procuraram o nosso secular José Pontin, professor em Pontinópolis, perseguido há dias, e cuja casa – da prelazia – foi invadida e roubada pela polícia há um mês.

Hoje de manhã – dia 8 de julho – a polícia deteve, em Santa Teresinha, o nosso secular Tadeu Escame. E há três dias procuravam também o Padre Canuto.

Além do Padre Jentel, preso desde o dia 28 de junho em Campo Grande, MT, temos presos os membros da equipe-Teresa Salles, Teresa Adão, Edgar Serra; o peão-camponês Luís Barreira (Lulu), de Serra Nova; a secular, antiga aluna do ginásio, Sra. Adauta Batista; e a partir de hoje o secular de nossa equipe, Tadeu Escame.

O povo vive debaixo do terror e da permanente vigilância armada..."

Tempos de perseguição. Tempos de tensão. Tempos de crescimento.

Pesadelos não há.

No dia 4 de maio de 1977 o Relatório Sigaud ocupou duas, três páginas dos principais jornais brasileiros. O arcebispo de Diamantina, MG, D. Geraldo de Proença Sigaud, afirmando que "há infiltração comunista em todas as partes e também na Igreja", envia uma cópia do documento ao comandante da 4ª Divisão do Exército, outra ao Núncio Apostólico D. Carmine Rocco; e diz esperar que "a Santa Sé tome as medidas que o problema exige".

As primeiras duzentas cópias foram enviadas para a maioria dos bispos e cardeais brasileiros. Inclusive aos dois que constituem o alvo principal da acusação: o bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Maria Casaldáliga Plá e o de Goiás Velho, D. Tomaz Balduíno, responsabilizando-os pelos conflitos surgidos no relacionamento entre a Igreja e o Governo e pelo assassínio de dois padres na região centro-oeste do país (Rodolfo Lunkeiben e João Bosco Penido Burnier).

A denúncia, na íntegra, ocupou três páginas inteiras em corpo oito, dos jornais, e traz a data de 25 de março de 1977. Destina-se, pelo menos publicamente, ao Núncio Apóstolico junto ao governo Brasileiro, Dom Carmine Rocco.

Até então muitas haviam sido as tentativas de expulsar D. Pedro Casaldáliga do Brasil, retirar dos posseiros "tocados", dos milhares de marginalizados sociais, dos órfãos da expansão capitalista, esse homem franzino, que aos poucos foi se tornando a única tribuna onde essa gente podia relatar as violências recebidas.

Agora a iniciativa atingia o seu clímax; era, podia-se afirmar, a cartada decisiva. Encontrar no próprio clero um bispo capaz de denunciar o seu próprio irmão, constituía um trunfo nunca imaginado.

D. Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Diamantina, vai longe em suas denúncias. Vejamos algumas;

– Há infiltração comunista em toda a parte, também na Igreja.

– As idéias de D. Pedro Casaldáliga são de alguém que participa da invasão comunista no Brasil.

– A atuação do CIMI em que D. Tomaz Balduíno e D. Pedro Casaldáliga são, respectivamente, presidente e vice-presidente, são os principais responsáveis pelo clima tenso nas relações entre a Igreja e o Governo.

– As Comunidades Eclesiais de Base estão tomando, em várias dioceses, um cunho estranho, e podem transformar-se em núcleos de uma guerra de sublevação esquerdista.

O documento também propõe:

– O governo brasileiro deve pedir à Santa Sé que remova o bispo de São Félix, D. Pedro Casaldáliga.

O documento mostra os perigos. Recolhe um texto de Pedro e o publica parcialmente:

– "Entendendo ser cristão, sei que posso e devo ir mais longe do que o comunismo. Por outro lado, já faz muitos anos que me entusiasma muito pouco a metrópole do comunismo internacional. No entanto, me entusiasmam muito menos os paraísos capitalistas, onde a Sibéria da fome ou da escravidão ou da loucura do consumo são o *habitat* da maioria. O povo-povo – não os mandarins, nem os reverendos, nem as senhoras nem as famílias de posição, nem os donos – (o povo-povo) ganhou com Fidel, com Allende, ou com Mao... Que Panker me perdoe, mas eu creio que o capitalismo é intrinsecamente mau: porque é o egoísmo social institucionalizado, a idolatria do lucro, o reconhecimento oficial da exploração do homem pelo homem, a escravidão de muitos ao jugo do interesse e da propriedade de poucos".

O documento se sensibiliza com o discurso de Pedro;

– O regime do Brasil é um esquema nazista de terror. Os poderes econômicos impõem a lei e amordaçam a justiça.

O documento vem em defesa do ex-Ministro da justiça do Governo Médici, Sr. Alfredo Buzaid;

– Diante do seu cinismo, neguei-me a aceitar a xícara de café que me ofereceu, como neguei-me a aceitar novos prazos e novas mentirosas mediações.

O documento revela a hostilidade de Pedro com as iniciativas do governo:

– O Estado também aqui está construindo um "Posto de Saúde". Uma vez salva a grande estrutura capitalista – ditadura, latifúndio, colonialismo externo e interno – nada impede que se barganhem, publicamente, as pequenas estruturas assistenciais. É tão fácil enganar, à primeira vista, o povo, quando se lhe estrangulam as consciências, estrangulando a Liberdade.

O documento se queixa por ter Pedro amaldiçoado o Latifúndio:

– Maldito seja o Latifúndio.

– Já tínhamos rompido com as fazendas. Não podíamos celebrar a Eucaristia à sombra dos Senhores, viajando em seus carros ou aviões, comendo ou bebendo uísque em suas mesas, sendo assistidos nas celebrações por aqueles que escravizam seus irmãos menores: esta não é mais a Ceia do Senhor. Deixamos de ser amigos dos grandes e os encaramos de frente. Nenhum explorador ou colaborador,

que aproveitasse da exploração, poderia ser padrinho de Batismo, por exemplo. Deixamos de aceitar *caronas* em seus carros, esquivamo-nos positivamente de sua companhia, de seus sorrisos; deixamos até de os cumprimentar, nos casos mais descarados.

D. Sigaud se revela um homem atento à questão social. Por isso ele teme as idéias de Pedro. Diz que o bispo de São Félix lança no "povo o veneno das más idéias e o ódio dos pequenos contra os grandes, dos pobres contra os ricos, dos civis contra os militares. S. Exa. não é apenas um defensor teórico, é um subversivo e procura derrubar o regime do Brasil".

O documento-Sigaud, uma das peças mais atípicas que esse país conheceu em 15 anos de estado de exceção, observa que "desde a Espanha Dom Pedro tem entusiasmo pelo guerrilheiro assassino, chamado Ernesto Guevara, que os comunistas chamavam de *Che* Guevara. Era um argentino a serviço da revolução comunista de Cuba, que veio à América do Sul para organizar a guerrilha e aqui implantar a ditadura comunista, cruel, sanguinária, totalitária, como hoje existe na infeliz Cuba".

O documento-Sigaud registra uns versos em que Pedro chama Brasília de "Bem nascida, mal criada, formosa prostituta!"

"Revolta ao brio de brasileiro ouvir um espanhol chamar Brasília de formosa prostituta, que nega ao povo o sol, a liberdade, a voz humana, a vida. Mas não admira que D. Pedro fale assim. Admiraria se falasse de outra maneira. Ele mesmo se confessa comunista e subversivo."

O documento é longo, quase um livro, e constitui um minucioso, quase perfeito levantamento da vida, dos atos, do pensamento de Pedro, só que de forma mutilada, dirigida. Extraindo de um discurso apenas um trecho, sabemos todos que chegaremos a resultados pré-estabelecidos.

O jornalzinho da prelazia, "O Alvorada", é citado diversas vezes, prestando subsídios em favor da denúncia. Comentando o episódio em que o povo em Ribeirão Bonito, na Missa de 7º Dia pela morte do Padre João Bosco Penido Burnier, destrói a delegacia do vilarejo, o jornal lembra que "poder-se-á discutir a tática dos gestos do povo. Quanto menos táticos, porém, mais espontâneos. E não terá o povo seus gestos proféticos? Os gestos do povo são a voz do povo, e a voz do povo é a voz de Deus".

D. Sigaud adverte:

– Perigosa teologia. Os fazendeiros, os militares, os capangas, os pistoleiros, também são povo.

E aí, D. Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, MG, em vez de colaborar, desserviu. Introduzir num mesmo rol, capangas, pistoleiros e militares, e ainda garantir que são povo é conduzir demais. Nenhum militar sentir-se-ia honrado com tal companhia. Mas isso são adjacências, *escorregões* de uma alma prestativa e zelosa dos interesses nacionais.

Mais adiante o documento fornece informações valiosas que esclarecem até então nomes mantidos em segredo. Dizia-se, por exemplo, que um padre havia participado de um movimento visando a impedir a sagração de Pedro como bispo. Sabia-se que a Nunciatura Apostólica havia recebido um relatório, um verdadeiro levantamento sobre a linha de atuação de Pedro, visando a incompatibilizá-lo. Sabia-se que esse movimento tivera a liderança de um fazendeiro, representando sua classe, mas desconhecia-se, e até se duvidava, da presença de um padre nessa vilania.

O documento-Sigaud esclarece e dá nomes aos bois, conforme costuma falar o povo:

– A colenda Nunciatura está mais do que informada a respeito das atitudes e idéias de D. Pedro Casaldáliga e de D. Tomaz Balduíno, e do CIMI.

– Já em 1971, antes da sagração de D. Pedro, exatamente no dia 2 de setembro, a Nunciatura Apostólica recebeu um relatório a ela apresentado pelo Sr. José A. Ribeiro Leme, acompanhado do Padre Pedro Sbardelloto, SDB, sobre as atitudes tomadas por D. Pedro.

D. Geraldo de Proença Sigaud, falando, parece um agente dos serviços de informação a que assistimos nos filmes de contra-espionagem. Depois, isso fica bem claro, D. Sigaud se revela um homem altamente bem informado. O trecho acima é prova disso.

E mais adiante, sempre bem informado, D. Sigaud completa:

– Depois desse relatório, a Nunciatura recebeu muitas informações. Creio mesmo que as que agora apresento não serão novidade para ela.

O documento se estende, sempre informando, intrigando, denunciando. No final enfatiza:

– Denunciando-os (D. Pedro, D. Tomaz, o CIMI-grifo nosso) à opinião pública, prestei um serviço à minha Pátria, e à Igreja, minha Mãe.

– Espero que, diante das acusações e das provas que me parecem graves e evidentes, a Santa Sé tome as medidas que o problema exige.

Depois de tudo isso, seguiu-se um longo debate na imprensa, que se estendeu até ao exterior. Enquanto a Santa Sé não se pronun-

ciava, a expectativa se dimensionava; e chegou-se mesmo a crer que dessa investida D. Pedro Casaldáliga não escaparia.

Já antes da divulgação integral da denúncia, no dia 16 de abril de 1977, D. Pedro Casaldáliga, informado do seu teor, dissera: "pelos meus escritos respondo sossegadamente, mas pelos que foram forjados nas linotipos da subversão só o Diabo pode responder".

Voltei a me encontrar, em São Félix, com Pedro, logo após as denúncias de D. Sigaud. Havia um clima de paranóia geral dominando o povoado. E eu, mais que ninguém, sentia-o, respirava-o, principalmente porque tinha um projeto na cabeça e estava ali para executá-lo. O povoado recebe regularmente a visita de agentes federais, do SNI, militares, polícia política. Ali reside D. Pedro Maria Casaldáliga Plá.

Seria ingênuo se não temesse pela segurança, de todo o material recolhido.

Um dia, trancado dentro da igreja, sentindo-me como se estivesse numa catacumba, o que não deixava de ser verdade, digo a Pedro:

– E as acusações do Bispo D. Sigaud?

– Olha, precisamente, em grande parte me parece que por não ver a Igreja com essa liberdade, umas vezes por querer desencarnar a Igreja demais (porque quando Cristo diz que o seu Reino não é deste mundo, não quer dizer que não seja para este mundo), surgem as dificuldades. A Igreja é para o mundo. A Igreja não é para ela mesma, assim como a mãe não é para ela, é para os filhos.

– Então, às vezes por falta de encarnação, e outras por um tipo de encarnação que vira Poder, vira excessivamente lei, vira excessivamente instituição, a Igreja se ressente de uma mentalidade mais pluralista. Então, como é que certas pessoas educadas dentro desse ambiente mais fechado, até com muita boa vontade, que eu não nego a ninguém muito menos a D. Geraldo Sigaud, poderiam compreender uma atitude mais livre, mais crítica, plural, que possa dialogar realmente com o socialismo, com mais liberdade do que se possa dialogar com o capitalismo ou com o colonialismo?

– Depois, por uma postura maniqueísta, confunde-se com uma simplicidade tremenda, marxismo, comunismo, socialismo, e tudo passa a ser uma coisa só. E se confunde o processo histórico disso tudo.

– Mas Pedro, no *aqui* e *agora,* como fica a denúncia D. Sigaud?

– *Aqui* e *agora,* pois é... Olha, o D. Sigaud, como eu, somos filhos da nossa circunstância. Ortega Y Gasset dizia: "Eu sou eu e a minha circunstância". E, é lógico, as minhas circunstâncias me fizeram um

pouco um homem da terra, homem do subúrbio, homem do marginalizado, homem do terceiro mundo.

Na segunda semana de maio de 1977, logo após a divulgação do seu documento, D. Geraldo Sigaud visitou Vitória, no Espírito Santo. Fêz-se acompanhar de sua irmã Maristela e de seu secretário particular, Padre Caio Castro, e mais a irmã deste, Marília.

D. Sigaud disse que se encontrava em Carapebus veraneando. Ficou hospedado numa casa de seis cômodos, a 20 metros da praia, perto da colônia de férias da Polícia Militar de Minas Gerais. Na garagem, um Corcel do ano anterior, 1976, placa LN-2106, de Diamantina, MG.

Indagado sobre sua visita a uma praia do Espírito Santo, respondeu; "É o repouso do guerreiro, do burguês, do capitalista". Mais adiante, em entrevista aos repórteres, explica que "já veraneei aqui sete vezes, e é onde tenho amigos que me acolhem".

Um repórter pergunta se ele se importaria em ser chamado de capitalista. Nega, e se propõe a fazer uma declaração de bens;

"Tudo o que tenho é uma fazenda de 10 alqueires, em Diamantina, que é utilizada por meus padres e meus seminaristas. Tenho um apartamento em Belo Horizonte, comprado através da Caixa Econômica Federal, que paguei junto com minha irmã. Não sou acionista da Prataria Wolff. Administro uma grande propriedade da arquidiocese, de 470 alqueires".

– Então, Pedro, você gosta dos olhos das vacas, mas não do dono delas?

– Sim, sim, pois é... Por outra parte D. Sigaud tem tido sua formação, ele tem sido inclusive presidente de sindicato patronal. Ele foi o homem da TFP. Isso explica muito. Ele fez, num livro seu, do problema agrário uma questão de consciência.

– Você, no seu depoimento na CPI da TERRA, diz o contrário, isto é, a questão agrária é uma questão política. O livro de D. Sigaud se chama; *Reforma Agrária, Questão de Consciência.* Esse livro, além da assinatura dele, traz a dos conhecidos Srs. Plínio Correia de Oliveira e D. Antônio Castro Mayer. Lançado em 1963, visava a combater a pregação do governo João Goulart.

– Sim, porque não é uma questão de consciência. Isso seria como dizer que a política, a economia, a administração pública, fossem um problema de consciência. E não é um problema de consciência indivi-

dual, é um problema de justiça objetiva, é um problema de direito humano; não depende do que eu pense ou do que minha consciência dite. É uma questão objetiva.

– E a terra, Pedro?

– A terra é de todos e para todos. O povo sabe muito bem disso. A propriedade privada não é um bem supremo inalienável. Isso a própria "Populorum Progressio", de Paulo VI, definiu explicitamente. Se não entendemos isso, não há possibilidade nem de viver com esse mundo que caminha, e, a meu modo de ver, não há possibilidade nem de respeitar as exigências do Evangelho.

– E essa história de subversão?

– Eu exigo simplesmente democracia, justiça, liberdade; eu estou exigindo socialização, que acho que é a palavra que melhor pode traduzir *irmandade*, **como diz o povo do sertão, uma igualdade. Eu exijo igualdade, e não sou eu que exijo, é Deus quem exige. Uma palavra que tem me impressionado profundamente, que acho que Santo Irineu ou Santo Agostinho assinariam felizes, é a palavra daquela mulher do sertão, lá em Ribeirão Bonito; "A glória do Pai é assim, ninguém mais alto, ninguém mais baixo". Nela está toda a teologia da justiça social, da socialização, da fraternidade humana.**

– Pedro, a documentação divulgada por D. Sigaud é tão bem feita, que não se conhecendo você chega-se a imaginar que se trata de um anarquista, um provocador, um *porra-louca,* conforme se diz no Rio. Revela um levantamento quase maquiavélico, de incriminação global de sua ação política, filosófica e social.

– Esta documentação que o arcebispo de Diamantina entregou à imprensa e apresentou à Santa Sé, há muito tempo se encontrava em poder de diferentes órgãos de segurança. Digo mais, de fontes oficiais do próprio Congresso Nacional, que foram os chamados militares da *Linha Dura* **os autores, redatores da documentação. Entregaram pronta ao arcebispo de Diamantina toda a documentação. A disconrdância de dois bispos é uma manifestação normal do pluralismo, que felizmente a Igreja vem vivendo a partir do Concílio Vaticano II. Agora, na minha opinião, esse pluralismo não pode sobreviver num clima de denúncias e de delações.**

Agora, quanto ao documento, é simplesmente um apanhado tendencioso de textos mutilados e que não expressam o meu pensamento e a minha atitude, corretamente. É evidente que os meus escritos só têm valor probatório se publicados na íntegra, e dentro de seu contexto.

Quem é D. Geraldo Sigaud? Nasceu em Belo Horizonte, em 1909, e ordenou-se padre em 1932. Sagrou-se bispo em 1947. Em 1961, como arcebispo, foi para Diamantina, e a partir daí começou a destacar-se como uma das figuras mais reacionárias do Episcopado brasileiro. Foi um dos fundadores da TFP – Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Desligou-se da instituição, que contra sua opinião continuou a combater a reforma agrária, mesmo sob a orientação dos governos pós-64. Opôs-se às reformas litúrgicas, às quais aderiu em 1974 "por obediência ao Papa". Em 1970 esteve na Alemanha, onde atacou, através palestras, entrevistas, artigos, "a campanha difamatória contra o Brasil". Numa entrevista em 1968, sobre a presença de sacerdotes comunizantes na Igreja, declarou: "O documento elaborado pelo padre belga Comblin e as declarações de apoio e solidariedade que alguns bispos e sacerdotes lhe deram, é uma prova cabal e irrespondível de que o comunismo penetrou em nossas fileiras".

É difícil garantir que D. Geraldo Sigaud padeça de pesadelos. Trata-se de um homem bom, certamente sem remorsos, pastor de almas extraviadas. Agora, se eles ocorrem, não será o Diabo o espectro que o persegue, e sim o rosto rechonchudo de alguns russos, ou mesmo as faces pálidas de alguns chineses. Não de Formosa, naturalmente, mas da terrível China Continental.

Quando é proibido ter medo.

"Ao cristão, é proibido ter medo".

As pressões nunca acabam. Só quando se cede. Vale a pena ceder?

Na primeira semana de junho de 1975 a Nunciatura Apostólica produz uma carta destinada ao bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Maria Casaldáliga. Se recebeu não se pode garantir, mas que o documento foi enviado não tenhamos dúvida. Ei-lo:

"... Chegou ao conhecimento da Sagrada Congregação dos Bispos a publicação do volume intitulado *Tierra Nuestra Libertad*, saído a público sob os auspícios de Vóssa Excelência, editado pela Casa Guadalupe de Buenos Aires,

Depois de atento exame do conteúdo do livro, o Sagrado Dicastério citado encarregou-me de chamar a atenção de Vossa Excelência não só para os riscos a que se expõe com semelhantes escritos, mas, sobremodo, para o que significa isso a seu ministério episcopal.

Na verdade, a publicação daquelas poesias, cujo vocabulário é, às vezes, explicitamente subversivo, ultrapassa todos os limites da prudência e da oportunidade. Com a poesia introdutória "Epístola a Monsenhor Casaldáliga" de sabor marxista e de linguagem indecente, toda a coleção se presta para ser utilizada ideologicamente em determinado sentido.

Venho, portanto, rogar muito fraternalmente a V. Excia que tome muito a peito, na sua atividade pastoral, dar prioridade ao diálogo cristão, como método para resolver eventuais conflitos, e conceder à evangelização a primazia que lhe compete, conforme os recentes documentos da Igreja.

O método que usou expõe inutilmente seu ministério episcopal a ser empregado para fins indesejáveis e sua pessoa, a medidas desagradáveis por parte da autoridade civil.

Tenho a certeza de que V. Excia, saberá ver, com sua bem conhecida capacidade intelectual, nestas observações, tão somente a preocupação de quem não deseja outra coisa senão a continuidade de seu apostolado neste caro país e nesta prelazia que deve enfrentar tantos e tão graves problemas.

Confirmo-lhe que me considero sempre à sua disposição e a seu serviço a fim de contribuir para resolver, com quem de direito, as dificuldades que V. Excia possa encontrar em seu sagrado ministério."

Assina o documento, o Núncio Apostólico, Monsenhor Carmine Rocco.

O recado estava dado. E mais: a ameaça também. Veja "nestas observações tão somente a preocupação de quem não deseja outra

coisa senão a continuidade de seu apostolado neste caro país e nesta prelazia..."

Datada de 25/11/1971, a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia elaborou uma documentação que se pode chamar de, no mínimo, curiosa. Um mês antes, no dia 23/10/1971 o Padre Pedro Casaldáliga, apesar dos diferentes tipos de pressão, alguns realmente poderosos, havia sido sagrado bispo.

Encaminha-a um dos diretores da AEAA, Sr. Carlos Alves Seixas. Inicialmente é apresentado o trabalho "A Ocupação e o Desenvolvimento da Amazônia Legal", assinado pelos Srs. Hermínio Ometto e General Cândido Flarys da Cruz, respectivamente presidente e vice-presidente. É uma louvação exaltada, patriótica, otimista, mas que, na verdade, ficou muito à distância do que a prática se encarregou de mostrar.

Já na abertura afirma que "a ocupação da Amazônia Legal, desafio e tarefa gigantescos, compromisso histórico de um povo e desta geração de brasileiros em particular, está se processando por ação direta e indireta do governo."

Mais adiante; "... Os resultados objetivos desse trabalho: dezenas de empresas implantadas, dando condições de trabalho até então desconhecidas na região, com pagamento de salário justo, quase sempre superiores aos mínimos previstos em lei, casas de alvenaria ao invés de pobres casebres cobertos com folhas de palmeira, assistência médico-odonto-sanitária, etc., ao lado de fato econômico insofismável – dezenas de milhares de hectares de pastagens, onde havia floresta sem expressão econômica ou campos inaproveitados, centenas de milhares de cabeça de gado obtendo índices altíssimos de produtividade, trazido de regiões onde técnicas mais rudimentares não permitiam que se alcançassem, às vezes, nem a metade dos rendimentos aí conseguidos. Enfermarias, transportes, suprimentos, comunicações, a presença organizada e bem administrada da empresa moderna, onde nada havia".

É o início do Governo Médici, final de 1971. Para ser preciso, novembro de 1971 é a data desse primor de proclamação otimista. É tempo do *milagre brasileiro*, do Sr. Delfim Neto, das finanças boas, da Ditadura boa, da Direita desenvolvimentista.

"... onde havia floresta sem expressão econômica ou campos inaproveitados, centenas de milhares de cabeças de gado obtendo índices altíssimos de produtividade..."

Pois bem – como se diz nas conversas moles das noites enluaradas do sertão da Amazônia – não tardou a se desencadear o conflito, de que o país todo tem memória, entre essa poderosa firma e os incômodos posseiros do povoado de Serra Nova, conforme vimos no começo deste livro.

Triste Amazônia, e povo que aí vive. Derrubou-se a mata, muitas vezes criminosamente, mas não vieram o salário superior ao mínimo previsto em lei, as enfermeiras, as casas de alvenaria, ou a assistência médico-odonto-sanitária. Veio a expulsão de suas terras, a violência, o jagunço, o desemprego, e finalmente a marginalização social. Criou-se um povo retirante. *Tocado*. Sempre *tocado*.

Como nas novelas policiais, o principal está por vir. Acompanhando a documentação encaminhada pela associação dos empresários, em caráter sigiloso, consta uma carta da Bordon S/A Agropecuária da Amazônia, a famosa Bordon, de triste memória para os posseiros do centro-oeste mato-grossense.

O então Ministro Delfim Neto, todo poderoso homem de nossas finanças, responsável pela política econômica financeira do governo Médici, cujos custos sociais foram os mais altos que este país já conheceu, e que no ano de 1978 foi um dos defensores da revisão das cassações, (vejam bem os senhores como nem só de mel vivem as raposas) era, não sabemos se continua, acionista da Bordon.

A carta é datada de 18/11/1971 e informa que em fevereiro desse ano a empresa adquiriu uma gleba de "... 10 mil alqueires paulistas, no município de Barra do Garças, no estado de Mato-Grosso, vizinha à Suiá-Missú (uma das maiores fazendas do país, grifo nosso), obra gigantesca do Grupo Olmeto". (O nome correto é Ometto, grifo nosso)".

Mais adiante: "... Em abril do corrente ano este projeto foi protocolado na Sudam (Superintendência da Amazônia), onde se encontra em fase de aprovação. Na certeza de um pronunciamento favorável ao seu projeto, a Bordon S/A Agropecuária da Amazônia, independente de qualquer aprovação oficial, com recursos próprios, iniciou a derrubada de 1.800 alqueires, fez obra de arte, construiu estradas, campo de pouso, comprou veículos e demais benfeitorias, estando neste momento, semeando capim colonião".

Tamanha segurança na aprovação de tão vultuoso empreendimento, quando ainda se encontrava tramitando só pode gerar otimismo. Talvez aí se explique tão buliçoso otimismo, que dominou certos segmentos do empresariado naqueles anos idos, vividos e bem relacionados.

No núcleo dessa briga surge a figura do bispo da prelazia, numa época em que o Padre Jentel já vinha sendo perseguido, e grande era a tensão diante modelo de colonização adotado.

Retornemos ao documento: "Estávamos nós no entusiasmo próprio de quem deseja construir algo, merecedores que fomos da confiança que o Governo depositou em todos os empresários da Amazônia, quando recebemos em nossos escritórios a visita do Padre Pedro Casaldáliga, hoje bispo de São Félix, no estado de Mato Grosso.

– Nesta oportunidade, o referido Padre Pedro nos informava que os moradores do patrimônio de Inhanha, hoje Serra Nova, e seus fiéis, haviam feito uma derrubada de uns 26 alqueires dentro de nossa propriedade. Alegava ele que estas terras eram as únicas apropriadas para a cultura de subsistência destes moradores, o que, evidentemente, hão era possível entender, isto porque o referido patrimônio ficava a 3 Km de distância de nossa divisa".

"... Ele pedia que doássemos uma área de 4,5 Km de comprimento por 2,5 Km de largura, para que os moradores de Serra Nova pudessem sempre ter um local permanente de cultura. Expus ao Padre Pedro que as suas pretensões não poderiam ser atendidas, pois o total da gleba estava incorporado a um projeto de agropecuária, projeto este que estava sendo enviado para a Sudam e, portanto, a totalidade do imobilizado pertencia a ele".

"No entanto, nos comprometíamos a não mexer nas terras derrubadas até o fim deste ano, tempo mais do que suficiente para que os seus fiéis colhessem o produto do seu trabalho..."

Evidentemente o Padre Pedro Casaldáliga não poderia aceitar uma proposta dessa. Esse é o ponto de vista do fazendeiro. O caso da Bordon não é isolado, essa gente toda, nessa nova etapa capitalista de colonização da Amazônia, vivia aí há anos, alguns há dezenas de anos. Tinham suas casinhas, suas roças, seus rios onde se banhavam, seus amigos, seu cemitério onde enterraram seus parentes, o cantinho do mato onde tomavam pinga nos domingos e dias santos, enfim, um profundo elo umbilical com toda essa natureza. Sair assim *no grito*, num espaço inferior a um ano, é mais que um horror, é suicídio coletivo, é a desintegração da família, de seus membros. O retirantismo tem em si o germe da desintegração, na sua forma mais ostensiva.

... "Não satisfeito com nossa proposta, bastante irritado, nos disse que estes moradores eram elementos já escorraçados deste Brasil afora, e que de maneira alguma iriam abandonar o local que tinham como ideal. Depois de mais alguns comentários desagradáveis

de sua parte, sugerimos ao Padre Pedro Casaldáliga que procurasse o Incra, para que seus fiéis fossem encaminhados à Transamazônica, onde o Governo estava dando todas as facilidades possíveis para implantar núcleos em torno da mesma. Era uma oportunidade ideal, onde eles poderiam ser proprietários e não invasores de propriedade particular".

Terrível proposta, que os anos se encarregaram de revelar.

Continuemos com alguns trechos da carta:

"Neste momento (proposta de transferência para a Transamazônica, grifo nosso) o Padre ficou colérico com a nossa sugestão, e disse que esta medida que o Governo estava tomando de levar famílias necessitadas para povoar a Transamazônica era a maior vergonha que se poderia impingir a um povo. Além deste comentário perigoso e não próprio de um sacerdote, outros foram ditos, momento em que demos por encerrada sua visita e qualquer diálogo. Pedi a ele que se retirasse, ocasião em que ele, Padre, nos ameaçou, dizendo que iríamos nos arrepender, pois até o fim deste ano ele seria sagrado Bispo, e então, ninguém mais lhe poria a mão..."

Para quem conhece o Bispo Pedro Casaldáliga é muito difícil, senão impossível, aceitar essa versão. Pedro colérico, histérico, fazendo uso de prerrogativas futuras – bispo – ele que só aceitou tal elevação por exigência de outros bispos e religiosos?

O documento faz um relato de novos incidentes e informa que "preocupados que estávamos com o desenrolar dos acontecimentos, pois o elemento (padre) já havia se identificado, em companhia do Sr. Ariosto da Riva (outro grande proprietário da região envolvido em conflito com posseiros, grifo nosso) e de nosso emissário Jair, fomos ao SNI em São Paulo".

"Fomos recebidos pelo Major... (omitimos o nome desse oficial por se encontrar no cumprimento de suas funções e só, grifo nosso) a quem expusemos os fatos comprometedores; e, para surpresa nossa, o SNI já tinha conhecimento das atividades do Padre Pedro..."

Mais adiante:... "Durante este período, fomos procurados pelo Padre Pedro Sbardellotto, Vigário de Xavantina, que antecedeu na Prelazia de São Félix ao Padre Pedro Casaldáliga, profundo conhecedor da região, e bastante ciente das atividades ' extra-sacerdotais ' do hoje Bispo."

"O Padre Sbardellotto sugeriu que fôssemos até o Rio de Janeiro relatar ao Núncio Apostólico, que é o Embaixador do Vaticano no Brasil, e, portanto, autoridade que teria condições de resolver em

parte o problema. Por motivos que não desejamos aqui relatar, não fomos recebidos pelo Núncio Apostólico, o qual designou um seu secretário para nos atender. Expusemos a ele qual o motivo da nossa presença e, para surpresa nossa (Padre Sbardellotto e o signatário desta) a Nunciatura já tinha conhecimento das atividades perigosas do Padre Casaldáliga, tal qual o SNI..."

Um padre se coloca a serviço de fazendeiros para denunciar as atividades pastorais de um bispo, cujo grande crime é clamar por justiça em favor de humildes posseiros. Os mesmos fazendeiros que já antes haviam procurado o SNI, na calada do sigilo, com o fito da delação. Afora a ação na justiça, onde são imbatíveis quase sempre, a "entrega", a denúncia. E um padre no meio disso tudo. D. Geraldo de Proença Sigaud é muito mais autêntico. A tentativa de incompatibilizar o Pedro, a partir dos subterrâneos da própria Igreja, começa portanto com esse Vigário de Xavantina.

A farta documentação enviada pela Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia inclui também uma carta de Pedro Casaldáliga ao diretor-superintendente da Bordon S/A. Agropecuária da Amazônia, Sr. José A. Ribeiro Leme. A carta está datada de 14 de junho de 1971 e, entre outras coisas, afirma:

... "Sr. Leme: gostaria de falar com o senhor em atitude sincera de amizade, e, sobretudo, com palavra cristã. O problema de "Serra Nova" é mais um problema social – concretamente de Reforma Agrária –, candente em várias regiões do Brasil e do mundo".

"Soube, por um mensageiro do Sr. Ariosto (Da Riva, grifo nosso) que o Sr. Bordon tencionava processar-me. Não quero dar maior importância à informação. De qualquer forma, o senhor – como cristão, como homem simplesmente – compreenderá que entre a ameaça e a minha consciência, devo ficar, sem vacilações, do lado desta".

"Sr. Leme, sei que esta carta e a minha atitude podem causar-lhe incômodo. Eu sou o primeiro a sentí-lo. O bem dos nossos irmãos exige sempre um pouco de sacrifício da gente. Serviço de justiça e de amor nunca será serviço perdido para Deus"...

É difícil, voltemos a repetir, que esse homem, delatado em sigilo, intrigado junto a seus superiores sem o saber, que assim se expressa, fosse capaz de *arrotar* sua futura condição de bispo e fazer ameaças contra os Deuses do Olimpo. As ameaças são prerrogativas dos que têm o poder, portanto, a força.

A Nunciatura, de forma generosa, ofereceu, ainda, uma carta oficializando a visita dos representantes da Bordon, onde inclusive

registra a presença do Padre Sbardellotto. O documento é assinado pelo Padre Tertuliano Rodrigues Neto, secretário do Núncio, e está datado de 2/9/1971.

Diz um trecho da carta;

... "O Sr. Leme (acredita-se que seja o Sr. José A. Ribeiro Leme, Diretor Superintendente, grifo nosso) fez amplo relato, secundado pelo Padre Sbardellotto, que conhece bem a região e a situação, e manifestou a disposição de evitar choques, embora as autoridades competentes já tenham tomado as providências cabíveis. Tais choques teriam profundas repercussões negativas, sobretudo dado o fato de P. Casaldáliga ter sido recentemente nomeado Bispo".

Judas não é somente uma personagem bíblica.

Paremos um pouco. Respiremos. Agora vejamos o bastidor. Sempre há um bastidor.

Declaração

"Eu, Vicente Paulo de Oliveira, peão da Companhia Bordon, S.A., onde trabalho desde junho, declaro o seguinte, sem receber por isso nenhum pagamento:

O capataz Benedito Teodoro Soares, de sobrenome *Boca Quente*, assassinou três homens (Benedito da Silva, Geraldo e Vicente Paulo) porque não estavam satisfeitos com o pagamento recebido.

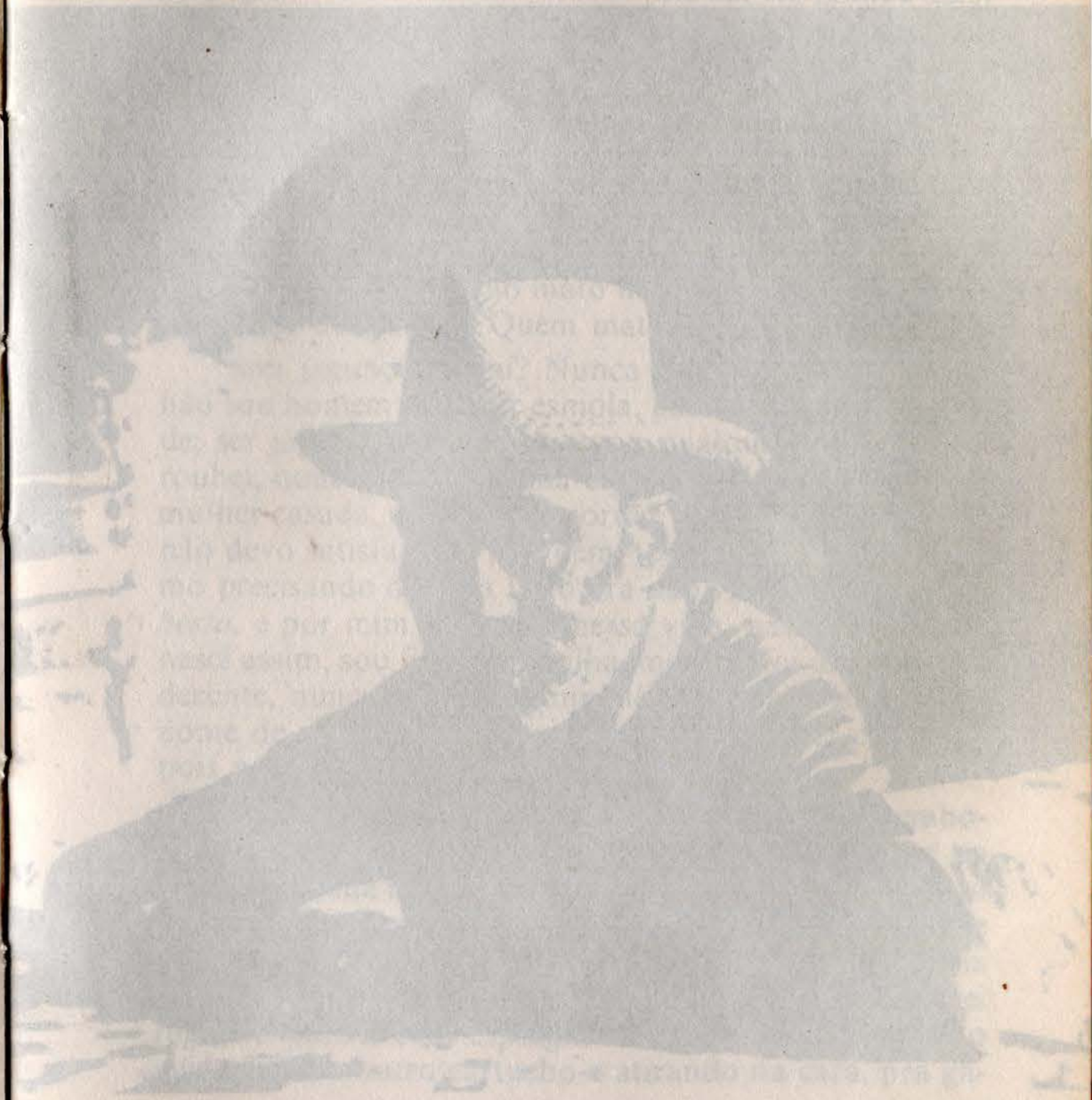
Benedito *Boca Quente*, no dia 1 de outubro (portanto 22 dias antes da sagração de Pedro Casaldáliga como bispo, grifo nosso) me pediu que matasse o Padre Pedro, e pela morte eu receberia mil cruzeiros, um revólver 38 e passagem para onde quisesse ir. Noutra oportunidade, no dia 5 de outubro (portanto 18 dias antes da Sagração de Pedro como bispo, grifo nosso) me pediu insistentemente que assassinasse o Padre Pedro; e se eu o denunciasse, me mataria."

E por ser verdade, assino.

São Félix, 30/10/1971

Firmado com o dedo por Vicente Paulo de Oliveira.

Jagunço, sim senhor.



Eu não sou filho de ninguém, sou filho do Diabo. Mas também sou filho de Deus. Passa fora capeta, vai atanazar o canhoto, que eu não sou canhoto não. Antes do ano 2.000 o Amazonas vai inundar tudo; o Araguaia, o Xingu, o das Mortes vão ser um rio só, um grande lago, e esse será o dia do Juízo Final. Quem tiver muito pecado o canhoto, com o dedinho indicador, vai chamando, cheio de riso cínico. Isso aqui vai virar um marzão, do tamanho do mundo.

Eu não mato ninguém, cumpro as ordens do Senhor. Ajudo a *descansar*, alivio dos sofrimentos dessa vida, não sei, isso não é pergunta que se faça a um homem; respeito é bom e eu gosto, eu não mato ninguém, obedeço apenas às ordens do Senhor. Quem mata é o Diabo.

Sou jagunço, e daí? Nunca pedi favor a ninguém, não sou homem de pedir esmola, cada um vive como pode; ser jagunço é trabalho como qualquer outro, nunca roubei, nunca desonrei filha de ninguém, nunca persegui mulher casada, e se mato é porque o patife não prestava, não devo satisfação a ninguém, tem cabra que *tava* mesmo precisando de uma lição pra não viver se fazendo de *besta*, e por mim não vivia nessa vida, não, porque não nasci assim, sou filho de família, meu pai foi um vaqueiro decente, nunca maltratou ninguém, e minha mãe, bom, nome de mãe não se mete assim em qualquer conversa, pois nome de mãe não é bibelô de menino.

Não é que um patife, que com jeito pedi pra ir embora, que tava ocupando terra do meu patrão, tocou no nome de minha mãe, sem mais, nem menos? A ordem era pra mandar embora, aconselhando, ensinando que não se deve invadir terra dos outros, e não é que o sem-vergonha foi logo xingando e não é que esquentei a cabeça e toquei fogo no patife, com espingarda calibre 16, atirando no peito, pondo outro cartucho e atirando na cara, pra ga-

rantir, evitar surpresa, só pro bandido aprender que não se fala no nome da mãe dos outros assim, porque, nome de mãe não é crina de jumento onde qualquer um mete a mão...

Sou da Paraíba, com orgulho sim, senhor, terra de macho, de cabra valente, onde nem Lampião tirou leite com espuma, terra de homem que não mija fora do pinico, de mulher que não chora em enterro do amante, e onde a vingança é firme como mijo de rã.

A valentia é a soberba do pobre. Sou valente! Quando aqui cheguei tinha minha terra. E quem não tinha? Terra nestas bandas nunca teve dono, os donos chegaram depois, havia roça, criava umas cabeças de gado, e até bode! Carne de bode é carne boa, mas esse bicho acaba com tudo. Uma vez uns 3 ou 4 bodes quase *arrebenta* com o roçado de milho. *Êta*-praga desgraçada são esses bichos, mas gosto de bode, quando era menino sempre gostei de torcer pescoço de galinha, era um divertimento dos infernos ver a galinha, o *capão*, pescoço torcido, estrebuchando no meio do terreiro, saltitando feito carrapeta maluca; também gostava de sangrar porco, mas só deixaram sangrar o primeiro quando já era *taludo*, já tinha pentelho nas pernas. Enfiei a peixeira no pescoço do danado, antes dei uma paulada na cabeça, e então taquei a peixeira no pescoço do porcão, e logo o sangue esguinchando, sangue vermelho, bonito, e a Cleuza, mulata de coxas gostosas, vinha com a lata de banha apanhar aquela sangreira toda, e não é que chouriço de sangue de porco é gostoso dos diabos? Gosto de matar, mas não gosto de comer.

Um dia *apareceu* os donos de minha terra, e não é que tentei resistir? Não é que me dei mal? Não é que tive que fugir, depois de estrepar um filho da puta, o primeiro em minha vida, na ponta de um punhal? Uma desgraça!

Sou ignorante, mas escrevo o nome, sim, senhor. Já vi cidade grande, Recife, Fortaleza, João Pessoa, Cuiabá

já esteve nos meus pés, e não sou um *bunda mole*, sem mais valia, não.

Quantos matei, não sei, isso não é pergunta que se faça, o colega pode se dar mal com esses atrevimentos, respeito é bom e eu gosto. Fui peão, mas vida de peão é uma desgraça, e quem tinha mulher e filhos como eu, não podia ser peão a vida inteira. Não sou capanga de ninguém, se algum patife falar isso, eu toco um punhal nas costelas pra deixar de ter língua grande.

Quando aqui cheguei tudo era mato. Então esse povão, de machado e terçado na mão, amansou tudo. E nunca ninguém foi chamado de bandeirante.

Não sou filho de ninguém, sou filho do Diabo, mas também sou filho de Deus.

Um dia tudo isso vai mudar. E vai ser antes do ano 2.000. A bandeira verde *tá qui*, Padre Ciço falou, e se ele falou é porque *tá qui*. No dia que achar a bandeira verde não vai ser preciso matar mais ninguém, nem viver de tal *função*, que isso não deveria ser trabalho de homem nenhum. Na bandeira verde ninguém é patrão, ninguém é empregado, a terra é de todos, os rios não têm dono, os irmãos não vão precisar amarrar as camisas, e a glória de Deus não ficará nem acima nem abaixo de ninguém. Nesse dia encontrarei meus filhos e minha mulher, e nem precisarei ser *atanazado* por sonhos malditos.

Mas por enquanto tou como o Diabo gosta.

Virge, gente, venderam a aldeia.

" – *Civilizado* comprou aldeia".

" – O que é isso? *Civilizado* comprou aldeia?"

" – Quer dizer, que aldeia de índio Tapirapé não pertence mais a índio. Pertence a *civilizado*. Quando *civilizado* quiser, tira vocês daqui. Terão que procurar outra reserva, pois essa foi comprada pela empresa Tapiraguaia, do Grupo Medeiros Carneiro, de São Paulo."

E assim, com o dia ainda amanhecendo, os índios Tapirapé, uma das experiências mais bem sucedidas no mundo, da coexistência entre grupos primitivos e processo civilizatório, tomaram conhecimento de que as terras onde viviam há tempos imemoriais haviam sido vendidas. Vender, evidentemente, era um verbo desconhecido.

A aldeia Tapirapé fica no distrito de Santa Teresinha no município de Luciara, divisa com o Parque Indígena do Araguaia (Ilha do Bananal).

A Tapiraguaia, ao tomar conhecimento da situação – compra de território indígena, proibida por lei – apressou-se em contornar o impasse criado. A primeira medida foi "doar" ao extinto SPI – Serviço de Proteção ao Índio –, representado no acordo pelo Sr. Ismael da Silva Leitão, chefe da 8ª Inspetoria Regional, uma área de um pouco mais de 9 mil hectares, sendo que duas terças partes formadas de cerrado e varjão.

Os índios Tapirapé, que vivem sob a proteção das Irmãzinhas do Padre Foucault, são essencialmente agricultores. A partir dessa característica cultural precisam de áreas agricultáveis, do contrário se vêem diante de um impasse incontornável.

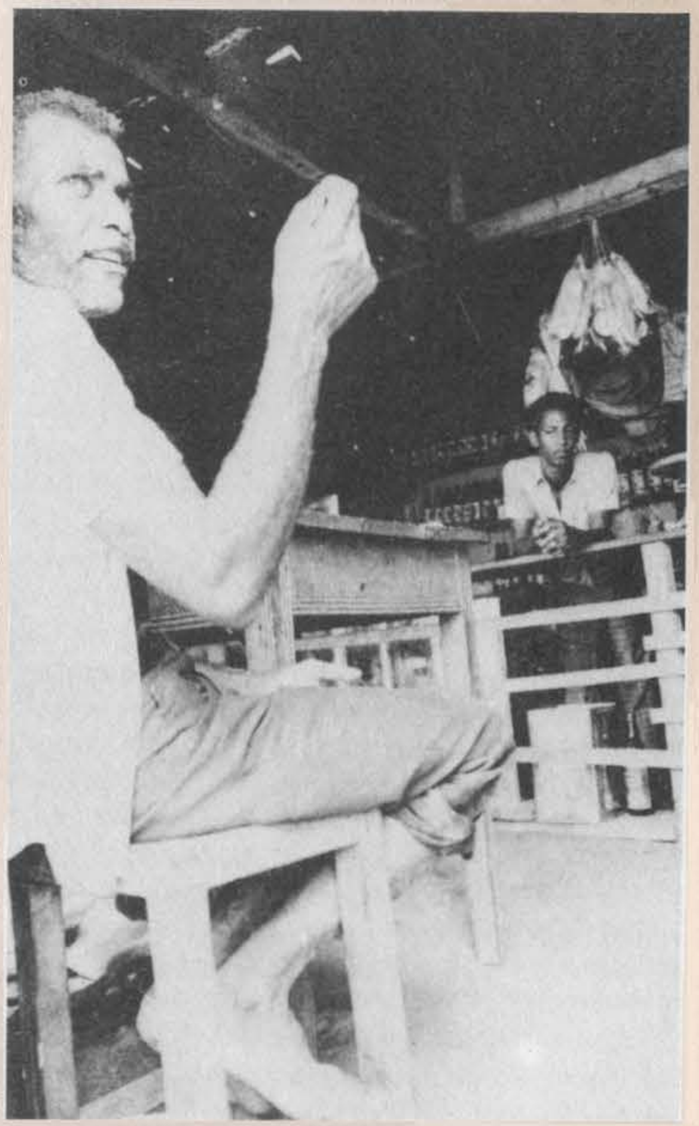
Fizeram várias viagens a Brasília, onde chegaram inclusive a se encontrar com o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Gal. Ismarth de Araújo. O órgão demonstrou interesse e chegou inclusive a enviar equipes de demarcação até a aldeia. Mas, como se sabe, demarcar território indígena é uma das questões mais delicadas que este país vive hoje. O Estatuto da Terra lhes garante esse direito, a Constituição Brasileira também, a Convenção de Genebra idem, mas suas terras não são demarcadas.

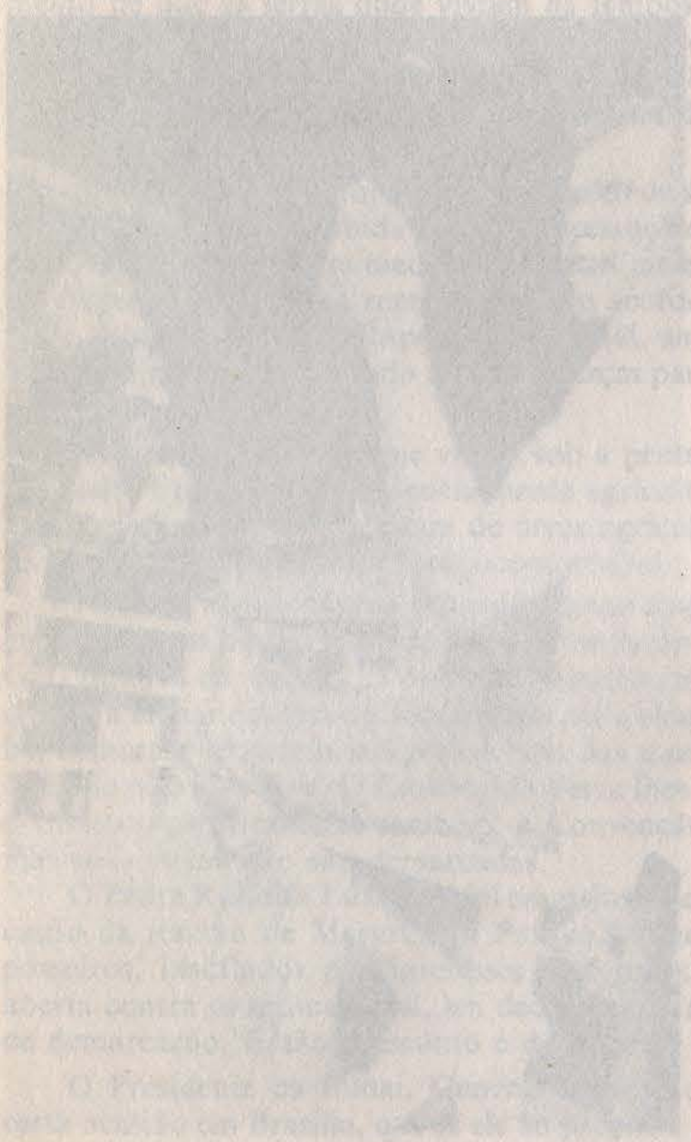
O Padre Rodolfo Lukeiben foi assassinado em função de demarcação da reserva de Meruri. No Parque Indígena do Aripuanã os posseiros, insuflados por interesses poderosos, entraram em luta aberta contra os índios Suruí, em decorrência também de tentativas de demarcação. Então o assunto é delicado.

O Presidente da Funai, General Ismarth de Araújo, disse-me certa ocasião em Brasília, que se ele ao propor a demarcar os territórios indígenas tivesse êxito, "sentir-me-ia um homem feliz, realizado com o meu trabalho na direção do órgão".

Vejam bem, um general, prestigiado pelo Gabinete Civil da Presidência da República, fazer uma revelação dessa, dá bem uma idéia do tipo de delicadeza de tal questão.

A fazenda Tapiraguaia insiste em não abrir mão das terras, alegando que a área habitada e cultivada pelos índios é precisamente a reserva florestal do projeto aprovado pela Sudam.





Fazendeiros versus fazendeiros.

Em briga de gavião curió não entra. Sim, a luta pela posse da terra não se desenvolve apenas contra posseiros. Os grandes grupos também entram em luta, grave e violenta.

Passemos aos fatos, estimado leitor:

Em novembro de 1976 o advogado Nélson Rebellato, proprietário juntamente com o seu pai e irmãos da fazenda Rebellato, em Cocalinho, município de Barra do Garças, MT, foi assassinado por jagunços. Recebeu doze tiros. Um irmão da vítima, Angelo Luís Rebellato, denunciou em Brasília, como mandantes do crime, os vizinhos proprietários João Pagliarini, prefeito de Jandaia do Sul, no Paraná, e o General Justino Alves Bastos, ex-Comandante do IV Exército.

Tamakavy versus Brasil Novo

Em maio de 1975 começam os incidentes entre a fazenda Tamakavy, do Grupo Sílvio Santos, e a fazenda Brasil Novo. A Tamakavy resolveu fechar a estrada que leva à Brasil Novo, e ainda colocou homens armados para impedir a passagem. Consta, inclusive, nos autos de apreensão, que as armas foram recolhidas pela Polícia Federal. O Juiz de Direito deu liminar de reintegração de posse à Brasil Novo. A Tamakavy contestou, e o processo continua em aberto.

Codeara versus Santa Lúcia

Em 1976 a fazenda Santa Lúcia, em Santa Teresinha, município de Luciara, teve sua estrada de ligação com o povoado, base de seu abastecimento, interditada por duas máquinas Komatsu. A fazenda Santa Lúcia é de propriedade do Sr. Elpenor Veloso de Araújo, de Araguari, MG.

Pois bem, essas duas máquinas pertenciam à Codeara. Comentava-se inclusive a grande derrubada feita no "Roncador", novo projeto da Codeara-BCN. O trabalho foi realizado às pressas, e correu na região que a polícia federal teria fotografado a operação.

O conflito existiu, foi levado ao Judiciário, que determinou a desobstrução da via pública. A demanda prosseguiu e, por determinação Judicial, os trabalhos foram paralisados. O gerente da Codeara, Dr. Amílcar Gameiro, revelou a um grupo de trabalhadores que dissera ao juiz algumas *verdades*. Uma dessas *verdades* é que estava agindo dessa forma pois quem "tem que zelar por seus interesses são os proprietários mesmos, e que esperar por decisões judiciais é um processo por demais moroso".

O que está em disputa é uma gleba de terras reivindicada tanto pela Codeara (Projeto Roncador) quanto pelo Sr. Elpenor Veloso de Araújo.

Fazenda Santa Cruz

Esta fazenda localiza-se no distrito de Santa Terezinha, município de Luciara, já anteriormente mencionado, sempre no bojo de conflitos. Só que agora trata-se de conflitos entre graúdos.

O Dr. Antônio José Matoso é o proprietário, residindo à Rua 3, Condomínio Fidélis 4º andar, apto. 402, em Goiânia-GO. O gerente é o Sr. José Teixeira.

Há dois meses que uns 40 homens, a serviço da fazenda, desenvolviam um trabalho de *derrubada*, quando a 30/8/1975 foram surpreendidos pela chegada de 13 homens armados com espingarda calibre 20 e revólveres, acompanhados por um cidadão que atendia pelo nome pomposo de Dr. Amaury. Dizia-se supervisor a serviço do Sr. Flávio Pinho, apontado como verdadeiro proprietário da área.

O Sr. Amaury informou que ali se encontravam para suspender os serviços de derrubada, e que todos os trabalhadores, empregados do Dr. Antônio José Matoso, deviam se retirar, "por bem ou por mal".

Apanhados de surpresa os peões foram levados, diante de argumento tão convincente, para Santa Teresinha. Incontinenti os jagunços do Dr. Amaury atearam fogo à derrubada e aos barracos, queimando tudo o que havia: alimentos, ferramentas, redes, utensílios de cozinha.

O gerente, Sr. José Teixeira, pediu que os trabalhadores permanecessem em Santa Teresinha, aguardando o dono para um acerto de contas. Autorizou às pensões do povoado que fornecessem refeições aos trabalhadores. Os peões permaneceram alojados em pensões e barracos.

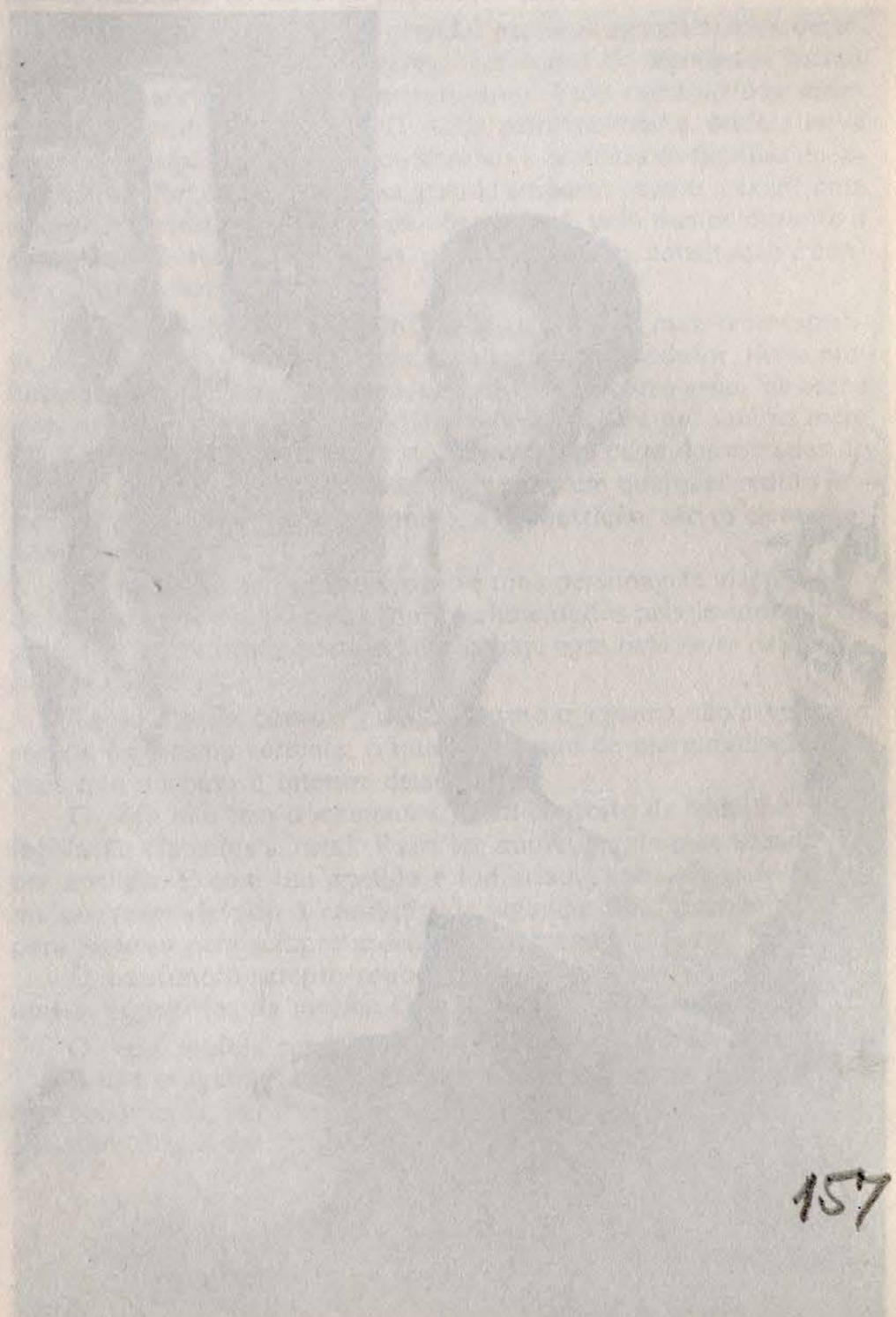
No dia 18 de setembro de 1975 o proprietário, acompanhado de 8 policiais, chegou procedente de Barra do Garças. Reuniu mais 10 homens e dirigiu-se com todo esse grupo à zona do conflito, onde suas supostas terras estariam ocupadas por invasores.

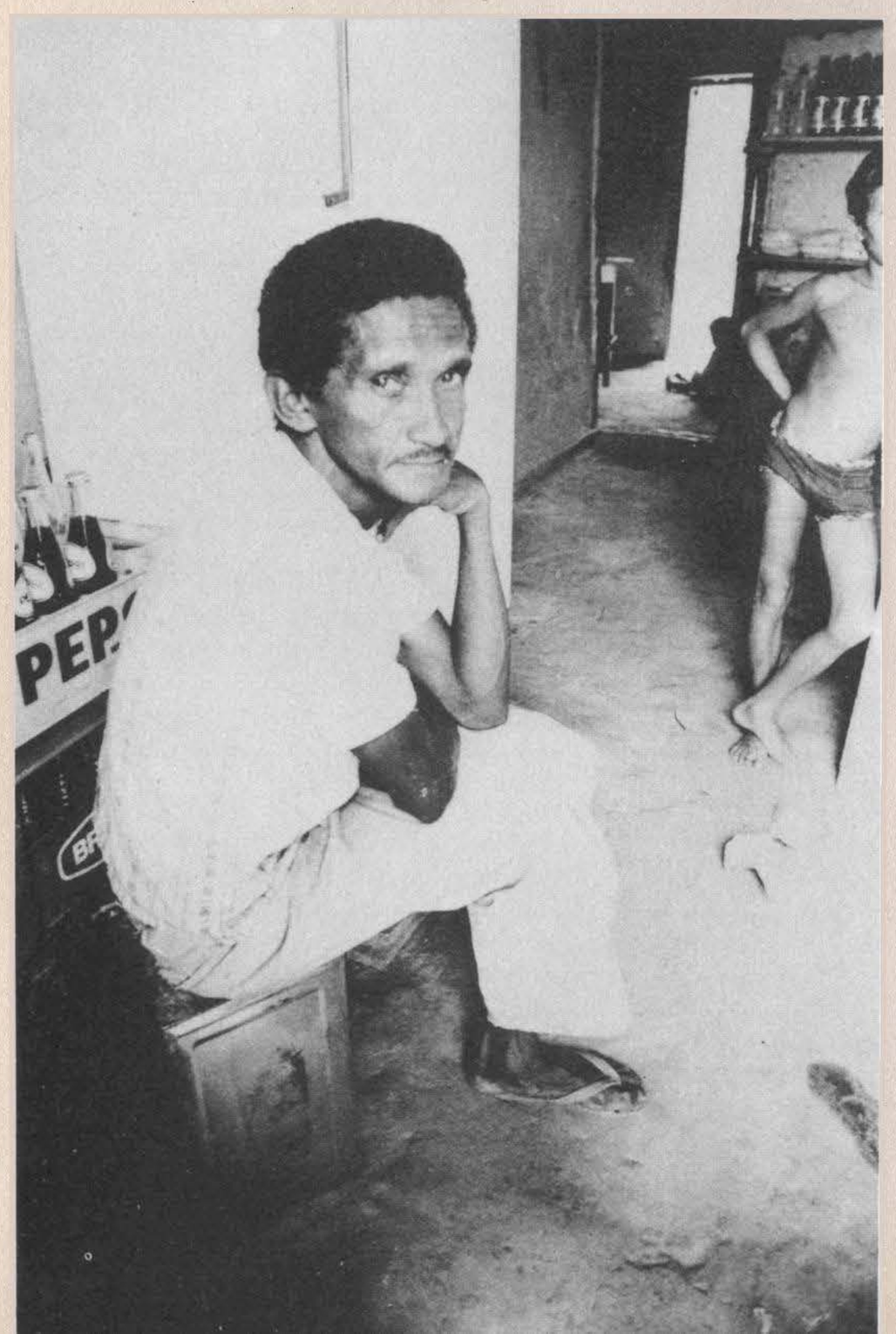
Como não poderia deixar de ser, ocorreu o conflito, com troca de tiros. Três dos jagunços foram presos. O Dr. Antônio José Matoso, vitorioso num certo sentido, já que foi legitimado por um grupo de policiais nessa investida, retirou-se de Santa Teresinha, e não pagou a nenhum de seus leais peões. Já decorreram quase três anos e nunca houve acerto de conta com os trabalhadores, nem com as pensões – uma chegou a fechar – e nem com o comércio.

Uma dor distante, mas aguda.

Há nove dias que não trabalho. Desde o dia 17 de agosto – morte de minha mãe – não escrevia sequer uma lauda, um período, uma frase. Hoje é dia de recomeço.

Um homem, duas crianças, e 292 Km.





Mas, minha gente, quem é na verdade esse tipo, já incorporado à paisagem social brasileira, que atende pelo nome de *peão*? Que figurante é esse? De onde veio? Para onde vai? Qual o seu papel num país onde a condição de figurante não lhe reserva nenhuma outra expectativa, nenhuma fantasia de papel relevante?

Bom, a implantação dos grandes projetos agropecuários determinou por um lado, o desemprego em massa de segmentos sociais vinculados secularmente ao extrativismo. Vide exemplo dos seringais, em Rondônia e estado do Acre, principalmente, onde a nova empresa agropecuária desalojou dezenas e centenas de famílias de seringueiros. Por outro lado, essa grande empresa passou a exigir uma relevante quantidade de mão-de-obra braçal, pelo menos durante o período de *derrubada* das matas, plantio de capim, construção e conservação de cercas.

Essa gente foi recrutada do Nordeste, Goiás e, mais recentemente, de São Paulo e Minas Gerais. Como elemento sedutor, nessa mobilização, surge a figura do *gato*, que envolve o futuro *peão*, lhe acena com propostas maravilhosas, oferece-lhe inclusive um salário mensal. Esses *peões* são recolhidos muitas vezes na beira das estradas do Maranhão, no interior de Goiás, ou mesmo em qualquer reduto miserável, onde a fome, o desemprego, a subnutrição, são os elementos dominantes.

No percurso de sua ida, o peão é uma personagem alegre, cheio de otimismo, seduzido pelos sonhos alimentados pela leviandade do *gato*. No seu retorno, quando há, ele viaja com *rabo entre as pernas*, cabeça caída.

Tanto o *peão*, como o *gato* ou mesmo o *jagunço*, são segmentos sociais da mesma vertente; o imenso oceano de marginalizados sociais que povoam o interior desse país.

O *peão* não tem documentos. Nem contrato de trabalho. Nem legislação trabalhista rural. Raro ter nome, geralmente atende por um apelido. E com um apelido é ludibriado, passado para trás, e muitas vezes elevado à condição de jagunço. Sim, porque de *peão* para *jagunço* nem sempre a distância é grande.

O Latifúndio sempre soube, e com talento, lançar, a nível de massa, segmentos da mesma classe uns contra os outros.

O *peão*, muitas vezes, é enterrado com um apelido. E só.

Não é exagero chamá-lo de valente, nessa imensa galeria de heróis. Anônimos, mas heróis. A viagem do *peão* para esses centros de trabalho, é raro ter retorno.

Em 1970, em Santa Teresinha, a famosa Santa Teresinha, uma intervenção da Polícia Federal na fazenda Codeara retirou mais de 500 trabalhadores que desejavam sair, mas eram sempre barrados pelos terríveis *gatos* (os empreiteiros das *derrubadas*). Os *gatos* introduzem o conhecido sistema de endividamento permanente, e desta forma o *peão*, se tenta sair, ir embora, vira *fujão* e como tal recebe as penas da *lei*. Ameaças, espancamentos e até mortes são os métodos de coação.

"A vida do *peão* é um rosário de sofrimento". A frase é piegas. Quem falava assim era uma velha às margens do Araguaia, maranhense, artista inigualável na feitura de uma rede de algodão.

Vejamos agora o depoimento de um *peão*. Eles são muitos. Mas escolhemos esse.

Benedito Cardoso Costa é seu nome. Casado, cinco filhos, trabalhou durante oito meses – maio a dezembro de 1976 – na fazenda Monte Aprazível, no município de Luciara, de propriedade do Sr. Saturnino Gonçalves. Derrubou 32 alqueires de mata, recolhendo madeira para a introdução de cerca, sob o regime de empreitada.

Passemos à declaração de Benedito Cardoso Costa, isto é, sua *via crucis*. Benedito é um *peão*.

"No fim do serviço, em dezembro de 1976, o Sr. Saturnino Gonçalves mandou-me embora, sem pagar o que me devia, num total de Cr$ 35.200,00, alegando que "eu comera o que havia trabalhado".

"Para sair da fazenda no dia 1/12/1976, a fim de conseguir os meus direitos, tive que andar a pé, com meus dois filhos de 4 e 6 anos, porque o fazendeiro negou-se a transportar-me em seu avião, dizendo que "meu avião não é táxi pra carregar qualquer um". Andamos 292 Km, gastamos 10 dias de viagem, passando pelas fazendas Bridão Brasileiro, Canabrava, Santa Lúcia, até chegar numa estrada de rodagem".

"No dia 28 de dezembro, chegamos a São Félix, município mais próximo, e fui imediatamente à Delegacia de Polícia fazer reclamação dos meus direitos. A Polícia me disse para esperar o Delegado que só chegaria no dia 2 de janeiro. Sendo assim resolvi ir pra frente e, chegando em

Barra do Garças, fiz reclamações ao Juiz, Dr. Flávio Bertim, que me disse nada poder fazer, por falta de documento de serviço".

"Dirigi-me ao Quartel de Aragarças, e o Capitão Edivaldo respondeu que só poderiam encaminhar processos vindo do Juiz de Barra do Garças."

"Seguindo pra Goiânia, fui à Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e lá me fizeram um ofício encaminhando-me à Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura, grifo nosso), em Cuiabá, pelo fato da questão trabalhista pertencer ao estado de Mato-Grosso. Como na região onde se localiza a fazenda não há sindicatos, a Fetagri encaminhou-me por meio de ofício ao Promotor Público de Barra do Garças. Este disse que "nada tinha a ver com um ofício vindo da Fetagri", e mandou-me falar com o Dr. Renato, defensor Público. Este pediu que eu fosse à fazenda, onde só é possível chegar de avião ou a pé, para pegar uma declaração dos serviços prestados."

"Como não vi possibilidades de ir à fazenda, e mesmo que fosse o gerente com certeza não iria fornecer tal documento, resolvi recorrer ao Ministério do Trabalho em Luciara."

"Assim, no dia 14 de abril de 1977, dei entrada no Ministério do Trabalho à reclamação contra Saturnino Gonçalves, da Fazenda Monte Aprazível".

"O responsável pelo posto do Ministério do Trabalho, Sr. José Gomes da Cruz, garantiu-me que iria tomar todas as providências para que eu recebesse meus direitos. Achou necessário localizar o fazendeiro e o gerente para prestarem depoimento".

"Desde então, passei a morar em Luciara, juntamente com minha mulher Maria do Carmo, meus cinco filhos e Rafael Ramos (ex-trabalhador da mesma fazenda)."

"No dia 5 de maio de 1977, o fazendeiro foi localizado em São Félix, e eu, juntamente com os policiais Rocha, Natanael, e o Sargento do destacamento de Luciara, fomos intimá-lo a comparecer ao Ministério do Trabalho".

"Como o contrato feito entre nós era verbal, o representante do Ministério do Trabalho achou necessário ir até a fazenda para averiguar os serviços realizados. Após verificação dos serviços, o fazendeiro disse que só pagaria com a presença do gerente e de uma outra testemunha (Sr. Cleto Elizário, sobrinho do fazendeiro) que não esteve presente no levantamento dos serviços. Na vistoria dos serviços estavam presentes o fazendeiro e o Sr. José Gomes da Cruz".

"Foi marcado para o dia 30 de maio de 1977 a audiência, onde estiveram presentes eu, minha mulher, o fazendeiro, o gerente, o Sr. Cleto Elizário e o Sr. José Gomes da Cruz."

"O fazendeiro negou-se terminantemente a me pagar, dizendo que já havia pago, mas no entanto não apresentou recibos que comprovassem tal pagamento. Contudo, o fazendeiro resolveu me oferecer Cr$ 13.000,00, dizendo ele que era "uma esmola, um auxílio pra vocês".

"A interferência do Sr. José Gomes da Cruz foi somente pra dizer que eu deveria aceitar a proposta do fazendeiro, e dar como encerrada a questão. Eu respondi dizendo que só aceitaria esses Cr$ 13.000,00 se ele, como representante do Ministério do Trabalho, me oferecesse um documento declarando a oferta como esmola. Ele, logicamente, se recusou a fornecer tal documento. Solicitei então ao Sr. José Gomes da Cruz um documento que constava que o acerto de conta não foi realizado, e os motivos. O documento fornecido por ele me encaminhava ao Juiz de Direito ou à Justiça Trabalhista, dizendo que não

havia nada por escrito (contrato) que provasse os trabalhos executados".

"Eu, não sabendo ler, mostrei ao Delegado de Polícia, Zacarias, o documento, e este, aproveitando da presença do fazendeiro em Luciara, intimou-o a comparecer à delegacia para tentar fazer o acerto entre nós. Desta vez a proposta do fazendeiro era de Cr$ 28.000,00. Este acordo, mesmo não atingindo o total do meu saldo, resolvi aceitar."

"Na hora de realizar o pagamento, o fazendeiro saiu pra almoçar e, quando voltou, trazia um papel do Ministério do Trabalho que dizia que não havia nada a ser pago a mim".

Agora, dizer que a vida de um posseiro é um rosário de sofrimento já não parece assim tão piegas. Benedito Cardoso Costa se propôs viver a peregrinação do trabalhador em busca de Justiça. Acreditou no discurso legalista. E o que mais dói é que Benedito não é uma exceção.

Batem à porta.
A violência pede licença.

Os irmãos Villas Boas participaram da última grande expedição deste século – Roncador-Xingu – na década de 40. Eram Orlando, Cláudio e Leonardo. Restam hoje apenas Orlando e Cláudio. Eles chegaram ao vale do Araguaia, navegaram nesse rio, antes do conflito. É um testemunho importante, na medida em que estes dois irmãos são hoje uma memória de ontem. Uma memória de um país ainda não globalmente atingido, nem sua fauna, nem sua flora, nem os seus índios, nem a natureza.

Autor – Você me dizia que no início da segunda metade do século passado começa a penetração civilizatória em direção ao vale do rio Araguaia, no centro-oeste brasileiro.

Cláudio – As grandes expedições, as grandes entradas, visavam sempre o vale do Araguaia. O rio nessa época se chamava Paranaopeba. Amaro Leite, Jardes, Ortiz, que era genro do Bartolomeu Bueno da Silva, foram os grandes *bandeirantes* do rio Araguaia. Antes desses grandes vultos já outros *bandeirantes* perseguiam também o Araguaia à procura de uma grande lagoa lendária. Acreditava-se inclusive, que a partir dessa grande lagoa, nasciam todos os grandes rios do Brasil. De forma que muitas e muitas *bandeiras* se dirigiam para o Araguaia. Os *Carajá* que aí viviam eram uma das tribos mais numerosas do Brasil. Isto no século 19.

Orlando – Hoje já não existe mais mata no Araguaia. Até o século passado, ou até mesmo na década de 40 deste século, a mata se estendia até às margens do grande rio. O *descampado* tomou conta da região.

Cláudio – Os *Carajá* chamavam o rio Araguaia de Meroçã. E aí eles dominavam toda a região, sem depredá-la, sem violentá-la. Sob o aspecto faunístico foi até o começo deste século um dos rios mais ricos. No campo ictiológico tínhamos o peixe-boi, o pirarucu, as tartarugas, as pacas, cotias, as antas. – Pode-se dizer que era um rio onde se concentravam quase todas as espécies de nossa fauna.

Havia uma determinada lagoa, no Araguaia, lendária, da qual nasciam todos os grandes rios que corriam do Sul para o Norte. Os índios chamavam-na de paranaopeba.

Orlando – O escritor Manuel Rodrigues Ferreira, mais moderno, acha que no baixo Araguaia é que se encontra a grande lenda dos Martírios. São inscrições na beira do rio, em pedras imensas. Antigamente falava-se que a pedra dos Martírios encontrava-se no rio Paranatinga, ou na serra da Canastra. Houve muitas *bandeiras* na direção do Araguaia. A expedição de Amaro Leite, por exemplo. Durante muitos anos, diga-se séculos, o rio Araguaia foi importante porque se

constituiu no limite da civilização. Sempre foi uma região dominada pelos índios Carajá. Há 250 anos, quando os Xavante chegaram pela primeira vez, no vale do Araguaia, fugindo da *bandeira* do Anhangüera, foram imediatamente expulsos pelos Carajá. Então só restou aos valentes Xavantes atravessar, às pressas, o Araguaia, e se estabelecer entre o rio das Mortes e a Serra do Roncador. Os Carajá, em suas incursões, não costumavam ir até ao vale do rio das Mortes.

Cláudio – Isto aconteceu em 1723...

Autor – O General Couto de Magalhães, na segunda metade do século passado, realizou também uma expedição no rio Araguaia.

Orlando – O Couto de Magalhães foi uma coisa louca. Ele pegou um navio na bacia do Prata, e transportou de carro de boi até o rio Araguaia. E mais; realizou a primeira viagem até Belém. Fantástico, incrível. Retornou e depois esse navio terminou abandonado em Leopoldina, hoje Aruanã. Quem percorre o rio, quando ele se encontra seco, no verão, pode ver até hoje, tábuas do casco, a última memória de Couto de Magalhães e sua expedição.

Autor – A expedição do Couto de Magalhães ocorre na época da Guerra do Paraguai, que faz surgir a famosa Tríplice Aliança. Por que essa penetração desse general brasileiro, nessa época? A região tinha importância estratégica?

Cláudio – Pode-se até mesmo fazer uma comparação entre o rio Araguaia e o rio São Francisco. Diz-se que o Rio São Francisco é o rio da unidade nacional, mas isso mais quanto à faixa litorânea. Já o Araguaia merece a mesma distinção, porque corta o país ao meio. O Araguaia divide o Brasil Sul do Brasil da Hiléia amazônica.

Autor – Ele nasce em Goiás, separando este Estado de Mato Grosso.

Orlando – Quando se fala em Araguaia tem que se falar em rio das Mortes e todos os outros grandes rios seus formadores. Então eu repito, que este rio foi a medida da civilização, era o seu limite, ali ela terminava e tinha início o território dos índios, de um outro mundo, inteiramente desconhecido. Quanto à flora e fauna era o vale mais bonito, na fronteira entre o Brasil Sul e Brasil hiléia amazônica.

Autor – Agora eu quero saber da expedição Roncador-Xingu, da qual vocês fizeram parte, e que na minha opinião é o momento exato em que ruiu essa fronteira. A expedição de que vocês fizeram parte constitui o começo da violência final. A Roncador-Xingu, na década de 40, se dirige para o vale do Araguaia. Falem, por favor, sobre este momento...

Orlando – Antes disso quero falar da Lagoa da Saudade, de que nos lembra Couto de Magalhães, em sua penetração no rio Araguaia. Essa lagoa, bela, intraduzível, circundada por uma mata de grande porte, harmoniosa, riquíssima, na fauna ictiológica, com peixe-boi, pirarucu, tartaruga, tudo em abundância. Isto tudo desapareceu. Em menos de 50 anos. Não vem ao caso dizer o nome, mas nós conhecemos no Araguaia pessoas que cultivavam tartarugas em curral. Num desses currais cheguei a contar 250 tartarugas, confinadas, utilizadas para servir de alimento para os trabalhadores. Um absurdo.

Autor – Cláudio, você estava falando de um escritor do século dezoito...

Cláudio – Costenau. Ele foi um geólogo, um cronista, não era um antropólogo, mas conhecia bastante muitas questões, sob um ângulo científico. Era de nacionalidade francesa. O Araguaia, quando se encontra, na sua foz, com o rio Tocantins, recebe o nome deste. E uma injustiça. O Araguaia é muito mais volumoso e importante. O Araguaia é, digo foi, duplamente importante: não só pelas culturas indígenas aí existentes, como também pela riqueza faunística e florística. Tudo isso acabou. Hoje temos uma região completamente devastada, assolada por questões sociais, destruída pelas fazendas de gado, e tudo o mais... A destruição implacável de suas matas provoca hoje, durante as enchentes e após, grandes pantanais. Agora, a destruição do Araguaia, a descaracterização de todo o seu vale, começou mesmo nos últimos 50 anos. Como nós lá chegamos na década de 40, portanto nos primeiros 10 anos dessa ocupação implacável, lá encontramos o Araguaia preservado, majestoso, com sua fauna e flora preservadas. Foi aí então, a partir dessa época, que se instalam as grandes companhias com fins de explorar os peixes da região, comercialmente.

Autor – E aí nada foi poupado. Nem a tartaruga, nem anta, veado, nada, nada mesmo...

Cláudio – Extinguiram tudo...

Autor – Enquanto existia o índio, com uma população que alcançava às vezes até 20 mil pessoas, a fauna e flora foram resguardados.

Cláudio – O índio caça e pesca, nós sabemos. Agora ele não retira do meio onde vive mais do que ele necessita. O Araguaia é um rio com 2.800 Km de extensão, e mesmo com essa população indígena de que você falou, jamais foi ameaçado em sua estrutura original. Logo depois que foi feito o contato com esses grupos indígenas, eles passaram a ser instrumentos de civilizados. Explico porque; foram, e até recentemente o eram, utilizados em grandes caçadas a serviço de

brancos inescrupulosos. Caçadas que se prestavam para a matança coletiva de porcos, para o comércio de peles, nas pescarias, nas caçadas de tartarugas. Os índios foram manipulados nessa destruição criminosa.

Autor – Primeiro foram as companhias pesqueiras. E agora, mais recentemente, a partir da década de 60, os grandes projetos agropecuários...

Cláudio – Ora, nos últimos 10 anos, bom, já não é mais o mesmo rio. Não sei porque insistem em chamar de Araguaia... Não é mais o mesmo rio. É outra coisa... Não é o Araguaia... É um outro rio... É um outro rio...

Um corpo no chão.

A camionete do *Bracinho – bate-pau* da polícia, segundo o povo de Ribeirão Bonito – chegara um pouco antes, dirigida pelo menino Genivaldo Pedro Nunes, 12 anos, seu filho. O Cabo Juraci e o cabo Messias ainda se encontravam no interior da delegacia. Havia também dois soldados fardados.

O corpo de João estendido, no chão sujo. A primeira imagem, sob o estampido ensurdecedor de um tiro, foi a de um homem morto.

– Um tiro apenas para assustá-lo, diz o cabo Juraci. E numa postura de superior, conclui; "Soldado..."

Por favor, reclama Pedro, **me cedam o carro de vocês para conduzir o Padre João. Ele ainda se encontra vivo.**

Dois policiais atendem ao apelo, e o menino, tornado motorista, Genivaldo Pedro Nunes, sai às pressas, com Pedro e o corpo de João. A noite tomou conta do povoado. A 300 metros de delegacia param, e o corpo é retirado para o ambulatório da prelazia.

O dr. Luiz e a Irmã Beatriz, ambos da equipe da prelazia, tentam o impossível.

Um posseiro não resiste a toda aquela tensão e desabafa; "Fosse um de nós, a gente *tá* acostumado, é todo o dia... Mas um padre... Esta Polícia *tá* se afundando muito..."

A novena, prevista para aquela noite foi suspensa. Pediu-se ao povo que se recolhesse às suas casas.

O Dr. Luiz e a Irmã Beatriz, na primeira limpeza de sangue, constatam, na cabeça, fiapos da massa encefálica. E o sangue coagulado, a mostrar aqueles fiapos.

O socorro mais próximo era Goiânia, a 15 horas de viagem.

– Pedro, não viaja de noite com Padre João. A Polícia vai *atocaiar* vocês, na estrada de Barra do Garças.

Até às 22 hs acreditou-se na possibilidade de localizar algum teco-teco, pelo rádio local. Localizado, voariam de madrugada.

O dr. Luiz chama Pedro e diz: "Prognóstico reservado".

João, nas primeiras horas, permanece consciente. Uma bala *dum-dum* arrebentara a sua cabeça, alguns fiapos da massa encefálica estavam expostos, mas João não perdera a consciência.

"Lamento não ter tomado nota do que os índios Tapirapé falaram"...

Uma noite inesquecível que ele, juntamente com Pedro, passara com esses índios, onde pôde viver intensamente a espontaneidade de uma cultura primitiva.

Em sua agonia, João lembrou-se de sua prelazia de Diamantino, do CIMI, de D. Tomás Balduíno. Apertava constantemente a mão

de Pedro e do Padre Máximo. Nunca quis cuspir no chão, durante sua agonia, mesmo a pedido do Dr. Luis.

O lenço em que ele cuspia, já baleado, até hoje está guardado, em poder de Pedro, em São Félix.

A partir das 22 hs não há mais esperança de se conseguir um táxi aéreo. Corre a informação de que um teco-teco se encontra pernoitando numa fazenda a quatro horas de distância.

Toma-se a decisão; levar João até lá.

E lá se foram Pedro, Dr. Luiz, Irmã Beatriz e o corpo de João, sustentado em vida por uma garrafa de soro, respirando feito um passarinho cansado, pela estrada poeirenta de São Félix, pela desastrada estrada do Xingu. Atrás, um carro de posseiros de Ribeirão Bonito, protegendo a camionete de João e Pedro. Quatro horas de agonia.

Os dois carros cortando as fazendas, as grandes propriedades, as cercas, as agressivas cercas de arame, símbolo da morte, do poder.

Às 5 hs da madrugada do dia 12 de outubro de 1976, o sol ainda ameaçando nascer, o corpo de João Bosco Penido Burnier, Padre de Diamantino, MT, é conduzido, de avião, para Goiânia.

Tudo inútil. Seu cérebro já *morrera*.

Ainda em Ribeirão Bonito, no começo da noite, tentara levantar-se; não conseguiu. Pediu para cuspir no lenço, no pequeno lenço branco, de cor esmaecida. E então, solenemente, afirma: "Dom Pedro, acabamos nossa tarefa".

Dois asassinatos. As regalias.

– E o soldado Ezy Ramalho Feitosa? Encontra-se preso?

– Sete dias após a morte do Padre João Bosco – dia 11 de outubro de 1976 – o povo de Ribeirão Bonito e Cascalheira derrubou a cadeia onde foram torturadas as duas mulheres do povo e onde ele recebeu o tiro de bala *dum-dum* na cabeça. No dia seguinte veio a Polícia Federal, que instaurou inquérito, ao qual compareceram centenas de moradores do povoado. Todos se declararam participantes na derrubada da delegacia. O inquérito foi assim aberto, mas não se deu na ocasião muita importância. Esses inquéritos por aqui são tão constantes, e depois, nos parece, que o mais grave de tudo seria o assassinato de João Bosco. A derrubada da cadeia foi uma reação de revolta do povo.

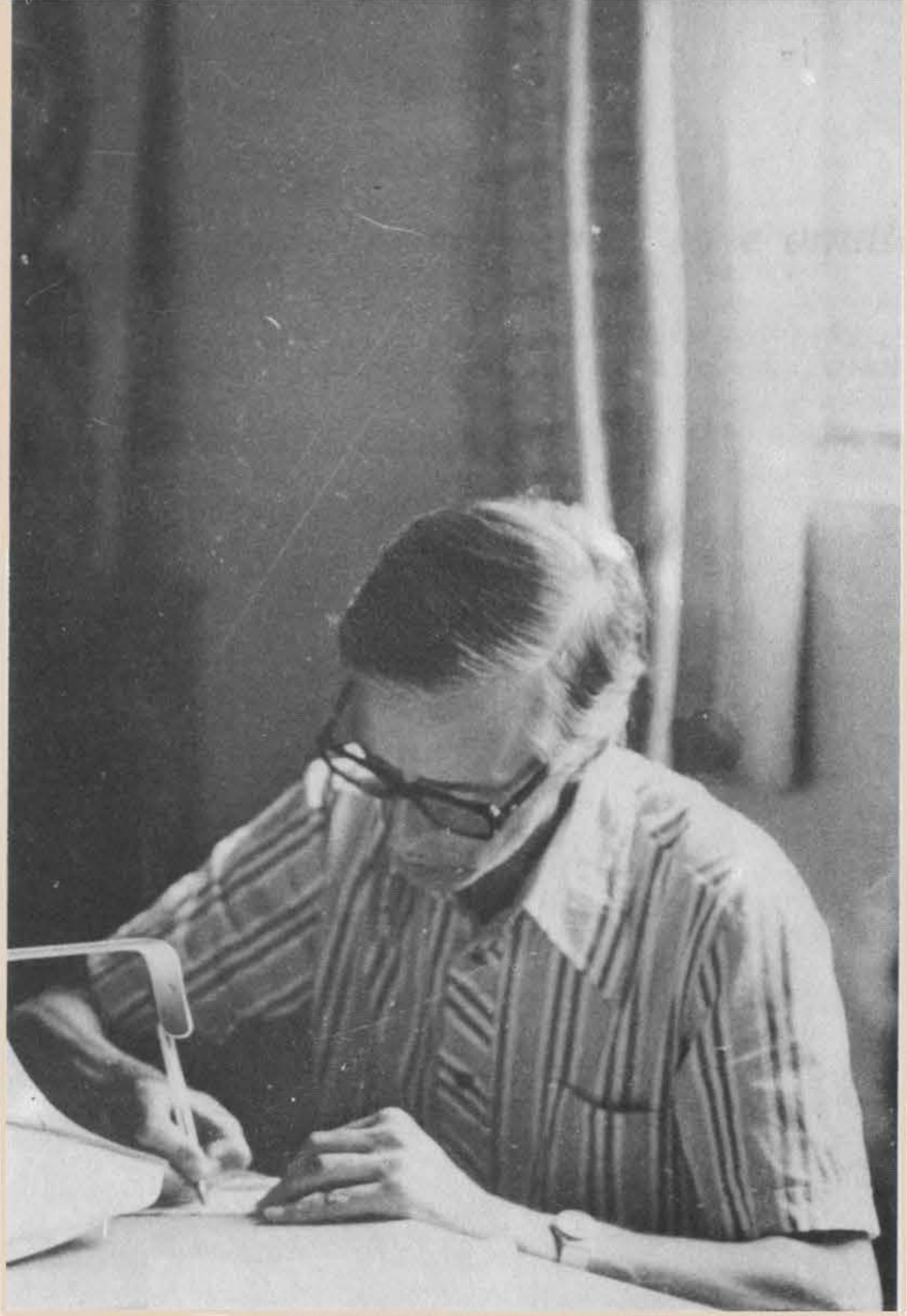
– O soldado Ezy e seus três outros companheiros que torturavam as mulheres acham-se presos?

– Os autores da morte de João Bosco encontram-se soltos, foragidos em circunstâncias especiais. Então, com a fuga de Ezy e seus companheiros, esse outro inquérito ficou paralisado. Agora, no dia 11 de agosto de 1978, surpreendentemente, marcou-se uma nova audiência de um processo sobre a derrubada da cadeia. Surpreendentemente, digo. E mais; foram denunciadas 11 pessoas de Ribeirão Bonito e Cascalheira, acusadas de terem derrubado a cadeia. Um gesto no qual participaram centenas de pessoas, indiciam apenas 11. Oito moradores do povoado, um agente da Pastoral da Igreja, Juarez Tarcísio, o Padre Máximo Paredes e a Irmã Madalena Hausser.

– E o processo do Soldado Ezy e seus companheiros de farda?

– Está paralisado, repito. O assassino do Padre Rodolfo Lukeiben, na reserva de Meruri, o fazendeiro João Mineiro, *** após um ano foragido, reapareceu. Com muitos interesses na região, seus negócios estavam apresentando prejuízos. Então apresentou-se. Encontra-se detido em Barra do Garças, em prisão especial, não sabemos a que título, onde permanece apenas três dias detido, e os outros dedica aos seus negócios durante a semana. E ainda lhe sobra tempo e liberdade para conceder entrevistas ao jornal local, onde inclusive apresenta o seu ponto de vista a respeito do assassinato do Padre Rodolfo Lukeiben.**

*João Mineiro *foi absolvido pela Justiça de Barra do Garças, no mês de abril de 1979. Solto, disse: "confiamos no Pres. Figueiredo".*



Isso ou aquilo ou isso e aquilo.

– Naqueles anos que antecederam a 2ª Grande Guerra muitos se iludiram. A Igreja se situava, frente ao comunismo, dentro de uma mentalidade eclesiástica, não suficientemente evoluída no tempo, francamente temerosa. O ateísmo constituía um inimigo definitivo e fatal. O nazismo parecia para alguns como inimigo do comunismo, portanto, uma espécie de salvaguarda.

– Pedro, uma das justificativas dentro da própria Alemanha para o crescimento do Partido Nazista é de que constituía uma frente diante do avanço das reivindicações sociais.

– E continua sendo uma justificativa para muitos regimes militares da América Latina. Tudo contra o comunismo passa a ser válido, justificável. As justificativas que poderiam ser explicáveis, por exemplo, num Pio XII, ou em bispos alemães daquela época, hoje são inadmissíveis. Já contamos com uma experiência histórica. Não justifico Franco, não justifico os erros de quem se aliou ao nazismo. Há hoje uma memória histórica.

– Essa conceituação, Pedro, de comunismo como o mau e o seu contrário a redenção, o bem, é uma visão maniqueísta.

– É uma visão superada, sem perspectiva histórica.

– E da qual se beneficiam certos interesses.

– O mal está de um lado e o bem está do outro, e a história não caminha, não evolui.

– É uma visão idealista.

– Uma visão idealista, que se nega à dialética.

– É antidialética. Dizem que é isso ou aquilo, quando é isso e aquilo, não, Pedro?

– Isso e aquilo, sim, e definitivamente, nem isso, nem aquilo, senão alguma coisa que esperamos.

– Depois, Pio XII não foi somente um homem contra o seu tempo, certo?

– Ele começou a dialogar com a cultura, com a técnica, com as artes. Lembro os famosíssimos discursos de Pio XII, desconhecidos às vezes por alguns que se fixam em outros aspectos mais censuráveis.

– Eu fundei os cursilhos na África.

– Ah? Como estão hoje suas relações com os cursilhos?

– Pois é... Acontece que os cursilhos nasceram como um movimento tipicamente laical, marcadamente inovador, ao ponto de ser perseguido, naqueles primeiros tempos. O fundador dos cursilhos foi um leigo, Eduardo Bonnin, que viajou comigo à África para introduzí-los nes-

se continente. Ele é de ascendência judaica, de Mallorca. Ele teve o decreto de excomunhão sobre a mesa do bispo durante muitos meses. O decreto não chegou a ser executado, mas a ameaça era essa.

– Mas os cursilhos nasceram assim?

– Era realmente uma inovação. O mundo laical entrando na Igreja, era um quebrar de estruturas clericalistas, pietistas, fechadas. Era uma fé de camisa aberta. Aconteceu com o Cursilho de Cristandade o mesmo que já ocorreu com todos os movimentos de associação da Igreja que se perpetuam; desvirtuam-se, esclerosam-se, e tornam-se prejudiciais.

– Voltaire já dizia que toda vez que a religião se organiza...

– Esses movimentos e associações deveriam fazer como João Batista, que disse frente a Jesus, que aparecia; "Eu devo diminuir para que Ele cresça". Todo movimento, toda associação, todo instituto, toda congregação, deveria saber diminuir e, às vezes, retirar-se para que a Igreja, o povo de Deus, pudesse crescer e se expandir. E cada época, cada lugar, teria seus movimentos e associações, provisórios, instrumentos numa situação concreta. Veio depois o Vaticano II e o cursilho não acompanhou nem a teologia, nem a pastoral, nem a abertura ao mundo, sobretudo ao mundo sócio-político, empreendida pela Igreja.

– E na América Latina ele já começou comprometido, não?

– Sim, nasceram e criaram-se num âmbito, a partir da Venezuela, bastante classista, de classe média para cima. E segregaram um pouco, quando não se fecharam num tipo de pietismo que salva a caridade cristã durante três dias, em que os grandes senhores servem a mesa, viram cozinheiros, e depois esquecem as relações econômicas e sociais daí para a frente.

– Quanto tempo você permaneceu na África?

– Durante quatro meses, na Guiné, só para fundar os cursilhos. Foi o contato com a África, com o Terceiro Mundo, o contato abrupto com o Colonialismo...

– Na sua forma certamente mais aguda, não?

– Era a hora do despertar da África, 1961. Vivia-se a experiência do Congo, ex-belga. Eu vivi, na África, um relacionamento muito intenso com a Guarda Civil Espanhola. Há um dado pitoresco, que talvez alguns militares aqui no Brasil gostassem de saber: já fui nomeado Tenente Honorário da Guarda Civil Espanhola na África. Em parte, pelo trabalho exercido junto aos guardas, "golfos", malandros, que viviam longe de suas famílias – vida de colono, como tem sido em todos os tempos. Todo exército colonizador tem muitas possibilidades de viver do meretrício, do desespero dos dominados. Eu senti isso no meio da Guarda Civil. Inclusive alguns dos mais malandros e conhecidos soldados fizeram cursilhos, e reestruturaram suas vidas. Isso é dito assim, em parênteses, para que se saiba que não alimento alergia nata a uma farda ou a militar só por ser farda ou ser militar, senão por outros motivos.

– Acho que carreguei para sempre a experiência da África. Terceiro Mundo, o mundo negro, a segregação, o colonialismo, uma Igreja nova, diferente... Tudo no núcleo do Vaticano II.

– Qual a sua reação ao saber que as Irmãzinhas do Padre Foucauld desenvolviam um trabalho junto aos índios Tapirapé, próximo ao local onde você ficaria no Brasil?

– Eu vibrei.

– Ele se chamava Charles de Foucauld e era militar, não?

– Ele esteve na África, sim. Era um nobre francês, militar, um malandro de alta categoria social, que se converteu precisamente a partir do contato com o deserto. Era um expedicionário nos territórios africanos ocupados pela França. Isso no início do século. As irmãzinhas têm uns 40 anos de fundação, quando muito.

– É a época da expansão do colonialismo francês...

– Sim, e ele, no contato com o deserto, com os nômades do deserto, descobriu-se um homem vazio, converteu-se, descobriu a fé. Já na Europa, retornou à África e passou assim a viver de um modo eremítico. E lá morreu. Deixou em testamento essa vontade de uma congregação que vivesse a sua própria vida de contemplação, por um lado, e de encarnação total com o mundo dos marginalizados, dos tuaregues, essa vida que ele conheceu bem.

– Qual a primeira impressão do Brasil?

– Primeiro foi o Rio. Pisei inicialmente no Rio, procedente de Madrid.

– Chegou à noite? Qual a sensação?

– Estava cansado. Cheguei à noite. Não deu para ver a cidade.

– Houve duas visões?

– Contraditórias. Primeiro as chamas que queimavam as ruas, depois a favelas. As favelas do Rio, mais tarde, eu vi do Corcovado, num primeiro contato. Juntei, naquela hora, as duas imagens: o Cristo e as favelas. As favelas ao pé do Cristo, como sendo um pouco o pedestal dele. Eu pensava, já naquela hora, que seria o único legítimo pedestal, o povo simples. O resto do Rio de Janeiro não sei até que ponto pode ser o pedestal do Cristo, mesmo que haja tantos Cristos quanto os corações. Também há um Cristo industrial, um Cristo turístico, um Cristo

burguês, mas o legítimo Cristo, evidentemente só pode ter como pedestal os pobres, os humildes, os simples. Não por serem desgraçados, injustiçados, senão por serem pobres.

– E depois?

– Durante quatro meses me preparei, em Petróopolis, para conhecer melhor o Brasil. Foi um período delicioso, sob muitos aspectos. Esse curso foi uma abertura total, inclusive porque tomei conhecimento das duas Igrejas do Brasil, aprendi a ler as entrelinhas dos jornais e TV. Chamou-me muito a atenção o modo como davam as notícias na TV. Um modelo artístico, né?

– Grandiloqüente!

– Todas pareciam final de gol. Corria, como já disse a primeira metade de 1968. Desse curso faziam parte outros religiosos. Foi muito importante para nós que passamos a conhecer, mesmo de um modo sintético, toda uma realidade sócio-política do Brasil. Visitamos inclusive, nessa ocasião, D. Paulo Evaristo Arns, já naquela época, a figura de uma Igreja diferente. Depois tivemos muito contato com grupos de universitários da JUC, já muito perseguida, depois com os operários.

– Foi nessa ocasião que conheci São Paulo. Eu e o Padre Manuel Luzon. E tivemos uma impressão trágica. Não só pelo cimento, por tudo aquilo que agride o homem. Assim como senti no Rio um certo racismo, senti em São Paulo uma cidade que virava o rosto para as massas nordestinas, que por sinal pagavam o tributo na edificação dessa cidade-monstro. Entendi que São Paulo pertencia mais aos italianos, japoneses, espanhóis, do que propriamente aos brasileiros, digo, nordestinos. Me custava sentir São Paulo como território brasileiro. Brasil pra mim é o Nordeste, Minas, Rio, Norte. Seria bom que São Paulo e de resto o sul também sentissem assim. Em São Paulo fiz, durante 45 dias, um curso de doenças tropicais.

– Costumo dizer hoje que São Paulo é uma monstruosidade de cimento com muitos corações amigos, palpitantes. Muitos dos colaboradores de nossa equipe aqui na prelazia são de São Paulo. São Paulo, aqui para nós, tem sido uma agressão por parte dos fazendeiros, dos latifundiários, como também um grande apoio. Esses rapazes que atuam em nossa equipe dividem conosco as dores da violência contra os posseiros e índios.

– Apesar de tudo, Pedro, a imprensa, mesmo a grande imprensa exerceu um certo papel na formação de alguma consciência social,

política. Esses conflitos por aqui, apesar de tudo, foram divulgados pela grande imprensa. Evidentemente isso lhe interessava, ela começava a pôr as barbas de molho, a partir do processo político que se desencadeara...

– Inclusive, quando falo com os bispos, eu lhes digo: muitas vezes não somos justos para com a imprensa. Há uma certa prevenção...

– Também existem várias *imprensas*, não? Não existe uma só.

– Sim, é lógico. Estou falando de vocês, que têm inclusive atitudes arriscadas, com freqüência. Falando da perspectiva do índio, eu acho muito importante aquilo que você me dizia, não só num contexto nacional, senão num contexto continental. Insisto cada vez mais, para mim isso é um dogma de fé: ou o índio se salva continentalmente, ou não se salva; como, por outra parte, a América Latina ou se transforma continentalmente, ou não se transforma. Não é um país, é a América Latina toda. A *Pátria Grande* não é só o folclore, o romantismo literário, os movimentos artísticos...

– Ou o Carnaval, ou o futebol, ou o candomblé...

– Não, não. A *Pátria Grande* é uma realidade. Veja você que há esse regime, que nos pisa a todos, e vai ser uma sorte quando surgir uma liberdade que reviva toda essa América Latina. Continentalmente são mais de 50 milhões de índios. E as circunstâncias fazendo pactos amazônicos a favor, não dos pequenos, mas dos grandes senhores, das multinacionais. A Amazônia está se transformando numa reserva multinacional, até as reservas indígenas estão passando para as empresas multinacionais.

– Vide o exemplo do Projeto Jari, do milionário norte-americano Daniel Keith Ludwig. Esse território, hoje uma das maiores propriedades privadas do mundo, ocupou terras antes pertencentes aos índios Apalai. Parte dessa propriedade, Pedro, grande extensão dela, fora antes território de nove grupos de índios Apalai.

– Os exemplos são muitos. Quanto à morte de João Bosco – defendendo suas mulheres do povo – e do Padre Rodolfo Lukeiben – defendendo os índios de Meruri – entendendo que a partir daí se firmou uma aliança de sangue da nova Igreja com esses dois segmentos sociais e étnicos deste país. Índios e posseiros são os marginalizados sociais por excelência deste Brasil.

– E essa aliança não pode ficar somente nisso, você não acha?

– Acho que essa aliança está se ampliando. É evidente que nem os índios, nem os sertanejos se salvarão, se tentarem se salvar sozinhos. Assim como o homem do campo não se salvará se não tentar salvar-se

junto com o homem da cidade, o operário. O problema é de classes, não devemos ter medo da palavra, porque a realidade é essa mesma.

– E não adianta confinar a ciência, negá-la...

– E o pobre, de qualquer setor, unindo-se ao pobre, ao outro, para se salvar, para enfrentar essa sociedade que esmaga a ambos. Porque o inimigo é um só e a perspectiva de salvação é uma só também. Quem dá a vida pelos outros, não está renunciando à sua própria vida, está valorizando sua vida como um serviço que dá vida. Ele dá vida, dando a vida, compreende? Jesus não foi procurar a Cruz por procurar a Cruz.

– Num gesto masoquista, como querem alguns...

– Sim, ele se viu diante dela a partir do anúncio da "Boa Nova", a libertação. Deus quer que nos amemos, sejamos felizes. Mas para isso Cristo teve de lutar, enfrentar as classes sociais do seu tempo, o Poder, fosse o Poder romano, fosse o Poder de um fariseu, o Poder da Lei, essas coisas todas, não é? E automaticamente Ele se sentiu contra, **e a sua fidelidade ao Pai e aos irmãos, à "boa nova", ao Evangelho o levou aos tribunais de Pilatos. E a análise que fez, naturalmente, levou-o à Cruz, à morte. Agora, porque Ele dando a vida, dava a vida, sobretudo Ele que é a ressurreição e a Vida, sua morte virou ressurreição para todos. E a partir daí não há nenhuma morte que seja apenas morte morrida. Lembro-me de Rodolfo, de João Bosco, sei lá, de muitos outros aqui desta região. Não são mortes, propriamente, nem morridas apenas, nem propriamente só matadas. São mortes vividas, porque função vivificadora. Isso a gente pode dizer também em relação a** Che, **ou a qualquer outro que sucumbiu diante de um ideal político de transformação.** Che **deu sua vida, mesmo fora de uma perspectiva de fé religiosa, mas a sua generosidade ninguém pode negar. É evidente que ele deu a sua vida sentindo que a vida continuava.**

– Do contrário, não teria sentido algum, num homem que consolidou o sentido de sua vida, não?

– Correto. Você acha que um suicida se mata para acabar com a vida, ou para acabar com esta *aperreada* **vida? Todo suicida, penso, está sonhando com a outra margem.**

– Olha, Pedro, a gente, neste atual processo civilizatório, cada vez menos sabe viver, logo não sabe morrer. Até porque mortes como a de Rodolfo, de João Bosco, como a de Cristo, como a de Guevara, terminam exprimindo no rosto uma certa tranquilidade. Cumpriram uma missão. Não morrem com a consciência de não terem vivido, eu acho que morrem vivendo. Os índios, por exemplo, sabem morrer com dignidade, não morrem em pânico.

– Eu queria sublinhar uma coisa importante: você falava que os Bororo sabem celebrar a morte. Pois bem. O centro da celebração da fé para o cristão, a grande celebração, é a celebração da morte, da morte de Cristo. É a eucaristia, a missa, a Páscoa. Tudo converge para aí. Quem não entende isso, não entende a fé cristã. Aí cabe tudo. Aí cabe a coragem, aí cabe não ter medo ao medo, aí cabe generosidade, e um grande vitalismo.

– Pedro, para a gente que vive na cidade, você, sua equipe, esse trabalho todo, assumem uma grande importância. Na cidade o desencontro está cada vez maior, e não há nisso nenhuma contemplação pessimista. E o estado de exceção em que vivemos gera: alienação, desilusão política, falta de perspectiva, enfim, todo um quadro difícil de ser superado, senão com muita disciplina, muita obstinação, muita renúncia. Vocês aqui lutam, estão carregados de vida, porque atuam num oceano de vitalidade.

– Olha, assim como a gente luta para libertar o Terceiro Mundo da injustiça e da miséria, deveríamos também, como humanos e como Igreja, libertar o Primeiro e o Segundo Mundos da Riqueza. Somente pode ser livre aquele que é pobre.

– Oh, Pedro, isso pode ser utilizado de forma reacionária! O meu reino será dos humildes, é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no céu!...

– Não. Não estou dizendo isso. Não digo o miserável, falo daquele que saiba superar essa sociedade de consumo, essas necessidades acumuladas, esse artificialismo da vida. Não é pobre, não é livre! Nesse sentido, é claro. Você me falava de alguém que, ganhando um cruzeiro, precisou ganhar mais trinta mil. Com isso será que se libertou, ficou mais feliz?

– A Igreja na Europa, nos Estados Unidos, no meio dessas sociedades burguesas, deve ter a missão, não simplesmente de gritar pelos oprimidos de lá ou de outros lugares, senão de gritar contra esses ricos, que não podem enxergar, não podem ser livres, não podem caminhar, nem voar! Estão presos, pesados! Dizia Santo Agostinho que seus rostos inchados de soberba os impediam de ver a Deus. Eu diria que há muito bolso cheio demais, muita tripa cheia demais, que impede de caminhar, de ser mais ágil, de viver, de conviver. Nesse aspecto a cidade precisa realmente se libertar. Eu acredito em Deus e acredito no homem! Acredito no homem porque acredito em Deus, e quanto mais acredito no homem, mais acredito em Deus.

– É evidente que isso é uma perspectiva. Isso não quer dizer, Pedro, que a humanidade, pelo menos no atual processo civilizatório, e

cito-o por ser o mais daninho que a terra conheceu, não tenha cometido gestos suicidas e os continue praticando...

– Já cometeu e os irá cometendo muitos, e vezes sentir-se-á suicida sem querer, se encontrará com a potencialidade atômica nas mãos, se suicidando. Quando se pensa objetivamente o quê significa a corrida armamentista, em termos de economia simplesmente, logo se deduzirá; a humanidade é doida, toda ela. Este é um mundo de macacos.

– O que é uma injustiça, Pedro, fazer essa comparação com o mundo dos macacos. Os macacos, em seu universo, vivem em harmonia com a natureza. Há um profundo equilíbrio entre eles. A comparação é injusta. Equivale a dizer; vamos pacificar os índios, e coisa e tal. Quem precisa ser pacificado são os civilizados.

– Diante de tudo isso, desse mundo escravizado pelos interesses econômicos, temos que presenciar Biafra, o Vietnam, o Oriente Médio, o massacre de índios. Presenciando tudo isso e dizendo: "Não é possível"... E um poeta é convidado a cantar...

– E o próprio canto do poeta, torna-se logo depois num produto de consumo...

– Sim, ah, sim. Veja a poesia de protesto, quantos meninos bem nascidos, bebendo uísque estrangeiro, cantando Violeta Parra, Che Guevara.

– Você sabe disso mais que eu, Pedro, que no Rio, em São Paulo, em Paris, em Londres, um apartamento com uma frase do Camilo Torres, do Che, e daqui para frente, certamente, sua, dá um certo *status,* pega bem, a culpa se torna generosa, perdoável.

– Olha, o capitalismo é uma tênia solitária, que enquanto a cabeça ficar, se reproduz. Por isso, o lema é esse; acabar com a cabeça do capitalismo. Temos que acabar com ela, senão estamos perdidos.

– Pedro, que história é essa de cabeça do capitalismo?

– Cabeça do capitalismo é o lucro egoísta...

– Por que essa perseguição toda?

– Se nós não tivéssemos mexido com o problema terra, possivelmente não teríamos tanta perseguição e repressão. Em todo o caso seria uma perseguição e uma repressão conhecidas, a nível menos constante, muito menos organizada, e com menos forças confluindo. Você sabe que um dos diretores da Associação dos Empresários da Amazônia teria revelado que essa campanha de me acusar comunista e tal não dera certo, e então eles partiriam para uma campanha do tipo moral, filma-

gens, *namoros* meus, possíveis filhos meus, e outras histórias a serem criadas.

– Também tentaram assassinar você por ocasião do sequestro do Bispo Dom Hipólito, de Nova Iguaçu, no Rio?

– D. Adriano Hipólito, no dia 22 de setembro de 1976. Nesse mesmo dia, me procuraram aqui em São Félix para me matar. Era um pessoal vindo de fora, elementos altos, fortes, que lembravam essas figuras típicas que todos conhecemos aqui no terreno da repressão. Quanto à expulsão, sua ameaça, ela já se repetiu quatro ou cinco vezes. O intento mais forte foi por ocasião da expulsão do Padre Jentel, na luta contra os desmandos da Codeara. Outro intento forte foi em 1975, por ocasião da inauguração da Catedral de São Félix, que contou inclusive com a participação de D. Aloísio Lorscheider, que aqui veio em termos de solidariedade especial, para testemunhar o apoio da CNBB. E essas ameaças sempre retornam. Agravam-se com a linha dura, **ou menos dura, sei lá. Não me faço ilusões. Agora, também, não me faz perder um minuto de sono. Eu procuro compartilhar a sorte e o destino do nosso povo. Penso, com toda a sinceridade, e sem dramatismos maiores, quase a modo de confidência semi-pública, que a expulsão ou a morte matada são bastante previsíveis, e possivelmente não a muito longa distância.**

– Quais foram os anos mais difíceis?

– 72, 73, foram os anos mais fortes. Em Santa Teresinha, por exemplo, a Codeara, apoiada por forças legais, elevou a repressão a sua escala mais alta. Durante quatro meses, mais de 40 homens vivendo clandestinamente, foragidos, tudo aquilo me lembrou, me fez sentir num pequeno Vietnam. Essa gente escorraçada, escondida nas matas, e nasceu aí a Igreja das matas, e eu celebrei missa lá, junto com essa gente. Cortei arroz, junto com o Padre Canuto, junto com as mulheres e crianças, porque os homens estavam largados, perseguidos pela Polícia. E vieram as prisões, inquéritos, ameaça. Nossos leigos foram presos e torturados. Eu sofri inquérito e os padres da equipe também foram presos e torturados. E as fazendas, dos grandes grupos econômicos, prestaram-se como sede para os interrogatórios. Muito interessante isso! Fui interrogado 16 horas durante um desses inquéritos.

– Você já tem um respeitável convívio com as forças de segurança, não?

– Ah, sim, já nos conhecemos uns e outros. Já disse muitas vezes para eles que a gente até poderia gravar um disco, e assim evitaria repetições. Um desses inquéritos, foi presidido pelo Bacharel Francisco de Barros Lima, que naquela época era da Polícia Federal no Estado de

Goiás. Mais tarde chefiou a Polícia Federal do mesmo estado. Existem, às vezes, humor, nesses acontecimentos. Por exemplo, ele me mostrou umas quatro bolsas pretas cheias de livro e me disse: "Tudo isso tive que ler para esse interrogatório aqui", no sentido de problemas da Igreja, Teologia da Libertação, a nova Igreja, essas coisas todas. Foi até uma idéia interessante. Foi nessa época que entregamos ao Bacharel Francisco de Barros Lima e a seu secretário, um japonês, um Novo Testamento. Foi precisamente o Padre Eugênio que o fez, quem entregou. Eugênio disse a eles: "Os senhores esqueceram de pegar o livro mais subversivo que temos na prelazia, o Evangelho." O Novo Testamento tinha a seguinte dedicatória;" Um dia, a palavra de Deus fará o Inquérito de todos nós. Com um abraço".

– E a expulsão do Jentel foi nessa ocasião?

– Ficou preso em Campo Grande, e sua saída foi meio maquiavélica. A Embaixada francesa foi muito pouco ágil, com pouca polidez naquela hora. Falou-se no interesse da França na venda de Mirrages, e não seria por causa de um missionário na Amazônia que eles iriam criar problemas. Depois a própria Nunciatura e algum outro elemento da Igreja entraram no jogo, talvez com muita caridade cristã, mas com muito pouca visão política, e mesmo pastoral. O que contava nessa hora não era a prisão ou não do Padre Jentel, senão toda uma perspectiva da Igreja e todo um testemunho. Jentel foi condenado a 10 anos, cumpriu um ano, e o STM terminou por desqualificar a sentença. Vai à França visitar a mãe e nunca mais teve condições de permanecer no Brasil. Quando retornou, com toda a documentação necessária, foi violentamente sequestrado, chaqualhado. Inclusive pegaram-no pelos testículos, deixando-o praticamente sem sentidos, quando deixava a residência de D. Aloísio Lorscheider, em Fortaleza. Foi imediatamente expulso, por decisão do Presidente Geisel (JB. Caderno Especial, 18/6/1978, pág. 5)

– E o episódio em que se imaginou um vínculo entre a Guerrilha do Araguaia e sua prelazia?

– Quiseram desvincular o povo da prelazia, e a prelazia do povo. E os interrogatórios se sucediam. Naquela hora era major o Sr. Euro, a quem dediquei aquele poema "Santa Maria da Madrugada". No momento em que eles estavam com o Padre Eugênio preso, e outros lavradores, aquela tensão toda, você pode imaginar, lá na Serra Nova, um povoadinho, uma corrutela, como diz o povo aqui, o Major Euro falou: "O dia que esse barco virar... Mas esse barco não vai virar nunca"!

– Eu gostaria de lembrar ao Major Euro – agora ele já tem outro cargo, já ascendeu – a ele e a todos que foram agentes da repressão ati-

va, passiva, ou patrocinadores da repressão, que o barco vira. Só que nós, felizmente, não temos vocação nazista e não pensamos partir para a tortura, nem para humilhações desse tipo. Nós queremos que o barco vire, não para afogar ninguém, senão para que todo mundo possa navegar. É bom que essa gente entenda isso.

– Aqui já tivemos fingidos "seminaristas", fingidos "mendingos", "comerciantes" fingidos, "peões" fingidos, oriundos da Polícia, do Exército, entrando inclusive em nossa casa e essas coisas toda. Por outro lado, acho que assim eles me valorizam demais, porque nem a Igreja sou eu, nem o povo sou eu. Sou parte da Igreja e parte do povo e, ainda assim, nem povo mesmo. O que o povo já sofreu, já lutou, esperou e cresceu, isso tudo não se extingue expulsando um bispo. Pode se criar, inicialmente, um certo desnorteio, mas a história prossegue, caminha.

– E aí, Pedro, a gente então aprende a amar a Liberdade, não?

– É uma palavra que deveríamos escrever em todas as folhas, em todas as asas dos pássaros, em todos os postes do mundo, em todas as primeiras e últimas pedras de todos os prédios, casas, e todas as crianças deveriam se chamar Liberdade. Eu tenho um poema, em que digo à minha mãe, que se ela me batizasse outra vez, que pusesse o nome de Pedro Liberdade.

– Eu já disse que se nós temos passado pelo que passamos foi simplesmente porque tentamos entrar nos direitos, nas aspirações e na luta do povo. Que isso fique bem claro. Seria uma exibição à-toa e um masoquismo sem sentido, se pensássemos e falássemos na nossa perseguição, no nosso sofrimento; o assunto é povo. Você pode dizer aos nossos amigos por aí, que podem duvidar de mim o que quiserem. Podem duvidar de minha honestidade, da minha caridade, do meu equilíbrio mental, mas não duvidem da minha fé na Páscoa. Isto está na raiz da alma da gente, e essas mil circunstâncias que fomos vivendo, cada vez mais solidificaram essa vivência de fé e de esperança na Páscoa do Cristo. A esperança cristã nada tem de passividade. O contrário do cristianismo é esperar sentado. Quem entende a ressurreição do Cristo como um arrebentar a morte, a escravidão, o pecado, e como uma abertura definitiva para a vida nova, para a liberdade, para a Justiça, é lógico que seja um revolucionário. Não se pode ser cristão, se não se é revolucionário. Não se pode ser cristão, se não se é utópico. Não se pode ser cristão, se não se é, no melhor sentido, ativista.

Não mais só peru à brasileira.

Na Amazônia, de 1960 a 1970 desapareceram 44 mil propriedades pequenas e médias e surgiram 9 mil grandes propriedades. Quinze fazendas na região da Prelazia de São Félix ocupam uma área de 1.131.129,24 hectares, e nela está prevista a criação de 348.875 cabeças de gado bovino, ou seja, para cada cabeça 3,5 hectares (dados colhidos dos projetos aprovados pela SUDAM). A fazenda Santo Antônio, próxima ao rio Fontoura, no município de Luciara, dispunha de 72 cabeças de gado em 65 mil hectares.

Dois mil pequenos proprietários gaúchos foram transferidos, a partir de 17 de março de 1977, para Altamira, no Pará. As terras desses lavradores gaúchos há tempo vinham sendo cobiçadas pela Cotrijuí – Cooperativa Tritícola Serrana, que de cooperativa só tem o nome –. O Ministério da Agricultura alegou que se tratava de um novo tipo de "reforma agrária". Além de "remembrar os minifúndios", conforme se anunciou.

"A Reforma Agrária vai manter a atual estrutura fundiária, pois a política do governo é a de realizá-la sem a divisão de terras". Palavras pomposas do então Ministro do Interior, Sr. Costa Cavalcanti.

Que reforma agrária é essa, meu Deus. Essa realmente é uma "solução" à brasileira, no mesmo nível que o peru à brasileira.

Os famosos incentivos fiscais somente beneficiam os grandes. Senão, vejamos; a Suiá-Missu, da Liquigás, teve aprovado um total de CR$ 54.975.009,00. A Volkswagem, cr$ 140.000.000,00. O total de incentivos, vindo em socorro das 15 fazendas já citadas, foi de cr$ 547.124.677,00. Cada cabeça de de gado destas 15 fazendas custa, somente de incentivos, cr$.1.568,00. Assim vale a pena ser fazendeiro em qualquer parte do mundo, com tal apoio e estímulo.

E o camponês? Que tipo de ajuda ele recebe nessa área da prelazia? Com 150 mil Km2, conforme já foi dito, a Prelazia se São Félix dispõe apenas de um hospital e um único médico, não há raios-X, e a possibilidade de operar um baleado é muito pequena, pelo menos até junho de 1977. Então o Funrural é o único e grande incentivo para toda essa gente. Com as despesas de viagens, distâncias imensas, gastos com hospedagem e refeições, um Funrural gratuito pode custar para essa gente de cr$.5 mil a cr$.7 mil.

A Sudam, responsável pelo financiamento da maioria dos grandes projetos de colonização da Amazônia, foi criada em 1966, no Governo Castelo Branco "planejada e organizada dentro de objetivos e possibilidades reais para ser o instrumento de redenção da Amazônia". (Discurso presidencial feito em Rio Branco, no dia 12.66).

Observemos o volume de emprego desencadeado pelos grandes projetos financiados pela Sudam: em 20 projetos agropecuários do Sul do Pará, instalados em 1975, ocupando uma área de 2.900.000 hectares, criaram-se por volta de 480 empregos, ou seja, um emprego para cada 6.040 hectares. Um outro estudo mostrou que em 11 projetos agropecuários com incentivos da Sudam, ao longo da Belém-Brasília, cobrindo uma área de 216.685 hectares, estava prevista a criação de 275 novos empregos, ou seja, um emprego para cada 788 hectares.

E aqui vale uma informação: no Governo Médice pretendeu-se distribuir a terra oferecendo "terra sem dono aos agricultores sem terra". Na verdade esse plano nunca foi executado, e nem poderia sê-lo, dado suas contradições internas. O Governo Geisel foi muito mais objetivo. Reverteu essa política e decidiu oferecer às grandes empresas rurais, nacionais e estrangeiras, a tarefa de "modernizar" a agricultura brasileira.

Passemos em revista algumas multinacionais que participam desse projeto de "modernização" da agricultura brasileira;

Daniel Keith Ludwig, milionário norte-americano, a partir de 1967 assumiu o controle da Jari Comércio e Navegação, que existia desde o início do século. Assumiu esse controle através da Liberian Universe Tankships Ltda, da qual era dono absoluto. Encravado entre o Território do Amapá e Pará, o Projeto Jari conta com 3,7 milhões de acres de terra – metade da Holanda – ao longo dos rios Jari e Paru, 250 milhas ao norte de Belém. O projeto, entre outras coisas, pretende controlar o mercado mundial do papel. O investimento total planejado por Mister Ludwig na Amazônia, até o final de 1980, é da ordem de 300 milhões de dólares.

Bem, antes de 1964 Mister Ludwig já tinha amigos do Brasil. A. T. Antunes era um desses amigos. Trata-se de um empresário brasileiro que representa os interesses de grandes corporações estrangeiras no Brasil, vinculadas à produção de mineração. Mister Ludwig também conhecia o Dr. Roberto Campos, poderoso Ministro no governo Castelo Branco.

Embaixador brasileiro nos EUA nos anos que precederam a derrubada do Governo João Goulart, mais tarde, em 1966, já Ministro do Planejamento, Campos conduziu Mister Ludwig ao Palácio das Laranjeiras. Apresentado ao Marechal Castelo Branco, primeiro dos governos militares a paetir de 1964, o encontro foi cordial.

O Marechal o cumprimentou e disse: "Venha para o nosso país, Mr. Ludwig. Nesses dias, o Brasil é um país seguro".

Swift Armour S/A. Indústria e Comércio – Propriedade da Brascan Ltda., de Toronto, e da A.T.A. Grupo Antunes, amigo de Mister Ludwig. A Brascan é o maior investidor estrangeiro no Brasil, onde conta com dezenas de subsidiárias no campo de serviços públicos, industrialização de carne, produção de bens de consumo e turismo.

Volksvagenwerke AG., do Wolfsburg, Alemanha Ocidental. É o segundo maior fabricante de carros de toda a Europa. Conta com subsidiárias e participação acionária em pelo menos 13 países. Possui projeto agropecuário, en Santana do Araguaia, no Pará, com 26 mil hectares, onde várias tribos Caiapó estão localizadas. Ainda no Brasil essa empresa controla cinco companhias através a Volkswagen do Brasil S/A.

King Ranch Inc. de Kingsville, Texas. Lida com gado, também. No Brasil conta com uns 130 mil hectares de terra, e duas subsidiárias. Fundada em 1853, portanto mais de um século de "sabedoria" comercial, tem fazenda com o gado bovino Santa Gertrudes. Um consórcio das duas subsidiárias possui uma fazenda de cerca de 90 mil hectares, em Paragominas, no Pará. Essa propriedade alcançou ternas do índios Urubu-Kaapor.

Liquigás Milano, da Itália. Multinacional *respeitável*. A Suiá-Missu, fazenda da qual já nos ocupamos, é de sua propriedade. É um dos maiores agropecuários da Amazônia, e conta com 700 mil hectares, no Nordeste de Mato-Grosso. Alcançou a seção nordeste do Parque indigena do Xingu, e as paetes sudeste e este do território dos Xavantes.

Ha outras, também relevantes, mas paremos por aqui.

Um testemunho. Apenas um testemunho

– E a morte de Paulo VI? Consta que ele nutria um carinho especial pelo seu trabalho na Amazônia, e que por ocasião do Documento Sigaud ele teria mandado uma mensagem às autoridades brasileiras. Isso é verdade?

– Depois que D. Paulo Evaristo Arns esteve em Roma e lhe contou a situação dos bispos missionários aqui na região, ele teria dito que "tocar na gente seria tocar no Papa".

– E agora? A sua substituição não poderá implicar na mudança de sua linha de atuação?

– Para mim, nada vai acontecer. Para mim, o Papa é uma questão de Fé. Quer dizer Pedro. O Papa é um assunto de Fé. Agora, já a Cúria, o Vaticano, é assunto às vezes de tristeza. Eu peço sempre a Deus que o Vaticano acabe. Porque tenho consciência de que o Papa sem o Vaticano, com uma Cúria simples, funcional, seria um grande testemunho de humildade, seria um conforto para todos os pobres, para todos os que lutam pela libertação do homem, pela justiça, pelo Reino de Deus. Seria tão bom que o Papa não precisasse de guarda pessoal, e que todos os bispos, padres e cristãos corressem os mesmos riscos. Por que o Papa não pode ser seqüestrado, se o Cristo foi assassinado?

Porque Nós em lugar do Eu.

– O livro faz parte de uma Coleção. Então teremos "Eu, D. Helder Câmara", "Eu, Oscar Niemeyer", "Eu, Alceu Amoroso Lima" e assim por diante.

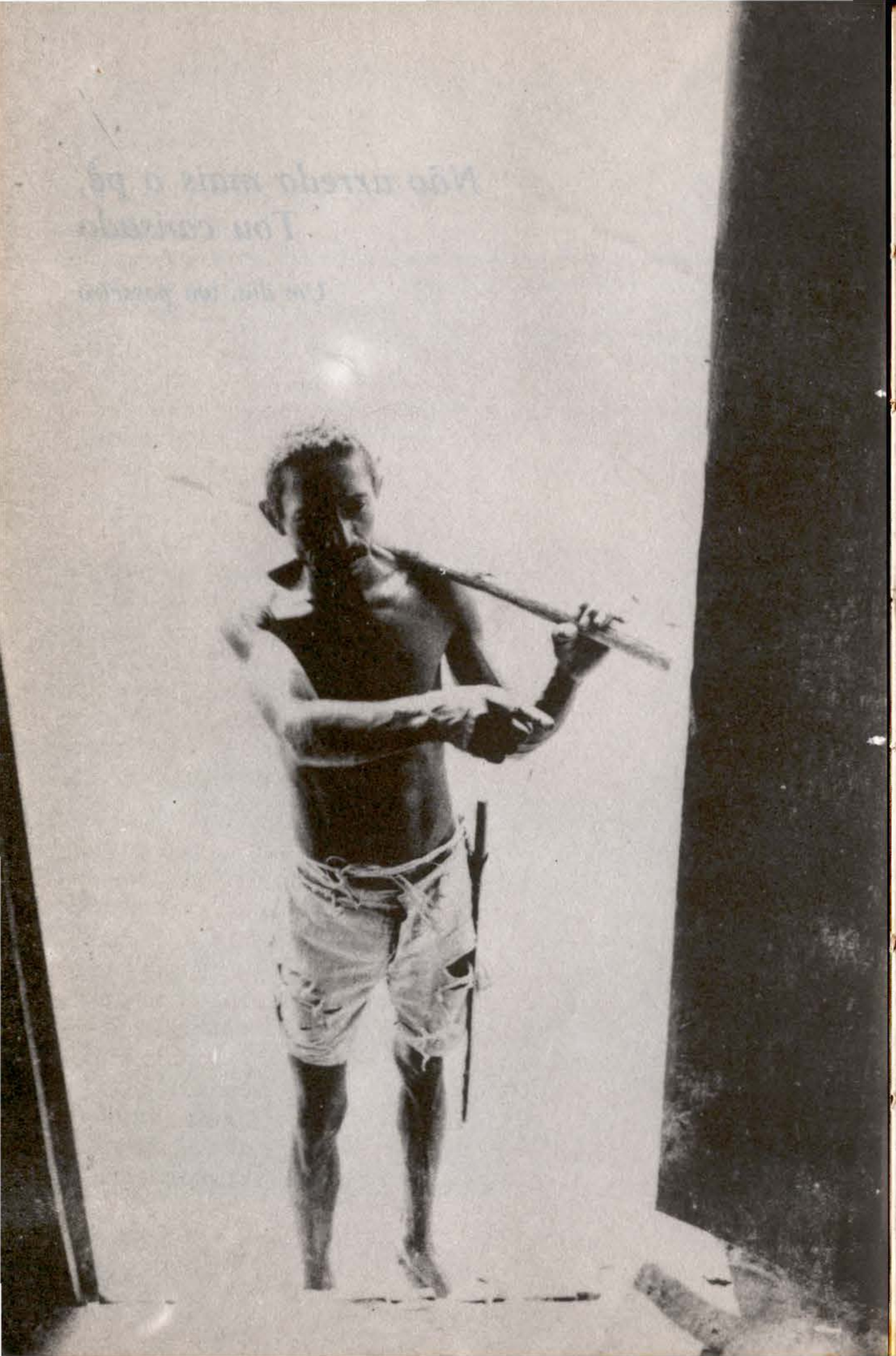
– Olha, assim fica difícil. Faço questão de dizer que somos nós. **Não sou eu como Igreja, mas é a Igreja** aqui. **Muito menos eu como povo, senão o povo que me ensinou. Foi ele que me mostrou suas chagas, suas dores, sua esperança. É com o povo do Araguaia que aprendi a teimosia, a refletir mais agudamente sobre a liberdade. Portanto...**

– Apresentarei suas razões,

– Como apenas *Eu* se foi essa gente que me recebeu em sua casa, porque não dizer na sua própria cova? ***Nós, do Araguaia*** **fica menos injusto...**

Não arredo mais o pé,
Tou cansado

Um dia, um posseiro



– Daqui não arredo o pé, arredo mais não. Tem cabimento uma vida besta assim? Rezar, rezar. Não, não rezo. Ignorante como a gente, só blasfema. Não adianta, mas a gente blasfema, diz besteira. A vida do peão, do posseiro, já fui posseiro; antes eu era posseiro, tinha minha terrinha, minha roça, e as crianças não *passava* fome, a mulher não tinha essa cara triste, e sim, como ia dizendo, as coisas era melhor, a roda do mundo girava, girava, e não machucava tanta gente assim como eu, minha família, todo esse povão de Deus, e dava prá aguentar, dava prá *segurar,* então, moço, repito, vida de peão, posseiro, não passa de uma pinóia.

Não, a gente não é ninguém. Virge-Maria, a gente não é nada, é pior que estrume, pior que cedro, madeira de segunda, pior que peido de burro, que quando anda de barriga cheia parece que vai se sujar todo, mas como ia dizendo, pobre vive de barriga vazia, não tem cara inchada, barriga buchuda feito rico, e rico também não é flor que se cheire, rosto inchado, cara de soberda, não pode voar. Sim, pobre pode voar, feito passarinho, feito andorinha, cortando o céu, mas pobre não vale nada, não vale um peido.

Sou do sertão. Sem novidade. Tudo aqui é do Sertão. Venho de Petrolina, lá de Pernambuco, mas tem isso alguma importância? Tem não. Tem importância nenhuma. Tudo é gato do mesmo saco. É Maranhão, é Carolina, é Goiás, é Mato Grosso é tudo gente sem valia, cara de maracujá velho, cabra de morrer estrepado na ponta de faca, em dia de festa, de brigar por puta no meio da bebedeira, de tirar chapéu prá *gráudo.* Graúdo tem pança de orgulho e soberda, cheio de anel, cheio de bosta na barriga. Barriga cheia, de comida cara, é bosta que fede mais, e a gente sempre reclamando, a gente é bosta que fede menos, que não tem rosto de soberda, que enterra fi-

lho em caixa de sabão, em caixa de sapato de homem de pé grande, a gente que perde os dentes, que bebe chibé com farinha, sempre reclamando, a gente então blasfema.

Não devia blasfemar.

Quem pode voar, não devia blasfemar. Rico, barrigudo, não pode voar, nem que queira, nem que o Diabo corte o rabo, nem que empurre a mãe de ladeira a baixo, dê rasteira em cobra, chame periquito de meu louro, seu moço, e isso não conforma ninguém, mas faz com que a gente pense, pare prá pensar, enfim, fique todo arrepiado, fique em dúvida, numa encruzilhada, sem saber o caminho certo, sabendo apenas que o rosto de rico é inchado e rico não pode voar.

Gente miserável, pode não ter ainda provado o gostinho, porque no dia que provar, nunca mais vai querer parar, nunca mais vai se conformar, vai sempre em frente, não feito boi de carga que não leva a nada, nem feito mula que só recebe esporas nas costelas, mas vai saber que é preciso. Me responda, a gente é alguém? A gente aqui não é coisa alguma, pior que cavalo de dente furado em feira nordestina, todo o mundo passa, olha e ri, ri pra ele, ri pro dono, ri de tudo, e digo que não é justo não, rir da gente, isso é avacalhar demais, pois a gente, tá certo, não é nada, mas também é alguma coisa.

Isso aí, a gente é alguma coisa, ou não é coisa nenhuma? Não sei, não sou dortor prá responder, nem vivo enrabichado no colo de professora. Epa lá, disse eu, expulsa a gente, toca fogo na casa, machuca as rezes, destrói a roça, mas não *avacalha* a gente, na frente assim da mulher, dos filhos; fica bem não, isso não tem cabimento, e lá vai a faca cabra da peste, filho da puta, vai atazanar tua mãe, me deixa em paz, e toma facada no lombo, e o corpo do patife a serviço do fazendeiro se estrebuchando todo, feito galinha de pescoço torcido, e eu em cima dele tocando

a peixeira na barriga do filho da puta, pois não se avacalha um homem assim, não, na frente da mulher, da cunhada, dos filhos, senão com que cara fica a gente, e tome facada, e os outros cabras safado correndo, e eu tome faca, e a mulher pedindo pelo amor de Deus prá eu parar com isso, e as crianças gritando e eu sem me controlar, enfiando a peixeira feito punhal deslizando na barriga do *corno*.

E agora a estrada! mãos *à obra* minha gente, disse eu prá mulher, cunhada e filhos, mãos à obra que os bandidos do fazendeiro vêm atrás e se me pegam sobra prá todo mundo, e até prá crianças, então é perna prá que te quero, e rumar rumo o sertão, abandonar as terras da gente, virar retirante, largar nosso "sossego" e não adianta reclamar, porque vida da gente é isso mesmo, não é outra coisa; que azar criançada, digo quase chorando, com os olhos cheio dagua, mas não querendo que ninguém veja, que azar criançada vocês nascerem filho da gente, e não dizer mais nada pois a caminhada é longa e não há lugar prá choro, quem chora é homem bunda mole, e quem reaje assim como eu, enfiando a faca na barriga do safado, não pode ter bunda mole.

Não deu. Fiz vista grossa um *tempão*. Mas um dia a casa cai, e não adianta ficar choramingando.

Pé na estrada, minha gente, que os *jagunço tão* no encalço e não vou ficar aqui chorando em cima de leite derramado, que isso não tem sentido não.

Daqui não arredo mais o pé. Os filhos tão de pé grande, não morrem mais de fome. Peão sou agora, sei que não vai durar muito, não. Vida de peão é curta feito pavio de vela.

Agora, jagunço não vou ser não, não vou trabalhar pra esses fazendeiros dessa forma, não vou servir de chicote pro lombo de meus irmãos.

Não sei. Tou falando besteira. Tou cansado. Fugir não fugo mais. Tou velho de pouca idade. Mas os filhos tão aí.

Vão repetir tudo de novo, igualzinho Manezão. Meu nome é Manezão, filho de cão, tou brincando, leva a sério não, mas tá tudo mudando, é mais fácil um camelo carregado de ouro passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no céu, mas essa conversa é prá enganar *trouxa*. O reino de pobre, tem que ser por aqui mesmo, do contrário ninguém vai nessa, não.

Nunca gostei de Padre, vestiu saia eu desconfio, mas agora Padre não veste mais saia, e já briga com fazendeiro, não entendo mais nada, ou entendo tudo e faço que não tentendo, e com licença que tou com dor de barriga, mas volto logo, ou espero mais um pouco, e continua nessa conversa mole, até não aguentar mais.

Tou cansado.

O autor se demorou 2 anos na pesquisa de campo deste livro. Gravou mais de 20 horas ouvindo posseiros, peões, índios, empresários, soldados, fazendeiros, religiosos e, naturalmente, o Bispo Pedro Casaldáliga. Mas este livro também é o resultado de uma peregrinação que já dura 10 anos de permanentes viagens à Amazônia, onde o autor realiza pesquisas e reportagens junto a comunidades indígenas e a todo o exército de marginalizados sociais que habitam a região.

Filho da região – nasceu no Acre – sente-se na obrigação de comprometer seu trabalho com o destino da região, de sua gente. E a partir dessas informações, o *NÓS*, proposto por Pedro, em lugar do *EU* imaginado inicialmente, tem mais ainda razão de ser.

Bibliografia:

– Questão Agrária, Uma Questão Política – P. Casaldáliga, Depoimento CPI, da Terra, Brasília, 14/6/1977.

– Una Iglesia que lucha contra la injusticia – P. Casáldáliga – ed. Misión Abierta: al servicio de la fé – nº 7 y 8 – septiembre e octubre de 1973 – Madrid.

– Tierra Nuestra, Libertad – P. Casaldáliga – Editorial Guadalupe – Buenos Aires.

– El Credo que ha dado sentido a mi Vida – Yo Creo en la Justicia y en la Esperanza! – P. Casaldáliga – Editor al Española Desclée de Brouwer – 1975 – Bilbao.

– Questão Agrária e a Pastoral da Terra – José de Sousa Martins.

– Multinacionals e Brazil – The Impact of Multinational Corporations in Contemporary Brazil – Marcos Árruda – Toronto. Brasilian Studies – Latin America Research Unit, 1975.

– Boletim do CIMI – nº 30 – Julho de 1976 – Meruru: Aliança no Sangue.

– Boletim do CIMI – nº 33 – Novembro de 1976 – A Liberdade se compra com o sangue, a vida se compra com a Morte.

– Boletim do CIMI – nº 42 – Nobembro de 1977.

– Ribeirão Bonito – A Caminhada de um Povo – editado pela Prelazia de São Félix do Araguaia, MT.

– Coleção Jornal "Alvorada", da Prelazia de São Félix do Araguaia, MT.

– Revista *Veja* – nº 434 – 29/12/1976 – Revista Veja – edição de 27.10.1976.

– Jornal do Brasil – edição 20/2/1977.

– Jornal do Brasil – 11/5/1977 – Jornal do Brasil – 4/5/1977 (Documento Sigaud).

ÍNDICE

Pastor, Profeta, Poeta, Santo 11
Um corpo no ar 19
Senti. Percebi 23
A violência se espreguiça. Vai começar o horror 29
O habitar do Latifúndio 35
O furacão sopra. As pétalas caem 45
Vamo embora gente, que os bate-pau tão chegando 51
Um telefone toca. Acordemos 57
Morrer é preciso 61
As botas do latifúndio 65
A cidade, sua graça macrô 81
Sem ódio ao ódio,
sem medo à Liberdade 85
Uma calça manchada de sangue,
no meio do pátio 93
A Zona Sul e seus
encantos. Inconfundível 99
Ó gente, vamos sentar 103
Um homem de cócoras, morto 111
Tempo de crescimento 115
Pesadelos não há 119
Quando é proibido ter medo 129
Jagunço, sim senhor 139
Virge gente, venderam a aldeia 145
Fazendeiros versus fazendeiros 149
Uma dor distante, mas aguda 153
Um homem, duas crianças, e 292 km. 157
Batem à porta.
A violência pede licença 165
Um corpo no chão 171
Dois assassinatos. As regalias 175
Isso ou aquilo ou isso e aquilo 179
Um testemunho.
Apenas um testemunho 201
Porque Nós em lugar de Eu 205
Não arredo mais pé. Tou cansado 209
Bibliografia 219

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

221

COLEÇÃO "EU"

LANÇAMENTOS

Otto Maria Carpeaux
ALCEU AMOROSO LIMA
173 pgs.

• As páginas que Otto Maria Carpeaux deixou sobre Alceu são as últimas que escreveu. Àquelas páginas junta-se o depoimento de pessoas qualificadas sobre Carpeaux, a saber, o seu biografado e dois companheiros de diferentes momentos da vida daquele — Antonio Callado e Antonio Houaiss.

Marcos de Castro
DOM HÉLDER CÂMARA
173 pgs.

• Dom Hélder, esse incansável guerreiro que por tanto tempo esteve censurado em nosso país, pôde finalmente ser revelado ao leitor brasileiro. Marcos de Castro o faz de maneira brilhante neste trabalho (o primeiro publicado no Brasil sobre Dom Hélder) que surge de várias entrevistas que entreteve com ele em Recife.

Nelson Werneck Sodré
OSCAR NIEMEYER
115 pgs.

• Na obra de Oscar Niemeyer o Brasil encontra a universalidade. As gerações futuras verão os seus palácios como nós vemos os monumentos renascentistas. A obra é complementada com importante depoimento do biografado a Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar e Sabino Barroso.

Edilson Martins
DOM PEDRO CASALDÁLIGA (Nós do Araguaia)

• Casaldáliga é hoje o mais expressivo símbolo da nova Igreja na América Latina em luta contra o latifúndio, a repressão, os assassinatos e as injustiças sociais. Sua resistência ao lado dos humildes em tempos de obscurantismo é o tema deste livro.

10-82=MCCC

Este livro foi impresso pela
SÍMBOLO S.A. INDÚSTRIAS GRÁFICAS
Rua General Flores, 518 522 525
Telefone 221 5833
São Paulo
Com filmes fornecidos pela editora

olhos e dissipar todo o mal com que os mais abomináveis interesses procuraram cercear a ação de Pedro e a luta do povo do Araguaia. É, sobretudo, o mais candente e humilde chamamento às consciências. Sim, porque ao alertar as consciências o livro nos remete ao debate sobre a condição dos oprimidos, sobre a luta dos oprimidos, colocando-nos perante um quadro histórico que não admite mais a conciliação, a pressa, o despreparo e a falta de fé – pecados mortais que a consciência da orgulhosa classe dominante procura cultivar despudoradamente.

A ação que o livro revela é aquela da descoberta. Um homem vem de longe para o silêncio ruidoso dos insetos da Amazônia, sente a desproporção entre as suas forças e a tarefa de organizar os oprimidos. Ele tem apenas a fé em seu cristianismo, o que torna certamente a desproporção mais dolorosa. Este homem, este espanhol, não tem a desvantagem do medo, já que a fé transcende comumente este definido sintoma da descrença, mas é um homem que por amar a terra dos homens e por viver sempre tão engajado na disseminação do evangelho, sente dúvidas. Alimenta-se de dúvidas e com elas faz poesia. Os santos do século XX não costumam levitar, nem curar doentes, nem realizar milagres como os santos da Idade Média. Os santos do nosso século sentem dúvidas e fazem poesias. Os santos de nosso tempo reduziram a santidade à sua real proporção. Não estou canonizando Pedro Liberdade, nem é este o principal da experiência de vida que o livro de Edilson nos mostra. Mas ao levar tão poeticamente a vida que leva, como um bom espanhol, Pedro Casaldáliga indica uma nova santidade, fincada nas virtudes da coragem e no amor aos oprimidos.

Poucos homens podem nos dar lições como a que o livro de Edilson, na perspectiva do oprimido, oferece sem ostentação.

Marcio de Souza